



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 4

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 88, nº 1, da Constituição Federal, e eu, AURO MOURA ANDRADE, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 96, DE 1965

Aprova o Acôrdo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Argentina, firmado em 2 de junho de 1948.

Art. 1º E' aprovado o Acôrdo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Argentina, firmado em 2 de junho de 1948.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 3 de dezembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Publicado no DCN, de 4-12-1965.

Republicado por ter saído com incorreções.

SENADO FEDERAL

Reuniões preparatórias da 4ª Sessão legislativa ordinária da 5ª Legislatura

Faço saber que, de acôrdo com o disposto no art. 2º, alínea "d" do Regimento Interno, as reuniões preparatórias da 4ª sessão legislativa ordinária da 5ª legislatura, no Senado Federal, terão início no dia 24 de fevereiro de 1966, às 14 horas e 30 minutos.

Na primeira reunião dever-se-á eleger o Presidente e na segunda os demais membros da Mesa.

Senado Federal, 10 de dezembro de 1965

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

RESOLUÇÃO Nº 129, DE 1965

Altera a estrutura administrativa do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Art. 1º São criados, integrando o Quadro da Secretaria do Senado Federal, os seguintes cargos de provimento efetivo:

Número de cargos	Nomenclatura	Símbolo
I — Isolados		
2	Mecânico de Elevador	PL-13
3	Oficial de Tombamento do Patrimônio	PL- 8
4	Redator de Radiodifusão	PL- 4
1	Subchefe do Serviço de Transporte	PL- 7
1	Chefe da Marcenaria	PL- 6
II — De Carreira		
9	Ascensorista	PL-15
6	Ascensorista	PL-14
3	Ascensorista	PL-13
3	Telefonista	PL-15
8	Auxiliar de Limpeza	PL-15
4	Motorista	PL-10

Parágrafo 1º Os cargos de mecânico de elevador (1), de Oficial de Tombamento do Patrimônio (1), de Ascensoristas (18), de Telefonistas (3), de Auxiliares de Limpeza (8), de Motorista (4), serão preenchidos pelos seus atuais ocupantes, observado o disposto nesta Resolução.

Parágrafo 2º Os cargos de Redator de Radiodifusão (4) são compensados em sua criação pela extinção de 4 cargos de Redator de Anais e Documentos Parlamentares PL-2.

Parágrafo 3º O cargo de Subchefe do Serviço de Transportes será preenchido por um Motorista a quem incumbirá substituir o Chefe em suas faltas e impedimentos, praticando todos os atos da competência daquele, e auxiliá-lo durante o exercício do titular.

Parágrafo 4º Os cargos de ascensoristas serão providos de cima para baixo da carreira, obedecido, para esse fim, o sistema fixado pelo Artigo III, da Resolução número 8, de 1960.

Parágrafo 5º O cargo de Chefe da Marcenaria será preenchido com o aproveitamento do servidor que já vem chefiando os serviços desse órgão.

Artigo 2º Os servidores do Quadro Especial, criado pela Resolução número 38, de 1963, serão enquadrados em cargos inicial de carreira e isolados de provimento efetivo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, correspondentes às funções que atualmente exercem, conforme ato de especificação da Comissão Diretora, republicando-se o referido Quadro.

Parágrafo único — Para os seguintes casos em que não ocorre a identidade de atribuições, são fixados os padrões abaixo:

FUNÇÃO	PADRAO
Revisor	PL- 8
Revisor Auxiliar	PL- 9
Linotipista	PL- 9
Fotógrafo	PL-11
Pesquisador de Orçamento	PL-10
Compositor-paginador	PL-10
Impressor	PL-10
Encadernador	PL-10
Dourador	PL-10
Eletricista	PL-10
Operador de Diesel	PL-10
Mecânico de Linotipo	PL-11
Laboratorista	PL-11
Expedidor	PL-13
Operador de Telex	PL-11
Auxiliar de Encadernador	PL-11
Encarregado da Conservação	PL-11
Operador de transporte	PL-11
Mecânico Montador	PL-10
Amanuense	PL-11

Transportador	PL-12
Marceneiro	PL-11
Fundidor	PL-12
Servente	PL-14
Soldador	PL-13
Protocolista	PL-13
Torneiro mecânico	PL-12
Auxiliar de estereotípia	PL-12

Artigo 3º No aproveitamento dos servidores do Quadro Especial, do Pessoal do Serviço Gráfico e de outras funções contratuais genéricas existentes, ter-se-ão em conta a capacidade revelada pelo servidor, o seu comportamento funcional, a juízo da Comissão Diretora, sendo dispensados os que não satisfizerem os requisitos mínimos por ela estabelecidos.

Parágrafo 1º Se o servidor já possuir estabilidade funcional, mas não satisfizer esses requisitos, será dispensado pela Comissão Diretora, com base em inquérito administrativo em que o fato fique comprovado.

Parágrafo 2º Em qualquer hipótese, a Comissão Diretora apenas incorporará ao Quadro Permanente por força desta Resolução, os servidores que tenham ficha funcional isenta de punições disciplinares e que apresentem atestado de bons antecedentes através de Folha Corrida.

Artigo 4º No Artigo 85, letra e da Resolução número 2, de 1960, além dos cargos ali enumerados, incluem-se os da Guarda de Segurança.

Artigo 5º São consideradas extintas as funções do Quadro Especial vagas em consequência do aproveitamento de seus ocupantes nos termos estabelecidos por esta Resolução.

Artigo 6º Ficam extintos quatro cargos de Redator de Anais e Documentos Parlamentares PL-2 dos 32 existentes, fixando-se no novo Quadro em 28 o número desses cargos.

Artigo 7º Fica conferida à Comissão Diretora a atribuição de prover, independentemente da aprovação do Senado, os cargos referidos na presente Resolução.

Artigo 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de dezembro de 1965.

AVRO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Publicado no D.C.N. de 10 de dezembro de 1965.

Republicada por ter saído com incorreções.

ATA DA 4ª SESSÃO, EM 7 DE FEVEREIRO DE 1966

3ª Sessão Legislativa extraordinária, da 5ª Legislatura

22 PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Oscar Passos.
Vivaldo Lima.
Edmundo Levi.
Cattete Pinheiro.
Joaquim Parente.
Manoel Vilaça.
Argemiro de Figueiredo.
Ernirio de Moraes.
Aloysio de Carvalho.
Josaphat Marinho.
Aarão Steinbruch.
Afonso Arinos.
Aurélio Vianna.
Benedicto Valladares.
Nogueira da Gama.
João Abrahão.
José Feliciano.
Filinto Müller.
Bezerra Neto.
Nelson Maculan.
Mello Braga.
Irineu Bornhausen.
Guilherme Mondim.
Dagoberto Krieger.
Gay da Fonseca. (25)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a Sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2º Secretário procederá à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

COMUNICAÇÃO DE PC3SE

Do Governador do Estado de Mato Grosso, Sr. Pedro Pedrossian (leix de 1º de fevereiro).

RESPOSTAS A PERGUNTAS DE INFORMAÇÕES

1 — Do Ministro das Relações Exteriores

Aviso SRC/G/DAM/3/890. (42) (31), de 27 de janeiro, com referência ao Requerimento nº 706-65, do Sr. Senador Vasconcellos Torres;

II — Do Ministro Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais:

Aviso nº 13, de 10 de janeiro, com referência ao Requerimento nº 753-65, do Sr. Senador Vasconcellos Torres.

OFÍCIOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ENCAMINHAMENTO DE AUTÓGRAFOS DE PROJETOS SANCIONADOS):

Of. nº 11, de 4 do mês em curso — Autógrafos do Projeto de Lei número 3.180-D-65, que proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no País, até o fim do período monárquico;

Of. nº 12, de 4 do mês em curso — Autógrafos do Projeto de Lei número 3.206-D-65, que dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal;

Of. nº 14 de 31 de janeiro — Autógrafos do Projeto de Lei número 3.065-D-65, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1966.

Ofício do Presidente do Conselho Nacional do Serviço Social, de 29 de novembro — Transmite o texto da Resolução baixada por aquele órgão, no sentido de definir o conceito de "filantropia", para concessão de certificado provisório de entidade filantrópica, a que se refere o Decreto número 1.117, de 1º de junho de 1962.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a Mesa, requerimento de informações que vai ser lido.

É lido o seguinte

Requerimento nº 6, de 1966

Sr. Presidente:

Requeiro, regimentalmente, se ofício ao Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, para que informe sobre o seguinte:

1) Quando será decretado o novo salário-mínimo?

2) Se estão sendo feitos estudos no Ministério do Trabalho sobre o aumen-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nos oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 425,

FUNÇÃOÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,
Ano	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano	Cr\$ 408,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de oscilamentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

to do custo de vida para efeito da referida providência?

Sala das Sessões, em 7 de fevereiro de 1966. — Aarão Steinbruch.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento lido será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência. (Pausa).

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de outro requerimento, enviado à Mesa.

É lido o seguinte

Requerimento nº 7, de 1966

Nos termos do Regimento Interno, art. 218, requeiro seja consignado em ata, um voto de homenagem pelo transcurso do centenário de nascimento de Edmundo Bittencourt, ocorrido a 5 do corrente, e que, desta manifestação, se dê ciência à direção do "Correio da Manhã", do Rio de Janeiro; jornal por ele fundado a 15 de junho de 1901, e que esteve sob sua exclusiva responsabilidade nos primeiros quarenta anos de existência.

Sala das Sessões, 7 de fevereiro de 1966. — Vicente Bezerra Neto — José Ernirio de Moraes — Benedicto Valladares — Josaphat Marinho — Nelson Maculan.

Fundamentação

Há cem anos, precisamente a 5 de fevereiro de 1906, no município e comarca de Santa Maria da Boa do Monte, Rio Grande do Sul, nasceu Edmundo Bittencourt.

Deste modo, anteontem, o Brasil viu a passagem de uma data que merece ser rememorada, nos anais desta Casa da democracia e da política: o centenário do nascimento de um paulista da liberdade, o jornalista Edmundo Bittencourt.

Advogado e jornalista militante, devemos a esse intrépido periodista a fundação do "Correio da Manhã", a 15 de junho de 1901, no que sucedia, adquirindo-lhe as oficinas para sua

exclusiva propriedade, à "A Imprensa", de Ruy Barbosa, a cujo lado lutou em históricas, corajosas campanhas.

Estão bem vivas no coração do povo brasileiro a exuberância e a profusão das jornadas de Edmundo Bittencourt. Entre os centenários ocorrentes, de Cândido Mendes de Almeida e Euclides da Cunha, entendemos de dar realce ao do jornalista imortalizado nas lutas do "Correio", e cuja figura se reverencia num busto, no Bairro do Peixoto, no Rio de Janeiro. Se Euclides abriu os olhos da intelectualidade para o homem e a raça brasileira, Edmundo Bittencourt é o pioneiro de avançados e corajosos passos para a implantação da liberdade neste País.

Pode qualquer um, em determinado momento, discordar de pontos de vista do "Correio da Manhã", mas a uma constante deve se render o democrata consciente, o brasileiro devoto da liberdade: o grande matutino está na primeira linha da imprensa mundial na defesa dos direitos da pessoa humana. Não transige nesta bandeira. Nestes dias em que um regime industrial de imprensa vem levando ao colapso tradicionais jornais, políticos, como é o caso do desaparecimento do "Diário Carioca", o "Correio da Manhã" vitorioso-se no campo empresarial sem abdicar um mínimo da dignidade jornalística, como legitimamente deve ser entendida. De que resulta isto? Do impulso inicial e da marca inextinguível que lhe deixou Edmundo Bittencourt.

Nos dias que passam é impressionante, inigualável, o destemor com que este jornal persiste nas críticas à situação política dominante, o que lhe reatesta a fibra histórica e indomável, ao mesmo tempo que serve, por paradoxal que pareça, de defesa da Revolução vigente e fustigada, que as admite e respeita.

O Brasil todo lhe homenageou, deixando de lado restrições passionais. Na grande manifestação prestada, sabido último, pela Associação Brasileira

de Imprensa, lá estava na mesa que presidia os trabalhos, o jornalista Prudente de Moraes Neto, ou seja, o jornalista político Pedro Dantas — constantemente em divergência com certas atitudes do "Correio". Mas o senso de justiça não faltaria neste centenário, em honra à memória de Edmundo Bittencourt.

Dai o presente requerimento, cujo arremate de justificativas oferecemos ao transcrever este trecho de M. Paulo Filho, no artigo intitulado "Ação de Edmundo no Começo do Século":

De alguns de seus artigos, como aquele *Dança Chata* em revide, na polémica travada com José do Patrocínio, contava Leão Velloso (Gil Vidal) que Ruy Barbosa entendia mecer ficar num capítulo de Antologia. Em tudo que escrevia dispunha de um estilo vibrante com uma gramática orretilíssima. Um estilista de seleção. E note-se: o seu tempo, tempo de revolução intelectual nas primeiras décadas do século, era o tempo de Alcino Guanabara, de Ruy Barbosa, de Ferreira da Araújo e de Leão Velloso. O início de hoje nessa profissão spera, que é a imprensa, tão cheia e desencantada e de desilusões, não ará, talvez, uma idéia do que era a imprensa antes de Edmundo Bittencourt lançar o "Correio da Manhã". Ao fim do Império e nos primeiros anos da República era algo boêmio, mais literária do que política. Depois que passou a ser uma empresa com interesses circunscritos. De um modo geral, não associados, claros ou ocultos, o seio dessas organizações com o capital a juros, percebia-se a influência, por mais discreta que fosse, dos vovões ou dos *brasseurs d'affaire*, altavazetes a independência centocentos. No fim deste século, Camões Salles, então Presidente da República, teve de recorrer à camaradagem dessa imprensa para pôr em execução as suas medidas de arrocho financeiro e a sua "política de governadores". Estes escolhiam o Presidente da República, o qual, por sua vez, fazia os governadores. Chamava-se a isso, convencionalmente, a Federação Brasileira. No fundo, satrapias odiosas onde sobrava a audácia e casseava o pudor.

Veio o "Correio da Manhã" em 15 de junho de 1901. Advogado militante, Pedro, Edmundo tinha um pequeno capital. Adquiriu tipografia e máquina impressora e, sozinho, sem sociedade, sem ninguém, fundou o jornal e foi sempre, até 1929, quando o entregou ao seu filho Paulo Bittencourt, de sua exclusiva propriedade e recção. Duas guerras mudaram os stinos da civilização humana, com novas ideologias e ditaduras tórridas e vistras. Infeccionaram o mundo, mudaram mentalidades. Sem embargo, velhacando respeitado, admirado ou mudo, Edmundo não mudava. No tempo, guarde-se bem a lembrança, a liberdade de imprensa era uma noção da própria civilização dos vos, um imperativo da inteligência, cultura, do crédito, da honradez, da fôrça moral do jornalista. O totalitarismo do após duas guerras internacionais trouxe a infecção, gerada da corrupção que a Edmundo regnava e a qual combatia, indiferente aos riscos e às ameaças, viessem onde viessem.

Foi um grande homem de acção pelo que fez à sua Pátria, e pelos meios que evitou que contra ela se atacassem. As gerações de jornalistas, que se vão sucedendo, os mocos agora e os do futuro terão na vida camponador e na sua obra de sacrifícios e civismo, de sofrimentos e lutas, exemplos multiplicados na melhor serventia ao Brasil com a dignidade e nobre consciência de dever cumprido". — Vicente Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição e Justiça para audiência. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência deferiu, hoje os seguintes Requerimentos de Informações, apresentados na sessão anterior:

Nº 4-66, do Sr. Senador Guido Mondin, ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio (Informações a serem prestadas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool);

Nº 5-66 — Do Sr. Senador José Ermírio, ao Sr. Ministro da Fazenda. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Conforme consta das atas das sessões de 10 de dezembro e de 2 do corrente, pendem de julgamento do Congresso Nacional trinta vetos, treze lidos na primeira daquelas sessões e dezessete na segunda, estes recebidos no período de recesso do Congresso Nacional.

Trata-se de dez vetos totais e vinte parciais. Ao todo são oitenta itens de votação.

Nos dias úteis desta sessão legislativa extraordinária não haveria possibilidade de se manifestar o Congresso sobre essa matéria.

O Regimento Comum, em seu art. 45, estabelece que seja observado o prazo mínimo de quinze dias entre a convocação e a realização das sessões conjuntas destinadas a vetos presidenciais.

Ademais, há relatórios a preparar e publicações a organizar, inclusive de avulsos, contendo os relatórios, os projetos, os dispositivos vetados, os pareceres e a tramitação na Câmara e no Senado.

A Presidência fará a convocação no início da próxima sessão legislativa ordinária, a instalar-se a 1º de março.

Para facilitar a elaboração dos relatórios, entretanto, desde já designa os Senhores Senadores que deverão fazer parte das Comissões respectivas. São os seguintes:

1 — Projeto nº 2.513-65 na Câmara e nº 142-65 no Senado, que reorganiza o Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da Segunda Região e dá outras providências (Veto total).

Senadores:

Padre Calazans;
Lino de Mattos;
Guido Mondin.

2 — Projeto nº 251-A-65 na Câmara e nº 27-63 no Senado, que regulamenta o pagamento referente à cota de que trata o art. 20 da Constituição Federal e dá outras providências (Veto total).

Senadores:

Bezerra Neto;
Josaphat Marinho;
Pedro Ludovico.

3 — Projeto nº 813-E-63 na Câmara e nº 307-64, no Senado, que concede isenção dos impostos de importação e consumo, de emolumentos consulares e da taxa de despacho aduaneiro, excluída a cota de previdência social, para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel para impressão de jornais, periódicos e livros e dá outras providências (Veto total).

Senadores:

Atílio Fontana;
Antônio Carlos;
Melo Braga.

4 — Projeto nº 3.141-D-65, na Câmara e nº 221-65, no Senado, que dispõe sobre as novas atribuições da

Comissão de Marinha Mercante e do Conselho Superior do Trabalho Marítimo e dá outras providências (Veto parcial).

Senadores:

Wilson Gonçalves;
José Leite;
Eurico Rezende.

5 — Projeto nº 3.162-C-65 na Câmara e nº 209-65 no Senado, que revoga a Lei nº 4.127, de 27 de agosto de 1962 e estabelece normas para a prestação do serviço de vigilância portuária por vigias matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo (Veto parcial).

Senadores:

Jefferson de Aguiar;
Domício Gondin;
Aarão Steinbruch.

6 — Projeto nº 3.184-D-65, na Câmara e nº 229-65 no Senado, que dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados e dá outras providências (Veto parcial).

Senadores:

Jefferson de Aguiar;
Vasconcelos Tôrres;
Lopes da Costa.

7 — Projeto nº 13-65 (CN), que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências (Veto parcial).

Senadores:

Jefferson de Aguiar;
Bezerra Neto;
Lino de Mattos.

8 — Projeto nº 11-65 (CN), que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação e dá outras providências (Veto parcial).

Senadores:

José Leite;
José Ermírio;
Júlio Leite.

9 — Projeto nº 3.203-65 na Câmara e nº 263-65, no Senado, que cria medidas de estímulo à Indústria de Construção Civil (Veto parcial).

Senadores:

Ruy Carneiro;
Aurélio Vianna.
Irineu Bornhausen.

10 — Projeto nº 2.595-B-65 na Câmara e nº 222-65 no Senado, que isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada (Veto total).

Senadores:

Victorino Freire;
Miguel Couto;
Guido Mondin.

11 — Projeto nº 3.022-B-65 na Câmara e nº 272-65 no Senado, que altera a redação do art. 46 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações) — Veto total.

Senadores:

José Feliciano;
Bezerra Neto;
Padre Calazans.

12 — Projeto nº 3.035-65 na Câmara e nº 292-65 no Senado, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo e das taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, ao equipamento importado pela Cervejaria Paraense S.A. — CERPASA — destinado à instalação de uma fábrica de cerveja em Belém, Estado do Pará (Veto parcial).

Senadores:

Wilson Gonçalves;
Adolpho Franco;
Gilberto Marinho.

13 — Projeto nº 1.781-D-64 na Câmara e nº 191-64 no Senado, que reatifica, sem ônus, a Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1964 — (Veto total).

Senadores:

Eurico Rezende;
Edmundo Levi;

Zacharias de Assunção.

14 — Projeto nº 3.209-A-65 na Câmara e nº 257-65 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior (Veto parcial).

Senadores:

Adalberto Sena;
Cattete Pinheiro;
Antônio Balbino.

15 — Projeto nº 3.204-B-61 na Câmara e número 127-63 no Senado, que dispõe sobre a remuneração de Profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Veto total);

Senadores:

Jefferson de Aguiar.
Silvestre Péries.
Antônio Carlos.

16 — Projeto nº 15-65 (C.N.), que dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército (Veto parcial);

Senadores:

José Guimard.
Oscar Passos.
Adolpho Franco.

17 — Projeto nº 3.276-D-65 na Câmara e número 291-65 no Senado, que dá nova redação ao art. 2º e ao § 1º do art. 6º da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos (Veto parcial);

Senadores:

Manoel Vilaga.
Bezerra Neto.
Domício Gondin.

18 — Projeto nº 4.295-D-62 na Câmara e nº 23-64 no Senado, que dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia e dá outras providências (Veto parcial);

Senadores:

Victorino Freire.
Josaphat Marinho.
Bezerra Neto.

19 — Projeto nº 479-C-63 na Câmara e nº 234-65 no Senado, que torna obrigatória a qualidade de jornalista profissional para a ocupação dos cargos do Serviço Público relacionados com a imprensa falada, escrita ou televisada, (Veto total);

Senadores:

José Leite.
Aurélio Vianna.
Joaquim Parente.

20 — Projeto de Lei nº 3.083-E-65 na Câmara e nº 281-65 no Senado, que modifica o "Plano Nacional de Viação" estabelecido na Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964 (Veto parcial);

Senadores:

Lobão da Silveira.
Bezerra Neto.
Cattete Pinheiro.

21 — Projeto de Lei número 3.273-D de 1965 na Câmara e número 285-65 no Senado, que dispõe sobre o uso de cofres de carga nos transportes de mercadorias (Veto parcial);

Senadores:

Menezes Pimentel.
José Ermírio.
Eurico Rezende.

22 — Projeto de Lei número 3.348 de 1965 na Câmara e número 318-65 no Senado, que modifica dispositivo da Lei nº 3.119, de 31 de março de 1957, que autorizou a União a constituir uma sociedade por ações, denominada "Sociedade Termoeletrica de Capivari — SOTELCA" e que passa a denominar-se Sociedade Termoeletrica de Capivari S. A. — SOTELCA" (Veto parcial);

Senadores:

Sigefredo Pacheco.
Antônio Carlos.
Vivaldo Lima.

23 — Projeto de Lei nº 2.071-B-64 na Câmara e nº 277-65 no Senado, que dispõe sobre a integração do surdo em cargos do Serviço Público Federal (veto total);

Senadores:

Wilson Gonçalves.
Dix-Huit Rocado.
Lopes da Costa.

24 — Projeto de Lei nº 1.176-B-63 na Câmara e nº 294-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para a complementação dos recursos destinados à construção da "Usina Coaraci Nunes" (veto parcial);

Senadores:

Ruy Carneiro.
Pessoa de Queiroz.
Zacarias de Assunção.

25 — Projeto de Lei número 3.272-B de 1963 na Câmara e nº 284-65 no Senado, que estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira (veto parcial);

Senadores:

Menezes Pimentel.
Edmundo Levi.
Heribaldo Vieira.

26 — Projeto de Lei nº 10-65 (C.N.) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1965, 1967 e 1968 e dá outras providências (veto parcial);

Senadores:

Sigefredo Pacheco.
Heribaldo Vieira.
José Ermírio.

27 — Projeto de Lei nº 2.648-C-65 na Câmara e nº 267-65 no Senado, que proíbe o emprêgo da palavra "couro" em produtos industrializados e dá outras providências (veto parcial);

Senadores:

José Feliciano.
Barros Carvalho.
Raul Giuberti.

28 — Projeto de Lei nº 2.537-B-65 na Câmara e número 268-65 no Senado, que estabelece os casos em que a autorização a funcionários públicos a se ausentar do País deve ser concedida pelo órgão ou repartição pública a que esteja subordinado (veto total);

Senadores:

Sigefredo Pacheco.
Aarão Steinbruch.
Vasconcelos Torres.

29 — Projeto de Lei nº 952-C-56 na Câmara e nº 11-64 no Senado, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade (veto parcial);

Senadores:

Jefferson de Aguiar.
Alosio de Carvalho.
Argemiro de Figueiredo.

30 — Projeto de Lei nº 3.000-D-65 na Câmara nº 233-65 no Senado, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966 (veto parcial);

Senadores:

Wilson Gonçalves.
Adalberto Sma.
Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Sobre a mesa, requerimento, do nobre Senador Josaphat Marinho que vai ser lido.

É lido o seguinte:

Requerimento nº 8, de 1966

Requeiro que, na forma do Regimento, seja transcrito nos Anais do Senado o editorial anexo do Jornal do Brasil, de 7 de fevereiro de 1966, sob o título "responsabilidade dos Militares."

A justificação do requerimento será feita da tribuna.

S.S., em 7 de fevereiro de 1966. — Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho, para apresentar a justificação do requerimento que acaba de ser lido, de sua autoria.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a imprensa brasileira, por seus órgãos de opinião mais responsáveis, oferece, de quando em quando, à consciência do País documentos de incontestável valor. Em várias oportunidades, esta Casa tem tomado conhecimento de manifestações dessa natureza, para inscrevê-las nos seus anais.

A atualidade brasileira, em particular, vem proporcionando aos órgãos de imprensa a emissão de juízos respeitáveis. Poderia reproduzir, aqui, opiniões múltiplas de jornais qualificadamente democráticos, uns contrários ao Governo; outros favoráveis mesmo às suas diretrizes. Neste instante, desejo apenas pedir ao Senado a transcrição, nos seus Anais, do magnífico editorial do *Jornal do Brasil*, ontem publicado, sob o título "Responsabilidade dos militares."

É irrecusável a oportunidade do documento, pois que trata dos fatos que vêm empolgando a vida política, jurídica, econômica e social da Nação.

É respeitável o pronunciamento, por sua serenidade e, ao mesmo tempo, por sua objetividade.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Aarão Steinbruch — Também deve ser salientado que esse jornal se colocou, desde os primeiros dias, invariavelmente, na defesa do Governo. É o ponto mais característico e, sobre ele deve ser também chamada a atenção do Senado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Tanto mais respeitável é o pronunciamento — já dizer, quando interferiu, com oportunidade, no debate, o nobre Senador Aarão Steinbruch quanto o *Jornal do Brasil* não se alinha entre os órgãos que vêm combatendo o Governo. Ao contrário, trata-se de jornal que, confessadamente, apoiou o movimento de que resultou a constituição do atual Governo e lhe vem dando apoio a atos e providências.

Cresce, por isso mesmo, de vulto e de importância a manifestação restritiva, agora expressa, porque ela não resulta de paixão, de ódio, nem mesmo de espírito de oposição. O documento é, na sua integridade, uma peça tranquila, sóbria, metódica e enérgica. Na energia serena desse editorial é que reside o grande fundamento da sua procedência e a razão maior pela qual sobre seus argumentos deve repousar a consciência do País, especialmente a consciência dos militares mais responsáveis pela situação dominante no País.

Não precisarei, neste instante pelo menos, proceder à leitura do documento, tão certo estou de que a maioria do Senado não negará apoio à transcrição pleiteada. Formulo o requerimento com a tranquilidade de quem, invariavelmente, nesta Casa, votou a favor de pedidos dessa natureza, ainda quando em divergência com os juízos constantes do documento discutido.

O que pretendo é fazer com que os Anais desta Casa, que são o repositório do pensamento político nacional, consigne esse pronunciamento de um grande órgão da imprensa brasileira. Faço-o, sobretudo, para que, menos o de hoje do que o governo de amanhã, fique atento e certo de que a imprensa pode apoiar, pode transigir e pode até errar, mas não se afasta da linha de comportamento que assegura a independência de julgar e que garante, acima de tudo, o restabelecimento pleno da verdade. Não teme a imprensa os poderosos. Adverte toda vez que se convence de que foi iludida nas suas esperanças, de que falharam os objetivos que determinaram seu apoio, ou de que, enfim, o governo, por quaisquer circunstâncias, se desvia dos legítimos princípios e diretrizes, os únicos que, dentro da Constituição e da ordem jurídica, podem assegurar a felicidade do povo brasileiro. (Muito bem! Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento apresentado pelo nobre Senador Josaphat Marinho e justificado por S. Exa. da tribuna, será oportunamente incluído em Ordem do Dia.

O Sr. Presidente (Nogueira da Gama):

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre orador José Ermírio.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

Sr. Presidente, Senhores Senadores, volto ao plenário do Senado para trazer ao conhecimento dos meus Pares, críticas que julgo construtivas, em benefício do País.

(Lendo)

Senhor Presidente, Senhores Senadores, ao ensino da retomada das atividades legislativas, sentimos de nosso dever a atenção, mais uma vez, tanto da Nação como de seus dirigentes e responsáveis, de todos os Poderes, para problemas que se agravam a cada dia, sem que sejam tomadas providências concretas e sérias para sua solução. Bem sabemos, senhor Presidente, que as palavras proferidas neste recinto nem sequer ultrapassam os limites desta Casa, numa verdadeira conspiração de silêncio sobre o Poder Legislativo, em geral, e os que ousam ser oposição, em particular. Não importa: continuaremos a cumprir, serenamente, o que entendemos constituir nosso dever.

Estivemos durante muitos dias no Nordeste, mais precisamente em Pernambuco, cuja brava gente para cá nos enviou, em pleito memorável, como seu representante. Tivemos oportunidade de entrar em contato praticamente com todas as camadas so-

ciais, com moços e velhos, trabalhadores e patrões, ricos e pobres, estudantes e mestres. Com exceção de alguns privilegiados, com fortuna pessoal ou fortuna política, todos nos transmitiram a mesma dolorosa impressão de angústia, de incerteza, de rápido e progressivo empobrecimento, com terror do dia de amanhã. O Nordeste, senhor Presidente — e aqui não vai nenhuma tirada literária — está mesmo morrendo de fome. Esta afirmativa, que é a expressão nua e crua da realidade, que nenhum serviço de informações pode ocultar ou disfarçar, também foi feita pelo 1º Simpósio Brasileiro de Alimentação, que embora se utilizando de dados ainda não atualizados, chegou a conclusões alarmantes a respeito do Nordeste, da Bahia ao Maranhão, vasta área que representa 18% do território nacional, e que com 23 milhões de habitantes (32% da nossa população) produz, apenas, 1,9% dos cereais colhidos no país, com uma mortalidade infantil de mais de 20% no primeiro ano, e uma vida média de 35 anos. Entretanto, não se toma providência alguma a longo prazo, limitam-se a atendimentos afoitos sem qualquer planejamento, como se essa situação não fosse de "fome crônica". Limitam-se a demagógicas aberturas de frentes de trabalho, sem qualquer continuidade, que não resolvem a grave situação. Agora, por exemplo, vai se repetir aquele drama do desemprego por ocasião das entre-safras, e não vemos ser adotada qualquer medida por parte das autoridades responsáveis. Ao lado dessas dificuldades, aumentando-as e aprofundando-as, temos a alta absurda dos gêneros de primeira necessidade, cada vez mais ausentes da mesa dos trabalhadores e até mesmo da classe média. Agora no Recife, por exemplo, verificamos estar o feijão custando 800 cruzeiros, o arroz 650 cruzeiros, e a carne seca a enormidade de 2.500 cruzeiros o quilo. Onde está a tão apregoada COBAL? Onde se esconde? Ou será que pretende agir no infeliz Nordeste como fez no Rio Grande do Sul onde adquiriu milho dos produtores a 3.000 cruzeiros o saco, vendendo depois à razão de 5.700 cruzeiros, ganhando à custa do trabalho daqueles?

Enquanto isso, numa atitude de acintosos desprezo pelos que lutam para ao menos sobreviver, os titulares de nossa política econômico-financeira se banqueteam em São Paulo, em banquete insinuado, sugerido, encomendado mesmo, forçando uma "espontânea" manifestação de apoio das classes produtoras.

É o mesmo caso, Senhor Presidente, da tão anunciada concessão, pelo Ministério do Planejamento, de bolsas de estudos para filhos de trabalhadores, num total de 15 bilhões de cruzeiros, mas... apenas para aqueles que "colaborarem" para o aperfeiçoamento da vida sindical do País". Que melhor instrumento de pressão, de coação, de instituição de um novo regime, que poderíamos chamar de revolucionário?

Ora, Senhor Presidente, a verdade é que o Governo está pessimamente informado e pior assessorado, tranca entre quatro paredes impermeáveis ao som, à luz e ao calor, imune a qualquer tipo de diálogo com agricultores, industriais, trabalhadores, estudantes e intelectuais. Por isso mesmo decidiu ficar deliberadamente surdo e cego aos anseios populares, entendendo, em sua perigosa auto-suficiência, que aquilo que se chama povo deve se dar por muito feliz em ainda poder assistir, de longe e de fora, a espetáculos de arena. A insistência, a teimosia, a frieza com que optaram pela eleição indireta nos Estados e pela nomeação dos Prefeitos das Capitais, contrariando a esmagadora

Mora maioria da Nação, demonstra inacreditável insensibilidade política, a par de flagrante violação de compromissos solenemente assumidos e reiterados perante toda a Nação. Pois foi o próprio Senhor Presidente da República que afirmou, por ocasião de sua investidura à frente dos destinos do País que: "Meu procedimento será o de um Chefe de Estado sem tergiversações no processo para a eleição do brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966".

"Nossa vocação é da liberdade democrática, governo da maioria com colaboração e respeito das minorias".

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Note V. Ex.^a que a contradição do Governo cresceu quando houve, em mais de uma oportunidade, o compromisso solene do Presidente da República de respeitar e manter o regime democrático. Ainda em fevereiro de 1965, o Presidente da República, discursando perante o IV Congresso Brasileiro de Assembleias Legislativas, fez a afirmativa que peço licença a V. Ex.^a para ler: "Tenho a certeza de que a Revolução não tem receio de eleições e as deseja firmemente. Empnar-se na sua realização e delas não ter medo, sem subterfúgios, nem vacilações, quer dizer: existência de condições para a escolha livre dos candidatos".

Agora, nem livre nem cerceada. Não há escolha, porque o que vai haver é nomeação, como V. Ex.^a bem acaba de salientar.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Senador Josaphat Marinho, V. Ex.^a, grande jurista, homem capaz e que tem lutado, desde o princípio de sua vida, dá ao meu discurso, com o seu aparte, auxílio inestimável, que agradeço.

(Lendo) A verdade é que toda a Nação, de Norte a Sul clama, pede, exige, defende o voto direto e secreto. Cliente de tudo isso, que faz o Governo? Decreta eleições indiretas e o voto a descoberto, por Assembleias que não se cansa de ameaçar com o processo sumário das cassações de mandatos, com base em subversão e corrupção! Vejam os Srs. Senadores com que "liberdade", com que "independência", com que "autonomia" vão ter de votar os senhores deputados estaduais. Aliás, a simples lista dos candidatos da preferência governamental nos diversos Estados evidencia a absoluta ausência de base popular nessas estranhas candidaturas de última hora. Não seria mais simples, mais econômico, mais correto nomear-se logo interventores em cada Estado?

Sómente através da força, da violência, da prepotência, da arbitrariedade e da coação é que um Governo pode assim desafiar frontalmente a opinião de toda a Nação. Aliás, as contradições do atual Governo são imensas e chocantes: violentou a ordem jurídica e as instituições democráticas, sob o pretexto de defendê-las; extinguiu abruptamente, sem um estudo prévio, os partidos políticos, ao arripio de uma legislação eleitoral por ele mesmo elaborada, e forçando um artificial e confuso bi-partidarismo; baixou atos proibindo a intrusão de Governantes e Ministros nas chefias dos aglomerados provisórios que fazem as vezes de partidos, mas enfeixou em suas mãos todas as confabulações de cúpula; enfraqueceu a indústria nacional, através de uma política de excessivas concessões ao capital estrangeiro, em escala jamais verificada em nossa história. No tocante à política internacional, transformaram nosso País, de líder incontestado da América Latina, em mero candidato totalmente submisso aos

interesses norte-americanos, cada vez maiores aqui dentro. Haja vista, por exemplo, o escândalo da interferência norte-americana em nossa imprensa escrita, falada e televisada, novela escabrosa de que conhecemos apenas os primeiros capítulos. Haja vista a acintosa apresentação à sociedade do Recife, dos dois jovens Vice-Cônsules norte-americanos PARA ASSUNTOS POLÍTICOS, Srs. Robert W. Stone e William Patrick Kelly, cujas fotografias classicamente sorridentes constam da reportagem social que aqui exibimos. Mas cabe-nos indagar: que assuntos políticos serão esses do Recife, que exigem a presença de dois Vice-Cônsules? Estará o nosso Itamarati ciente da missão que os trouxe para cá? É usual esse tipo ou modalidade de representação consular?

Mas infelizmente não para aí a falta de consideração internacional com que temos sido tratados. Aqui está o número de novembro de 1965 do conceituado e sizado "Mining Engineering", editado em Nova Iorque, onde à pag. 66 encontramos artigo sobre o trabalho dos "adidos para assuntos minerais" dos Estados Unidos na América Latina, sob o título: "Nossos homens na América Latina". Por aí ficamos sabendo que atualmente esse adido no Brasil é o Sr. A. L. Ransome, que tem por função assessorar a AID nos programas e treinamentos locais, bem como dar assistência às companhias americanas, como a U.S. Steel, Bethlehem, Hanna e Alcoa sobre problemas de obter concessões e facilidades. Aqui está escrito, com a maior clareza, para não dizer desfaçatez deste mundo, que:

"Seu antecessor foi responsável pela inserção de uma cláusula na Constituição Brasileira que abriu a porta para os investimentos industriais norte-americanos na-quele país. Este resultado por si só justificaria todo o programa dos adidos para assuntos minerais."

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Tenho aqui a revista que explica tudo pormenorizadamente.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com prazer.

O Sr. Aarão Steinbruch — Vossa Excelência, nobre Senador, vem sistematicamente, através de discursos pronunciados, nesta Casa, e em requerimentos de informações dirigidos a autoridades governamentais, denunciando esses atos. Fá-lo, mais uma vez, no brilhante discurso que ora profere. Infelizmente, não tivemos conhecimento de que o Governo tenha procurado averiguar essas denúncias, de vez que a política entreguista continua a mesma em nossa Pátria.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — (Continua lendo) — Parece-me que piora cada vez mais.

(Lendo):

Senhor Presidente, e que dizer de nossa trombeteada recuperação econômico-financeira? Não haverá banquetes, por mais bem servidos que o sejam, não haverá programas de televisão, de rádio, ou mesmo conversas ou conferências que nos convençam, e convençam ao povo, que nossa situação é cor-de-rosa. Vejamos o que afirmou, em janeiro, no Teatro Municipal de São Paulo, com a responsabilidade de sua função de Vice-Presidente do Conselho Nacional de Economia, o industrial Fernando Gasparian:

"O setor dinâmico básico da economia, a indústria, registrou (em 1965) declínio de 3,4%. E se excluirmos o aumento da produção de café e de algodão, que se destina a indefinida e onerosa estocagem,

e fizermos o cálculo do Produto Interno Bruto, encontraremos a taxa de 1,85%, o que representa declínio do produto por habitante de 1,6%. Tal número dá conta de como, em termos relativos, nos empobrecemos no período, considerando o aumento de nossa população nos últimos cinco anos".

"O procedimento mais acertado para o País estaria exatamente em recobrar a velocidade de desenvolvimento que, a partir de 1960, vem sendo usado até a mais completa paralisação que hoje se verifica. Assim, em vez de nos preocuparmos em diminuir o nível de vida do povo, reduzindo salários reais, teríamos que nos dedicar com toda ênfase ao aumento da riqueza nacional, vale dizer, a retomarmos o ritmo do progresso".

De outro lado, a "Carta Econômica Brasileira", de janeiro do corrente ano, à página 5, mostra que, em dezembro de 1965, "apesar de manter o déficit do Tesouro dentro dos limites previstos, o Governo não conseguiu manter seu orçamento monetário nos níveis fixados, tendo emitido aproximadamente 750 bilhões de cruzeiros, ou seja, cerca de 30% em relação ao montante da moeda em circulação a 31 de dezembro de 1964. Para justificar o nível elevado de emissões, que chegaram inclusive a ultrapassar o teto máximo permitido em lei, citaram-se oficiosamente as operações de garantia de preços mínimos e a compra de divisas. Esta explicação, como veremos adiante só procede no que se refere a este último ponto".

Quanto ao aumento do custo de vida, até o Departamento Nacional de Emprego do Ministério do Trabalho desmentiu os prognósticos e as promessas do Governo, publicando oficialmente que, na Guanabara, em 1965, houve aumento de 60,08%.

Na verdade não podemos compreender como um país que alardeia aos quatro ventos possuir créditos no exterior no montante aproximado de 500 milhões de dólares, persista em sua política de favorecer operações tipo "swaps", que apenas consultam aos interesses de firmas estrangeiras, que por meio desses "vales" obtêm dinheiro a juros irrisórios. Que tem numerário lá fora não precisa se utilizar desse processo, não deve se valer desse sistema, prejudicialíssimo ao País. Aliás, se países desmoralizados no exterior é que lançam mão desse expediente. E se consultarmos o que consta dos registros do Banco Central da República, ficaremos alarmados a respeito da coincidência de serem praticamente somente estrangeiras as firmas favorecidas pelos "swaps". Isto dará como resultado o açambarcamento de toda a nossa produção agrícola por essas firmas estrangeiras.

Aliás, os boletins do Banco Central são relativos aos meses de setembro e novembro.

Mas, nobre Senadores, são verdadeiros bilhetes;

Ora, se este país tem 500 milhões no estrangeiro, por que emite vales?

O Sr. Aarão Steinbruch — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Pois não.

O Sr. Aarão Steinbruch — Nobre Senador José Ermírio — cada vez entendendo menos a política econômica financeira do Governo. Estarrecido, ainda lá, na edição de domingo último, do Jornal do Brasil, um artigo do ex-Deputado Barbosa Lima Sobrinho, no qual ele declarava, segundo informações prestadas pelo próprio

Banco Central, que, só nesses poucos meses de Governo Castelo Branco, emitiu-se o dobro do que foi emitido durante o período do Governo João Goulart, num total aproximado de Cr\$ 125.000.000.000. Se essa política econômica-financeira é para combater a inflação, não compreendo como se possa ter emitido tanto em tão pouco tempo.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Tem toda razão V. Ex.^a. O Dr. Barbosa Lima Sobrinho é um grande estudioso do assunto, é um grande patriota. Jamais sustentaria uma tese que não fosse exata.

(Retomando a leitura)

Entretanto, as empresas e os produtos nacionais continuam a suportar carga tributária cada vez maior, num processo de sufocação e de asfixia. Em Pernambuco, por exemplo, a carga tributária corresponde a 35% do faturamento da indústria têxtil. E em relação ao Produto Nacional Bruto, a carga tributária representa, atualmente, no Brasil, cerca de 21%. Perguntamos aos avaros e áulicos do atual Governo: quem pode se aventurar a ser agricultor nessas condições, com tantos ônus iniciais, que eliminam qualquer perspectiva de sobrevivência? Não é a toda que nossos lavradores estão sendo paulatinamente arrastados à triste condição de verdadeiros párias. Enquanto isso, basta a simples leitura dos balanços dos estabelecimentos bancários para se constatar o absurdo de quase todos, no ano de 1965, terem obtido lucros superiores ao seu próprio capital. Isso é consequência e resultado da política monetarista governamental, que transformou o dinheiro e o crédito nas mercadorias mais caras do mercado. No Nordeste, como tivemos oportunidade de verificar recentemente, já se pratica abertamente a chamada "operação rouletagem", que significa o empréstimo rotativo para a agro-indústria açucareira a juros de 1% 1,5% por semana. Ademais, com a criação de entidades como o INDA e o IBRA, a produção agrícola foi onerada em cerca de 30%. Para que? Certamente para que o IBRA, conforme toda a imprensa noticiou, adquira na América do Norte, da fábrica "Lear", de Wichita avião de luxo para seis passageiros, pela bagatela de 1.300.000 dólares, que usa tipo especial de combustível e só pode operar em aeroportos de grande porte.

Mas quando alguém clama contra esses desmandos, esses abusos, é logo catalogado e apontado como inimigo do regime, se não da própria Nação.

E' o fim, senhor Presidente. Quem diz não somos nós, mas uma publicação da importância do "The Economist", de Londres, número de novembro de 1965, página 422:

"A Constituição do Brasil de 1946, ainda oficialmente em vigor, foi transformada em farrapo. O segundo Ato Institucional promulgado quarta-feira, aboliu exatamente o que restava dos processos democráticos do país. Esta nova guinada para o absolutismo era meio esperada. A tensão veio aumentando desde que os candidatos do Governo perderam para uma oposição amorfa em seis dos onze Estados que votaram nas eleições de 3 de outubro para novos Governadores."

É um artigo interessante. Está aqui, na grande revista "The Economist", de Londres. (Exibe) São informações precisas sobre a nossa situação econômica e financeira. Não tenho lido nenhum elogio ao nosso País. Tenho lido, sim, elogios ao México, que não dá nada, que não garante nada e que não admite maioria de capitais no país. Nós, que somos subalternos nós,

que somos submissos, o que recebemos é isso!

É o popular "Saturday Evening Post", (Exibe) fundado pelo grande democrata Benjamin Franklin, de dezembro de 1965, em editorial à página 90, não hesita em afirmar:

"No último mês os brasileiros tiveram sua primeira chance de votar em eleições locais desde o golpe, e os dois Estados mais importantes votaram preponderantemente contra o governo militar. O Presidente do Brasil, General Humberto de Alencar Castelo Branco, logo providenciou a resposta militar: um decreto dissolveu todos os partidos políticos, aboliu o voto popular direto para a próxima eleição presidencial, e deu ao Presidente o direito de declarar o estado de sítio desconvoar o Congresso, cassar qualquer mandato legislativo, e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão. A explicação do general foi simples: "Precisamos de tranquilidade", disse. Mas este ato — tranquilizador como possa ser — fez com que o Brasil desse um largo passo para trás, afastado de todo e qualquer ideal da Aliança para o Progresso".

Senhores Senadores, o que estou dizendo é o que se passa lá fora. Pouco se fala no Brasil, pouco realmente se discute sobre nós no exterior. Mas esta é a pura verdade.

Finalmente, senhores Senadores, não queremos encerrar estas palavras sem nosso brado de alerta contra o deliberado entreguismo que está tomando conta dos destinos oficiais da Nação. Haja vista o que nos conta o famoso "Life", (Exibe) edição em espanhol, de 6 de dezembro de 1965, página 22:

"Recentemente o Ministro de Economia do Brasil, Roberto Campos, convidou as companhias petrolíferas estrangeiras a explorar o subsolo brasileiro, terminando assim com o controle da Petrobrás, o velho monopólio estatal."

De tudo quanto dissemos, resta cu deve restar, a impressão final da lamentável e triste imagem que lá fora fazem de nosso País, por exclusiva culpa dos eventuais responsáveis pelos nossos destinos, que teimam em festejar vitórias que não obtiveram: triunfos que não são seus, heroísmos de que não foram capazes.

Herói mesmo, em toda essa história, eu estória, senhor Presidente, somente encontramos um: o paciente, o bravo, o inteligente e estóico povo brasileiro.

Mas não devemos nem podemos jamais esquecer que para tudo existe um limite.

Muito obrigado. (Muito bem, muito bem) (Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Sr. Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais como modesto e antigo homem de imprensa, do que como Senador da República, que é ocupado a atenção da Casa, neste momento.

São recentes, e permanecem no noticiário da imprensa os acontecimentos da Assembleia Legislativa da Guanabara, considerados escandalosos, quando centenas de funcionários foram admitidos e efetivados sem concurso e esta exigência da Constituição Estadual abolida, por uma emenda aprovada a título de adaptação da carta guanabarina ao Ato Institucional nº 2. Abordamos este caso, apenas de passagem, pois nesta história de se nomear e efetivar, sem concursos, te-

riamos que incluir muitos outros legislativos.

O que nos traz à tribuna é um aspecto emergente daquele "affaire", donde surgiram e se tornaram públicos os desgostos, muitos justos e compreensíveis — diga-se de logo — do Chefe da Representação Diplomática da República do Panamá, no Brasil. Essas mágoas do embaixador panamenho, Embaixador: Gustavo Mendez, manifestadas na imprensa falada e escrita, resultaram do fato de nossos jornais e emissoras ao tratarem daqueles escandalosos eventos, referirem-se, nas suas manchetes, predominantemente, profusamente, ao "panamá na Assembleia Legislativa"; ao "panamá Luvisaro"; ao "panamá da Guanabara". Chegaram ao ponto de denominar de deputados panamenhos aos representantes guanabarinhas.

Compreendemos o desprazer do responsável pela República do Panamá, em nosso País, com ele nos solidarizando uma infinidade de palavras nacionalistas, ao insistirem na palavra "panamá" como sinônimo de bandalheira, de marmelada, de escândalos e de uma infinidade de palavras nativas equivalente ao francês "affaire", acham-se no uso de uma liberdade constitucional de expressão, sem qualquer propósito de melindrar a nação panamenha.

Entretanto, dando atenção ao fato, podemos afirmar que raríssimos, dois ou três países, empregam, hoje em dia, na sua imprensa o termo "panamá", como palavra degradante. Na França, de Fernand Lesseps e seus principais financiadores, responsáveis pelo célebre escândalo da construção do Canal do Panamá, não vemos mais este vocábulo servir como definição de ato reprovável. Os franceses continuam com seus "affaires", sensacionais e às vezes trágicos, como os de Stravinski e o atual do sequestro e morte de Ben Barka, líder marroquino.

Para entender bem a tristeza do ilustre delegado da república dos dois oceanos, pensamos qual seria o nosso sentimento, num país estrangeiro, ali assistindo, nos seus jornais e estações de rádio, a palavra "Brasil" ser tomada em amplo sentido pejorativo, infamante. Como reagiria um representante diplomático brasileiro? ...

Sabendo da boa fé dos nossos jornalistas, dirigimos-lhes este apelo: com seu talento imenso, ajudado pelos recursos da língua portuguesa, por sua vez secundada pelos subsídios perenemente criadores do linguajar corrente e nativo, abandonem o emprego da palavra "panamá" como sentimento pouco recomendável.

Levemos a efeito o panamericanismo nestas atitudes do dia a dia. A República do Panamá tem direito de receber de nossos dignos escritores esta homenagem, especialmente daqueles que rendem seu tributo à democracia e ao progresso.

Embora não seja alheio de todo às vicissitudes políticas latino-americanas, o Panamá é de há alguns anos um exemplo de democracia estável, com governos constitucionais que se sucedem desde 1948. Sua moeda o "balboa", tem paridade com o dólar. É um país que compensa o aparente desequilíbrio da balança comercial com as chamadas exportações invisíveis: mercadorias e serviços aos turistas e ao pessoal norteamericano da Zona do Canal. A frota de bandeira panamenha é uma das maiores do mundo. É uma nação que pelo seu presente está na vanguarda de muitos países americanos, e pela sua história edificante merece toda a nossa consideração e admiração. De lá partiu a expedição de Vasco Nunes de Balboa que, em 25 dias, descobriu o Oceano Pacífico. Graças ao seu canal, as comunicações do Atlântico com o Pacífico foram poupadas de uma volta de 16.032 quilômetros, pois antes os navios tinham que dobrar o Cabo Horn.

Isto constituiu uma profunda revolução a favor do progresso econômico mundial. A simpática nação do pavilhão dos quatro quartéis com duas estrelas merece um preito de reverência.

É o que fazemos reafirmando a certeza de que nos eventos nacionais futuros, quando escandalosos, e eles virão por aí, empreguemos palavras nativas, brasileiras... Sejam também, neste particular, autênticos nacionalistas. (Muito bem! Mui bem! Palmas).

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Arthur Virgílio
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Victorino Freire
Wilson Gonçalves
Silvestre Péricles
Heribaldo Vieira

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está terminado o período destinado ao Expediente.

Estão presentes 33 Senhores Senadores.

Não há número para votação.

Passa-se à Ordem do Dia.

Item único:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução número 3, de 1965, de autoria da Comissão Diretora, que põe à disposição do Banco Nacional de Habitação, no Estado da Guanabara, Luiz Renato Vieira da Fonseca, Auxiliar Legislativo PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal. Em discussão. (Pausa).

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar discuti-lo, declararei encerrada a discussão. (Pausa).

Encerrada.

A votação do projeto fica adiada para a próxima sessão, por falta de "quorum".

Esgotada a Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos: (Pausa).

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a sessão de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 8 de fevereiro de 1966

(TERÇA-FEIRA)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3, de 1966, de autoria da Comissão Diretoria, que põe à disposição do Banco Nacional de Habitação, no Estado da Guanabara, Luiz Renato Vieira da Fonseca, Auxiliar Legislativo PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

2

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 8, de 1966, pelo qual o Sr. Senador Josaphat Marinho solicita transcrição nos Anais do editorial publicado no "Jornal do Brasil", de 6 do corrente mês, sob o título "Responsabilidade dos Militares".

3

Discussão, em primeiro turno (com apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 265 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1965, de autoria do Sr. Senador Adalberto Sena, que institui a realização de um plebiscito na região acreana do Vale do Juruá-Tacauacá, tendo Parecer, sob nº 1.412, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com votos vencidos dos Srs. Senadores Heribaldo Vieira e Edmundo Levi.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 27 minutos).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR JOÃO AGRIPINO, NA SESSÃO DE 27 DE NOVEMBRO DE 1964, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOÃO AGRIPINO:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, prestes a se encerrar a presente sessão legislativa, não quero que isso ocorra sem que de conhecimento ao Senado das observações que fiz por ocasião de minha última viagem aos Estados Unidos da América do Norte. É certo, Sr. Presidente, que durante aquela viagem, que durou 36 dias, no percurso por aquele grande país, de Leste a Oeste e ao Sul, anotei muitas das observações, mas, infelizmente, todos os papéis e anotações que tinha comigo não me chegaram, ainda, a Brasília, pois que fiz entrega dos mesmos ao Departamento de Estado, para que fossem remetidos a esta Capital o que, até o momento, não ocorreu.

Por isso mesmo, Senhor Presidente meu discurso será confiado à minha memória, sem maiores detalhes e sem observações mais precisas por falta das anotações a que me refiro.

Compareci àquela Nação a convite do Governo norte-americano e, também, como Delegado de V. Exa., Senhor Presidente, junto ao Senado dos Estados Unidos, com a missão de entregar a Presidente daquela Casa do Congresso Americano, carta de V. Exa. manifestando nosso desejo de que senadores americanos nos visitem para observar nossos trabalhos, o funcionamento desta Casa e das instituições democráticas no nosso País, aqui permanecendo pelo tempo que o Senado norte-americano entenda conveniente.

Devo dizer que o Presidente do Senado dos Estados Unidos da América do Norte manifestou a mais profunda alegria com o convite e nos afirmou que, logo em janeiro, com a reabertura dos trabalhos, dele daria conhecimento à Casa, estando certo de que seria aceito; pelo menos dois Senadores norte-americanos viriam ao ao Brasil, para as observações sugeridas.

Acompanhei, Sr. Presidente, a campanha político-partidária norte-americana e testemunhei a realização do pleito do dia 3 de novembro.

Nós, brasileiros, temos sempre a impressão de que, nos Estados Unidos, se usa exclusivamente a máquina; nas cidades do Interior, e em vários Estados da Federação, em todas as cidades, ainda não se instituiu a máquina registradora. O processo de votação tem muita semelhança com o nosso, pois que se trata de folhas de votação e urnas de tecidos, onde são recolhidos os votos, como no Brasil.

Comícios, passeatas, movimentos de rua e propaganda eleitoral, naquele país, praticamente, desaparecem com o tempo, pois a propaganda se concentra, quase que, exclusivamente, nos programas de televisão.

Devo confessar, Sr. Presidente, que não me causaram o menor entusiasmo os termos em que foi conduzida a última campanha eleitoral, naquele país. Diziam-me que era a mais vemente, de todas quantas já ocorreram, mas a verdade é que a linguagem utilizada pelos homens públicos, inclusive por candidatos, era profundamente agressiva — e poderíamos dizer, até, desprimorosa — pelos termos candentes que se usavam contra os adversários.

Muitos brasileiros, dos mais agressivos, nada têm do que se envergonhar, diante da campanha ocorrida nos Estados Unidos da América do Norte, até o dia 3 de novembro.

O Sr. Padre Calazans — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOÃO AGRIPINO — Com prazer.

O Sr. Padre Calazans — Acho muito interessante esta observação que V. Exa. faz, porque, muitas vezes, sentimos certo acanhamento e vergonha pelas nossas campanhas eleitorais.

Hã, digamos assim, um processo no campo da linguagem que não condiz com o estágio atual da nossa civilização. Mas, qualquer homem, com um pouco de percepção psicológica, com um pouco de entusiasmo pela História, percebe logo que isso pertence à própria contingência humana, quando um processo eleitoral é ferido na base dos debates. O que V. Exa. fala dos Estados Unidos também se aplica à Itália, — com todos os seus séculos de civilização — à Alemanha e a outros países altamente civilizados. Se o homem não houvesse cometido o pecado original, e as campanhas eleitorais não tivessem o ardor da paixão e dos entusiasmos, as coisas decorreriam de maneira diferente. Não sou daqueles que gostam de dar grande peso aos acontecimentos. O que importa, acima de tudo, é sem dúvida, o esforço para que diminuam o mais possível. Mas por que ele se julgue um povo, ou nação, a mim me parece um erro.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Registro com agrado o aparte de V. Excelência.

Também não me sensibilizou, mas ao contrário causou profunda impressão no meu espírito, o que observei em relação à vida partidária dos Estados Unidos.

Existem onze partidos, dos quais apenas dois têm grande expressão política: o Democrático e o Republicano. Os outros nove têm pequena significação. Alguns deles apresentaram candidatos à Presidência da República, — pois eram seis candidatos do pleito último — e não conseguimos saber, precisamente, quais os outros quatro candidatos. Esses outros nove partidos não têm um Senador, com assento no Senado, e têm muito poucos Deputados, como assento na Câmara de Representantes. Os dois partidos — Democrático e Republicano — são o centro da vida política dos Estados Unidos e estão sob tremenda influência do poder econômico. Cada partido estimava que despenderia, na eleição, dez milhões de dólares. Dez milhões de dólares seriam a despesa oficial de cada partido, nas últimas eleições. Mas a lei americana proíbe que uma só pessoa possa doar mais de quinhentos mil dólares.

Dessa forma, parece ter o Senhor Nelson Rockefeller doado apenas quinhentos mil dólares. E ninguém acredita, nem mesmo o americano, que, na verdade, tenha sido somente desta importância a sua doação. A impressão que fica é a de que a despesa do pleito eleitoral, nos Estados Unidos, sobre muito de dez milhões de dólares.

Tal influência do poder econômico se faz sentir dentro do partido político. É verdadeiramente impossível a um médico, ou a um bacharel, ou a um pequeno comerciante, ou um líder trabalhista, ou a um professor de universidade ser candidato a deputado estadual, federal ou a senador. A máquina partidária é como que dominada, totalmente, pela influência do poder econômico. E será muito difícil alterar o quadro partidário para permitir, dentro do partido, que tais pessoas tenham possibilidade de serem aceitas como postulantes a qualquer desses postos. Preferimos, sem dúvida, o nosso sistema em que não há problema para qualquer cidadão brasileiro ser candidato a qualquer posto eletivo, sobretudo dos de menor categoria. Por isto, Senhor Presidente, não será exagero afirmar que os representantes, na Câmara de Representantes, não representam, na essência, a vontade do povo norte-americano. Se, no Brasil, por força da influência dos Institutos de Previdência So-

cial ou dos dinheiros públicos, ou mesmo à influência também do poder econômico, a Câmara dos Deputados não representa a vontade popular, nos Estados Unidos, com muito mais razão, sem dúvida, há uma lite econômica que dirige aquela grande nação.

A apuração do pleito, Sr. Presidente, é verdadeiramente grande exemplo de seriedade, de compostura, de espírito público, de desejo de servir à Pátria com isenção. O processo eleitoral, no dia da eleição, se desenvolve como num dia qualquer: o comércio mantém-se aberto, as repartições mantêm-se abertas, não há alteração na vida da cidade. As seções eleitorais funcionam como no Brasil, em núcleos, centro do eleitorado. Elas podem ter sede tanto num prédio público como numa dependência de casa de residência. Visitei uma das seções, que estava sediada na garagem de uma casa de residência e, por curiosidade, uma outra seção sediada num prédio público. Esta, era localizada num bairro popular de trabalhadores, enquanto que a outra, sediada na garagem, ficava num bairro da alta sociedade. Apenas não havia nenhuma comunicação entre a garagem e a residência. Estava totalmente isolada da residência, mas na garagem ainda se encontravam as ferramentas dos automóveis. Todos os objetos que existiam na garagem foram apenas afastados para um canto.

Não há, portanto, a preocupação de se evitar instalar uma seção eleitoral em prédio particular, pelo fato de poder haver influência sobre o eleitorado, conforme a tendência política do proprietário.

Não há congestionamento na seção eleitoral. Quando muito, um eleitor esperará sua vez cinco ou dez minutos, e a magia dessa ocorrência reside num fato da maior simplicidade. Daria mesmo que seria o "ôvo de Colombo". Tanto como no Brasil, o eleitor se apresenta sem título — isto no Estado da Califórnia.

Depois de se identificar pelo nome, procura-se num livro que corresponde entre nós, às folhas avulsas de votação e o presidente da Mesa verificada, na ordem alfabética, se o nome ali está.

Constando o nome, indaga qualquer particularidade que o identifique — nome do pai, data do nascimento, local de residência — simplesmente para verificar se o eleitor registrado é aquele que comparece.

Identificado dessa forma ele assina a folha de votação, recebe uma cédula que, por curiosidade, na eleição da Califórnia, era precisamente do tamanho de uma folha de jornal. Além do nome dos candidatos a Presidência da República, Governador do Estado, Senadores, Deputados federais, estaduais, Juizes de paz, Xerife e mais outros cargos que não me ocorre havia 15 ad referendum. Eram leis votadas pela Assembléia Legislativa dependentes do referendium popular. Então, aparecia, nessa cédula a pergunta referente a cada questão de diferentes leis, para saber se o povo aprovava ou não aquela lei votada pela Assembléia Legislativa.

O eleitor precisava, seguramente, de dez a vinte minutos para completar a sua votação na cédula. Mas, em vez de uma cabine, havia quatro cabinas em cada seção eleitoral. E esse era o único segredo de não se congestionar a seção eleitoral, porque o eleitor assina com facilidade na folha. A demora era na cabine. Mas como havia quatro cabinas, o eleitor podia demorar a votar no máximo cinco minutos, pois havia quatro votando ao mesmo tempo. Mesmo que consumissem vinte minutos, divididos por quatro, representavam cinco minutos para cada eleitor.

De modo que, no Brasil se adotarmos em vez de uma, quatro cabinas em

cada seção eleitoral, não há problema de congestionamento de eleitor para votar. Nós que somos do interior sabemos quantas vezes fomos até alta madrugada, ou manhã do dia seguinte, pelo congestionamento de eleitores numa seção de duzentos e tantos eleitores, ou trezentos.

A apuração se processa imediatamente, depois da hora do encerramento da votação. Comparece uma comissão designada para a apuração. O bemos quantas vezes fomos até alta simplicidade. Um membro da comissão apanha a cédula e anota, num mapa, próprio, os votos contidos naquela cédula. Ao mesmo tempo essa cédula, que foi apurada, é transmitida a outro membro da Comissão, o qual faz o mesmo trabalho.

E assim são dois a dois apurando as mesmas cédulas. Dois apuram um determinado número de cédulas e os outros dois outro determinado número de cédulas.

Ao final se conferem os dois mapas. Se estão coincidindo não há verificação alguma, eles devem estar exatos; se há divergência do resultado de um para o outro então se verifica de quem foi o engano.

Quando se constata o resultado total daquela sessão — trabalho que não leva mais de uma hora — a Presidência da Comissão de Apurações, apanha o telefone e liga diretamente com o Centro Eleitoral, pois que lá não há Justiça Eleitoral, e comunica o resultado da seção.

No Centro Eleitoral existe uma sala maior que este recinto, com talvez duas centenas de telefones, uma mesa para cada telefone, com uma funcionária em cada telefone. Cada funcionária está designada para receber os telefonemas de determinado número de sessões, anotando no mapa o que lhe é ditado pelo telefone. Rubrica e encaminha ao Centro Eleitoral apurador.

Esse mapa passa por vários funcionários, sentados em mesa longa, cada um com máquinas contabilizadoras. O primeiro contabiliza os votos do Presidente da República, a seguir passa para o segundo que contabiliza os de Governador, o terceiro os de Senador, o quarto de Deputado federal e assim sucessivamente, até o último. Quando o mapa chega ao último funcionário ele já está totalmente contabilizado. E, de instante a instante, o Centro Eleitoral se comunica com o Centro Eleitoral Federal e transmite os resultados.

Por isso, Sr. Presidente, dentro de 4 horas, é possível, nos Estados Unidos, saber-se precisamente quem é o vitorioso numa eleição federal. Em Los Angeles, onde assistimos ao pleito este se processava com uma diferença de 4 horas das eleições de Nova Iorque — norte do país — pois é de 4 horas a diferença no fuso horário. Pois às 7 horas, quando estava encerrada a votação em Los Angeles, sabíamos que o Presidente Johnson tinha vencido a eleição por maioria esmagadora, pois já se apurara quase a metade do total da votação. E às 10 horas da noite, tínhamos o resultado final da apuração das eleições naquele país.

Indaguei de vários funcionários se não havia perigo de fraude ou de alteração. E nenhum sequer admitiu a pergunta com ar de seriedade, porque simplesmente respondiam "Nós juramos ser fiéis". E, portanto, não admitiam que pudessem dar um resultado por outro, ou alterar o resultado a favor de outro candidato. Concluídas as apurações, posteriormente vem o mapa oficial e é conferido com aqueles mapas chamados provisórios, feitos à base da comunicação telefônica. Essa apuração é igual à do Brasil. Demora de um a dois meses a conferência oficial.

De modo que seria do maior interesse estudarmos um sistema idêntico para o efeito da apuração no Brasil. E creio que não é difícil introduzir as práticas norte-americanas na lei brasileira, para aprimoramento do sistema.

A influência do poder econômico sobre os partidos reflete em termos de reação na opinião pública. Os Estados Unidos gozaram de grande fama quanto ao prestígio dos partidos políticos. Observei, no entanto, que esse prestígio está decaindo para o povo.

No Estado da Califórnia, venceu o Presidente Johnson, candidato do Partido Democrático, mas venceu para Senador o candidato do Partido Republicano. No Estado de Arizona, venceu para Presidente da República Goldwater, que é filho daquele Estado, mas venceu para Governador o candidato do Partido Democrático e para Senador o candidato do Partido Democrático. No Estado de Nova York, onde sempre foi vitorioso o Partido Republicano, venceu o Presidente Johnson para Presidente da República e Robert Kennedy para Senador. No Estado de Illinois — creio — venceu o Governador, candidato a reeleição, do Partido Republicano; venceu o Presidente Johnson, do Partido Democrático e venceu, para Senador, o candidato do Partido Democrático.

Verifica-se, portanto, que o eleitor norte-americano está votando mais nos homens do que nos partidos. Acresce que, no ato de alistamento eleitoral, o cidadão norte-americano pode declarar a que partido pertence e, se o fizer fica constando na folha de votação. Esse traço revela uma alta civilização e uma grande compreensão do povo norte-americano, porque, a despeito de figurar na folha de votação que um determinado cidadão pertence ao Partido Republicano ou ao Partido Democrático, ele não sofre a menor pena, o menor vexame se aquele partido estiver no ostracismo.

O Sr. Antônio Carlos — A inscrição da filiação partidária conta para as prévias?

O SR. JOÃO AGRIPINO — O eleitor tem a faculdade de declarar a que partido pertença mas não é obrigado. Se não fizer a declaração fica em claro a sua filiação partidária.

Nas prévias são convidados a votar os eleitores de cada partido para escolher o candidato do seu partido à eleição futura. Então, comparecem os eleitores que queiram à repartição eleitoral e declaram a sua filiação partidária. E o que eles chamam inscrição. A inscrição não é o fato de se inscrever eleitor, é o de se filiar ao Partido. Então, feita esta, para votação nos candidatos do seu partido, no dia da eleição prévia — e é uma eleição como outra qualquer comparece aquele eleitorado que se inscreveu no partido e escolhe um dos candidatos que disputam a candidatura na eleição definitiva.

Nessa ocasião, Sr. Presidente, pode ocorrer uma figura de burla muito curiosa: quando um partido é muito forte num Estado e verifica que o partido adversário, embora fraco eleitoralmente, tem um candidato de grande projeção popular e outro sem projeção popular, o partido forte recomenda a uma grande parte do seu eleitorado que se inscreva no partido adversário. Então, quando chega o dia da prévia, o eleitorado do Partido, digamos o Democrático, comparece como inscrito no Partido Republicano e escolhe o candidato mais fraco para candidato à eleição. Assim, o Partido Democrático, que já é forte, vai disputar com um candidato republicano fraquíssimo. E, neste caso, não tem trabalho nenhum e a eleição é um passeio, como se diz no Brasil.

Vemos, portanto, Sr. Presidente, reconhecendo as nossas falhas, no sis-

tema eleitoral, que temos alguma coisa, ou muita coisa, que aprender no processo eleitoral e na apuração. Mas nada a desejar no sistema partidário, na organização dos partidos e, sobretudo, na influência do poder econômico dentro dos partidos e no processo eleitoral.

Esse pleito foi o primeiro nos Estados Unidos da América do Norte que se desenvolveu em termos ideológicos; foi, verdadeiramente, uma definição ideológica naquele país a eleição do Presidente Johnson.

O candidato do Partido Republicano o Presidente, Senador Goldwater, que é um homem profundamente envolvente, bom orador, sustentou determinados princípios que foram consagrados pelos conservadores. O Presidente Johnson, por muitos tido como conservador apoiou idéias que decorrem de princípios defendidos, anteriormente, por Roosevelt e Kennedy, e adotados pelo Partido Democrático. Essas idéias e princípios são tidos, naquele país, como idéias e princípios liberais.

Portanto, a definição de liberal significa um pouco mais adiante do que conservador, embora aqueles princípios e idéias, noutro país, não sejam senão também conservadores. Mas tanto no Partido Republicano como no Democrático existem conservadores e liberais. Assim é que o Senador Kitch, que disputava com Robert Kennedy, candidato também a Senador, em Nova York, é tido como liberal e não apoiou a candidatura Goldwater, justamente por discordar de suas idéias.

Ao que soube, um grande Senador, muito eficiente, mas foi derrotado na última eleição por Robert Kennedy. O Governador de Illinois, republicano, discordou da candidatura Goldwater, porém, na convenção do Partido, votou favoravelmente, diante dos compromissos que o candidato republicano assumiu, porque a divergência entre os dois era ideológica. Contudo, durante a campanha para Governador no seu Estado não recomendou a candidatura Goldwater. Encontravam-se republicanos votando em Johnson e democráticos em Goldwater.

Ouvir, de muitos americanos, a declaração de que não consideravam o Presidente Johnson da mesma linha de Roosevelt e de Kennedy, porém não votavam porque sabiam que, feito Presidente da República, não feria condições, cercado pela equipe do Partido Democrático, de governar com idéias ou princípios diferentes dos do Partido; e encontrei democráticos que preferiam votar em Goldwater, pelas idéias conservadoras anunciadas e sustentadas por S. Exa.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOÃO AGRIPINO — Chegou-se a admitir que o derrota de Goldwater era a votação contra o que ele pudesse representar, em termos de idéias, não contra o homem em si; era tido o proclamado como homem de caráter, humano, bondoso, honrado e bom administrador.

Ouvir V. Exa.

O Sr. Vasconcelos Torres — Desejo salientar a correção com que Vossa Excelência se está havendo no relatório sobre as eleições norte-americanas. Acho muito importante que quando um Senador, designado ou convidado, vai visitar um país para o exame de uma observação de determinado fato, posteriormente o relato. Temos visto — e nisso não vai crítica a quem quer que seja — que as viagens se sucedem, se repetem, mas nem todos, tanto nesta Casa como na outra do Congresso Nacional, não comparecem ao Plenário para fazer o relatório de sua missão. Nem poderia ser outra a atitude de V. Exa., coerente que é e que

faz justiça ao seu próprio caráter. Este é princípio que todos deveríamos adotar como norma. No instante em que V. Exa. vai chegando ao final deste brilhante relatório, eu, como seu velho colega, não poderia deixar de ressaltar este aspecto, que é muito importante, porque V. Exa. foi aquele país representando, praticamente, esta Casa. Felicito-o e praza aos céus que esta conduta não tenha o caráter de espontaneidade e sim, verdadeiramente, de obrigatoriedade. V. Exa. é um brilhante Senador, homem público de qualidades notáveis, de caráter, dignidade e cultura, e neste instante este seu modesto colega, amigo e velho admirador, resalta como soube Vossa Excelência cumprir o seu dever.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Obrigada a V. Exa.

Sr. Presidente, quando recebi a carta de convite do Embaixador Lincoln Gordon para visitar aquele país, respondi aceitando o convite e dizendo que estaria pronto a conhecer e visitar o que interessasse ao Departamento de Estado me indicar, mas gostaria também eu próprio de indicar o que me interessava conhecer e ver. E relacionei vários problemas dos quais me agradaria tomar conhecimento de perto. Um deles, o problema tributário.

Devo salientar que o Departamento de Estado Norte-Americano me facilitou a presença onde eu out, naquele país, para verificar o que eu entendesse. Passei 36 dias viajando diligentemente. E percorri mais de 26 cidades. Fui de Nova York e Washington a Los Angeles e Nova Orleans, com viagens de avião, de ônibus, automóvel, etc.

O sistema tributário norte-americano merece, naquele país um respeito extraordinário. A Fazenda tem um conceito de seriedade, de imparcialidade difícil de compreender-se, sobretudo para nós brasileiros. Aqui, temos sempre a impressão de que ela é uma espécie de promotora pública destinada a arrancar o que puder do contribuinte. Nos Estados Unidos não é. A Fazenda é uma organização destinada a examinar a vida do contribuinte para aplicar a tributação nos estritos termos da lei. Basta dizer, Senhor Presidente, que, se qualquer cidadão norte-americano faz a sua declaração de imposto de renda e comete um equívoco de cálculo ou faz uma descrição de despesa que efetivamente não realizou, com menos de dois meses da data da declaração de rendas, sem que tenha reclamado coisa alguma, essa pessoa recebe aviso pelo correio, acompanhado de um recibo, para comparecer a um local fixado e reaver o que pagou a mais. Isto pode ser 50 centavos, 1 ou 2 dólares, ou mais. Na minha comitiva, havia um intérprete que me mostrou um aviso desses para receber 2 dólares e 25 centavos. Havia declarado uma despesa feita que não fora constatada pelo organismo encarregado de verificar a exatidão da declaração. Assim, era convidado a receber aquela importância que havia sido paga a mais.

O cômputo das declarações é feito todo no processo eletrônico. Existem sessões especializadas para cada setor de uma declaração de imposto de renda. Não há animosidade alguma contra a Fazenda, e um fiscal de imposto nos Estados Unidos, se equipara a um magistrado, em termos de isenção; porque também ele é fiscalizado por inspetores. Há uma verdadeira polícia dentro do Departamento de Fazenda que pesquisa a vida de todos os servidores, subindo aos seus ascendentes até muito distante, buscando toda a árvore genealógica daquele funcionário. Não há a preocupação do ingresso por concurso; há a preocupação do homem como homem, sua ascendência e costumes de família. Quer dizer, a

parte moral é considerada mais importante do que a parte intelectual para o funcionário de Fazenda.

Sr. Presidente, verifiquei também que, naquele País, a pessoa física paga o imposto progressivo que vai até 95% e a pessoa jurídica está distribuída entre duas categorias. Até determinado volume de capital de empresa, a tributação é razoavelmente baixa e, acima deste volume de capital de empresa, 50% sobre o lucro distribuído.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOÃO AGRIPINO — Com muito prazer.

O Sr. Atílio Fontana — Nobre Senador, estou ouvindo o relato de V. Exa. com muita atenção. As observações de V. Exa. devem interessar a todos os brasileiros. A tributação naquele País, como em outros países adiantados, é bastante elevada.

O contribuinte americano paga bastante, mas não paga aquele outro tributo que pagamos no Brasil, que é o da inflação, inflação que descapitaliza, aniquila, de certo modo, a iniciativa privada. Quando países como os Estados Unidos cobram elevados tributos, segundo me parece, é para beneficiar a vida econômica do próprio contribuinte, uma vez que, com a arrecadação desses tributos, o governo se empenha em grandes realizações que forçosamente vêm favorecer a comunidade, por conseguinte, o próprio contribuinte. Um tributo bem aplicado empurra uma coletividade.

O SR. JOÃO AGRIPINO — A propósito lembro-me de um episódio que sempre me provocava riso. Visitamos vários escritórios de propaganda política do Partido Democrata e do Partido Republicano em todas as cidades por onde passamos. O americano, embora não costume discursar, usa muito conversar. Apresenta votos de boas vindas e faz um relato sobre seu plano de administração. Esta fala pode durar de 5 a 10 minutos. Em todos os Comitês do Partido Republicano ouvia sistematicamente isso: "Não podemos permitir que os Estados Unidos continuem nesse socialismo."

Para o homem republicano o fato de o Estado intervir para criar um fundo, um tributo para assistir à velhice, ou ao desempregado, constitui socialismo. Para o republicano isto é socialismo. A intervenção do Estado em qualquer setor da vida privada norte-americana é considerada um passo para o socialismo, medida socializante.

Sobre a vida política do País fiz, várias vezes, ao representante do Partido Republicano, a seguinte pergunta: É possível fraude nesse País? A resposta era: "Esperamos ou contamos que seja feita, nesse eleição pelo Partido Democrático". E ao Partido Democrático a resposta era: "Estamos receosos de que ela seja feita pelo Partido Republicano." Mas à pergunta: É possível a qualquer candidato à Presidência da República utilizar a máquina administrativa ou recursos públicos, em favor de sua campanha à reeleição? A resposta era sempre: Não. Nunca se fez isso e não acreditamos se faça em tempo algum.

Os próprios republicanos advertem: A máquina administrativa, o dinheiro público não sustentam uma reeleição. Não há funcionário público trabalhando para um candidato, Governador ou Vereador, à reeleição. Há um respeito absoluto.

O Sr. José Guimard — Nisso nós somos bastante diferentes.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Infelizmente.

Sr. Presidente, visitei, também, o que eles chamam de administração centralizada. Confesso que, ao ouvir falar nisso, tinha a impressão de um

fracasso total, porque tenho completa aversão à centralização.

A administração centralizada consiste numa legislação do Presidente Kennedy criando um comitê — o nome é comitê — no Departamento de Agricultura, que corresponde ao Ministério da Agricultura no Brasil.

Criou-se no Departamento de Agricultura um comitê com representantes do Ministério da Agricultura e de outros Ministérios — chamados lá Departamentos — para examinar problemas em conjunto, dos Municípios.

Esse comitê tem a finalidade de receber e determinar estudos sobre a vida de uma comunidade e verificar se nessa comunidade não há energia elétrica, não há esgoto, não há saneamento, não há estradas ou qualquer dessas coisas, para então, se projetar e orçar a solução se todos esses problemas, em conjunto, a fim de encontrar uma solução ou chegar à conclusão de que não adianta levar energia a uma cidade quando ela está exposta a endemias. Também não adianta levar saneamento se não há energia; não adianta levar energia, abastecimento d'água e esgoto se não há estrada.

Assim, preocupam-se com o conjunto dos problemas, para facilitar a essas comunidades o seu desenvolvimento.

Feitos os estudos e orçada a despesa para a solução desses problemas, o Estado ou o Município, ou a comunidade — e nesse caso comunidade se chama população — é convidado a participar com 50% desse orçamento. E a União, isto é, o Governo federal, participar com os outros 50%.

Via de regra, quando o Estado ou o Município não quer ou não pode participar, a comunidade, a população se organiza e cria uma sociedade privada. Levanta os 50% em estabelecimentos bancários a longo prazo. Recebe os 50% do Governo federal e executa todas as obras. Então, ela obtém o que poderíamos chamar de concessão de exploração dos serviços. Dentro do prazo estipulado pelos bancos, paga todo o investimento tomado emprestado. Bancos particulares operam em todos os setores — construção de residências, abastecimento d'água, etc. Esses bancos emprestam por trinta e quarenta anos, para construção de residências, a juros de 4 e 5%.

O Sr. Padre Calazans — V. Exa. poderia dizer alguma coisa sobre esses Conselhos Municipais, independentes da Câmara dos Vereadores?

O SR. JOÃO AGRIPINO — O que eles chamam comunidade, são organizações que se formam para solução desses problemas, quando o Estado ou Município não têm condições ou não os querem resolver. Em termos de prefeituras existem várias, prefeituras fortes, prefeituras fracas; existe o gerente contratado que é praticamente o prefeito. Infelizmente, o tempo não me dá possibilidade de fazer um relato maior e no Brasil não há melhor condição de adaptação.

Sr. Presidente, este tipo de Comitê organizado em qualquer Ministério seria altamente proveitoso ao Brasil.

Aproveito a oportunidade, já que falo em departamento de agricultura, para dar idéia do que verifiquei no setor de irrigação. O Arizona, como saber V. Exa., é um Estado que possui grandes áreas de deserto. O Governo americano construiu seis barragens, creio que com quatro bilhões de metros cúbicos, sobre a montanha e na planície onde está situada a cidade de Phoenix. Estudou o aproveitamento de toda aquela área de deserto. As terras foram corrigidas. É uma planície sem relevo e se presta magnificamente à irrigação por imersão.

Confesso que considero o sistema de irrigação do Arizona inferior ao de outros países, porque o sistema de imersão demanda muita água, ao passo que o sistema de aspersão, que é

utilizado em Israel, economiza água e, portanto, irriga área muito maior. Despertou-me a atenção para o sistema de irrigação do Arizona o fato de eles terem determinadas culturas sistemáticas. Via de regra, o proprietário planta uma determinada cultura: ou alfafa, ou aveia, e toda ela mecanizada.

Embora as barragens tenham sido construídas pelo Governo Federal, o serviço não é do Governo Federal. Criou-se uma cooperativa, da qual fazem parte, com uma ação cada acre de terra, todos os proprietários daquele vale deserto. Essa cooperativa recebeu as obras públicas para pagamento a longo prazo — 50 anos — levantou recursos, construiu os canais, baixou um regulamento e explora água e energia elétrica. Com os recursos obtidos da exploração paga ao Governo Federal todo o investimento inicial correspondente às barragens. Já liquidou todo o débito para com o Governo Federal.

Um sistema muito interessante, que o americano não chama de socialismo, mas eu chamo, é aquele pelo qual, ao invés de estabelecer numa lei ou regulamento que é vedado possuir uma área superior, digamos assim, a 200 hectares — o que se faria muito facilmente no Brasil — o americano, muito mais inteligente, a meu ver, estabelece o preço da área por jarda cúbica — proporcional ao volume de água utilizado na irrigação. Então o indivíduo utiliza a água para 10 hectares e paga uma taxa muito módica, mas à medida que a utiliza para 20, 50, 100 hectares, a taxa vai crescendo violentamente, para que se torne antieconômica a exploração dessa terra e o indivíduo seja obrigado a vendê-la a outro, que pode ter água mais barata, a preço muito mais baixo.

Por isso, nessa região, embora as propriedades fossem bem grandes, inicialmente, creio que hoje a maior é de 200 hectares. Existem dezenas ou centenas de 2 hectares.

Acho, Sr. Presidente, que valeria a pena estudarmos esse aspecto de exploração através de cooperativas ou de organização privada que pudessem pagar ao Governo Federal os investimentos e impedir o uso de grandes propriedades nas áreas irrigadas através do sistema ali adotado.

Gostaria, Sr. Presidente, de analisar ainda o que verifiquei em relação à lei anti-truste. Embora não haja dispositivo de lei que proíba uma empresa de comprar outra, a Comissão encarregada da disciplina do poder econômico pode impedir que a General Motors, por exemplo, compre uma fábrica de automóvel pequena, porque o entendimento da Comissão, já homologado por decisão da Suprema Corte, é o de que cabe à Comissão prevenir as hipóteses e possibilidades de monopólio. Se uma grande empresa pretende comprar uma pequena empresa, está impedindo a livre concorrência, porque se assenhoreando do mercado. Já houve várias tentativas, e a Comissão, *ex officio*, ou por denúncia, ou por conhecimento de notícia de jornais, apura e, ante sua decisão, a grande empresa desfaz o negócio iniciado, porque verifica a impossibilidade de ultimá-lo.

Em matéria de trabalhador de sindicato e de greve, também há muito que ver e muito que aprender. Infelizmente, não tenho tempo, nesta oportunidade.

Em matéria de agricultura mecanizada, Sr. Presidente, há realmente em Blumenton, uma comunidade agrícola, o que pode haver de melhor em qualquer parte do mundo. São muitas as propriedades ao lado dessas cidades: centenas, mas nenhuma com mais de 150, 160 ou 180 hectares; são, todas, pequenas propriedades. Visitei umas quatro ou cinco. A maior é 160 hectares. E em todas que visitei, sem exceção, um homem só administra, é o tratorista, é o homem que lida com todas as máquinas: de colher, culti-

var, plantar, é o homem que traz, em máquinas — só cultiva o milho para engorda de animais, é o homem que traz o milho na máquina, de colher, com a máquina joga no silo e é o homem que aperta o botão elétrico para que o milho e outras rações desçam dos silos e sejam conduzidos aos estábulos; e até de animal por animal, são distribuídos por máquina. De modo que este único homem trabalha e prepara o terreno: aduba, planta, limpa, colhe e alimenta de cinquenta a oitenta animais para engorda, anualmente. Essa propriedade é de uma senhora que me acompanhou até lá, onde me apresentou a esse homem, que é o administrador e é o trabalhador; fez um investimento de 40.000 dólares na compra dos silos e máquinas, e tem em média coisa da ordem de 5 a 10 mil dólares de rendimento líquido.

O sistema é de parceria com esse homem que é o administrador. Por sua vez, esse homem tem a mesma importância, de 5 a 10 mil dólares de lucros por ano, sem investimento, computando apenas o capital do trabalho.

Não há nada igual ou melhor, em qualquer parte do mundo.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO AGRIPINO — Pois não.

O Sr. Atilio Fontana — V. Ex.^a observou um ponto importante. É o próprio proprietário, o fazendeiro, que trabalha e dirige as suas terras. É um ponto que tenho defendido muito. Infelizmente, no Brasil, uma grande parte dos fazendeiros mora na cidade e tem o administrador, quem nem sempre é bem orientado. É um problema que encarece muito a produção. Nos países adiantados, os próprios proprietários das fazendas são aqueles que trabalham, como relata Vossa Excelência.

O R. JOÃO AGRIPINO — Muito obrigado.

Em matéria de portos, observei todos os portos. Pertencem ao Estado. Ouvia dizer que havia portos privados; não é verdade. Os portos são dos Estados. O que há, nos Estados Unidos, a meu ver muito melhor do que no Brasil, é que os portos podem alugar seus piers às empresas. Então, se o Senador Atilio Fontana é um homem que explora uma atividade de gêneros alimentícios, e os gêneros alimentícios podem ser transportados a granel, como a batata, o milho, o arroz, ele tem o direito, por essa circunstância, de alugar o "pier", que fica como seu armazém. Fica obrigado a fazer as instalações, para que seja tudo automático, do armazém para o navio e do navio para o armazém, sem precisar de mão de obra, pela utilidade da sua atividade.

Assim se encontram vários "piers", com o nome da empresa, na fachada do armazém. Mas não são propriedades do comerciante ou do industrial; são administrados pelo Governo e alugados daquelas empresas. O mesmo ocorrendo em relação a minérios de ferro e a várias atividades que precisam de equipamentos especializados para carga e descarga. Não é o guindaste comum que apanha a caixa, leva ao navio, tira do navio e leva ao cais do porto. Não. São sucções, esteiras para determinados tipo de mercadoria que deve ser carregada e descarregada por sucções ou por esteiras.

O Sr. Atilio Fontana — Econômica-mente.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Exato, economicamente.

Em matéria de ensino, os Estados Unidos, fora de qualquer dúvida, constituem um dos países mais adiantados do mundo.

O ensino técnico representa uma diversidade tão impressionante de especializações, sobretudo no setor de engenharia, de eletricidade, de eletrônica, que nós não perdemos. E é mu-

to difícil colher informações, porque cada americano só informa sobre determinada especialidade. Quando se lhe pergunta sobre outro assunto, tem-se que ir a outra pessoa.

No Departamento da Fazenda, em matéria de tributos, havia 10 servidores para informar, e, às vezes, era preciso chamar alguém de outro setor, porque nenhum dos dez podia responder a perguntas fora da sua especialidade.

Já o ensino profissional conjugado com o ginásio, de grande proveito para o Brasil. Sabemos que só 10% dos estudantes ginásianos chegam às universidades, no Brasil. Sabemos que os outros 90%, por falta de recursos financeiros dos pais ou por falta de vocação ao deixarem os estudos, ficam nas cidades, não voltando mais aos campos. E são, via de regra, candidatos a empregos públicos.

Não negamos que tenhamos melhorado o nível intelectual do nosso povo, educando ou instruindo esses 90% de estudantes; mas entendemos que podemos obter melhor aproveitamento desse material humano, através de escolas profissionais conjugadas com o ginásio. Ao mesmo tempo, o que estudasse as matérias de cultura geral, aquele que não teria condições financeiras de galgar universidades, de deslocar de uma cidade do interior para uma capital, passaria a estudar atividades que poderiam representar uma profissão técnica logo depois.

O americano considera essa fase já superada, porque as especializações já se diversificaram de tal forma, que o seu problema, hoje, é o ensino superior. Lá se entende que é preciso melhorar o ensino primário, para levar mais alunos às escolas superiores técnicas, sob pena de que, num futuro próximo, não tenham mais o número de técnicos de que carecem.

Mas, para nós brasileiros, que ainda temos o pedreiro, o electricista, o marceneiro, na medida das necessidades do interior do país, é de conveniência que se aproveite esse material humano.

O Sr. Faria Tavares — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO AGRIPINO — Com prazer.

O Sr. Faria Tavares — O problema brasileiro é de tal ordem grave, no setor da educação técnica profissional, que a Lei de Diretrizes e Bases estabelece normas para o ensino de grau médio. Temos, também, oportuni-

dade de verificar que, em vários Estados da Federação já estão constituídos os chamados ginásios estaduais. Até agora, porém, o Ministério não tem revelado capacidade para orientar a instalação desses ginásios. De tal sorte, que nem o fornecimento de catálogos referentes ao aparelhamento, e à maquinaria próprias a essas seções industriais, o Ministério tem conseguido fornecer aos Estados.

Com entusiasmo, observamos que, em 1965, haverá vários estabelecimentos construídos, sem que possamos vê-los instalados, porque o Ministério não tem elementos ou condições para orientar os Estados quanto à instalação, com graves prejuízos, como percebe V. Ex.^a, — a educação técnico-profissional das novas gerações que se encaminham para os ginásios mas que podem, paralelamente aos ginásios clássicos, fazer o ginásio industrial.

O SR. JOÃO AGRIPINO — V. Ex.^a, tem toda razão. Conheço esse aspecto da questão. Outra grande dificuldade com a qual se vai deparar o Ministério é o preparo de professores para o ensino industrial. Por isso mesmo, visitando a escola profissional de São Francisco, uma "High School", perguntei se não havia possibilidade, de conseguirmos bolsas ou matrículas para que brasileiros pudessem estudar artes industriais a fim de poderem ensiná-las aqui. Frontificaram-se a receber quantos alunos quiséssemos mandar.

Sr. Presidente, em matéria de ensino superior naquele país, poderia defini-lo como uma afirmação, para nós de grande significação, embora já não o seja para os norte-americanos: é que não existe uma só cidade com mais de 30 mil habitantes, incluindo-se todas as cidades dos Estados do sul, que são as mais pobres, que não tenha de uma a cinco universidades que não existe uma só cidade com 20 mil ou mais habitantes, que não tenha, pelo menos, uma universidade.

Isso significa o padrão de ensino norte-americano, dos mais elevados, e o cuidado que aquela nação tem com a formação do seu potencial humano.

Enquanto o Brasil não dedicar atenção especial ao problema da educação não teremos esperança de ser uma grande nação desenvolvida. (Muito bem; muito bem; Palmas).

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Especial, criada com a aprovação do Requerimento Nº 285, de 1965, para "Proceder ao estudo e a coordenação de medidas tendentes ao controle de preços de exportação das matérias, minerais e produtos agropecuários nacionais."

ATA DA 12ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 1965

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, às nove horas, na Sala de reuniões da Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Senador Sigefredo Pacheco, Presidente, presentes os Senhores Senadores Atilio Fontana, Eugênio Barros e Raul Gubitski, reuniu-se a Comissão Especial do Senado Federal, criada com a aprovação do Requerimento Nº 285, de 1965. Compareceram, ainda, os Senhores Senadores Júlio Leite, Lopes da Costa e José Feliciano.

Ausentes, por motivo justificado, os Senhores Senadores Argemiro de Figueiredo, Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) e José Ermírio (Relator).

O Senhor Presidente, dando início aos trabalhos convida o Senhor Marechal Emílio Maurell Filho, Presidente do Conselho Nacional de Petróleo, a tomar assento à mesa dos trabalhos e concede a palavra a sua senhoria.

Com a palavra o Senhor Marechal Emílio Maurell Filho passa a ler circunstanciado relatório sobre pesquisa e produção de petróleo bruto, refinação de petróleo e importação e comercialização de petróleo.

Apos a exposição do Senhor Presidente do Conselho Nacional de Petróleo tomam assento à mesa os Senhores Engenheiro Albino M. Regallo de Souza, Economista Walter Fantinatti e General Agenor Monte, os quais passam, nesta oportunidade, a assessorar sua senhoria nas respostas às indagações do Senhor Relator Substituto, Senador Atilio Fontana, como também, respondem as perguntas dos Senhores Senadores Júlio Leite, Lopes da Costa e Eugênio Barros.

Findas as perguntas ao Senhor Presidente do Conselho Nacional de Petróleo o Senhor Presidente, em nome da Comissão, agradece ao Senhor Marechal Emílio Maurell Filho pela valiosa contribuição trazida a este órgão técnico com os magníficos esclarecimentos advindos da sua brilhante exposição.

O Senhor Presidente, finalizando os trabalhos determina que o apanhamento taquigráfico dos debates passem a fazer parte integrante da presente ata, sendo publicado, como anexo, no *Diário do Congresso Nacional*.

O Senhor Presidente, às treze horas e cinquenta e quatro minutos, encerra a presente reunião e, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário, lerei a presente ata, que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

ANEXO A ATA DA 12ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 15-10-65, ÀS 9:00 HORAS

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão

INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRAFICO REFERIDO NA ATA

Presidente: Senador Sigfredo Pacheco.

Relator: Senador Atílio Fontana, Relator-Substituto.

Convidado: Marechal Emilio Maurell Filho, Presidente do Conselho Nacional de Petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigfredo Pacheco) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião. Mal, Emilio Maurell Filho, o Senhor foi convocado ao Senado para dar-nos informações sobre estudos, produção, comercialização e importação do petróleo. Como sabemos, o Brasil, hoje, para sua emancipação econômica, muito depende do petróleo.

Assim, V. Ex.ª tem a palavra.

O SR. MAL. MAURELL FILHO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é uma grande honra para mim poder dizer alguma coisa, prestar informações sobre um assunto tão importante, como pesquisa, lavra, produção e comercialização do petróleo.

Estou de acordo com o Sr. Senador, Presidente desta Comissão, em que a redenção do Brasil está muito presa ao petróleo. Um país que não tem petróleo, jamais poderá gozar de certa independência, econômica pelo menos.

Se me permitem, vou fazer rápida exposição atendendo ao temário proposto pela douta Comissão. Depois, três dos meus mais destacados técnicos, General Agenor Monte, Chefe do Gabinete da Presidência do CNP, Dr. Albino Manoel, Regallo de Souza, Diretor da Divisão Técnica e o Doutor Wlter Fantinatti, Diretor da Divisão Econômica, considerado a segunda pessoa no Conselho, e membro do Congresso Nacional durante muitos anos e, portanto, muito conhecido dos Srs. Senadores.

Então, se me permitem os Srs. Senadores, passarei a ler o relatório que tenho em mãos. (Lê.)

Senhor Presidente, Senhores Senadores

Atendendo ao honroso convite da Comissão Especial do Senado, aqui venho para, inicialmente, fazer algumas considerações sobre o tema que me foi proposto, através do ofício nº 301, de 1965, de S. Excia. o Senhor Senador Sigfredo Pacheco, digno Presidente desta Comissão.

No documento em tela está devidamente assinalado o tema sobre o qual terêi de esclarecê-la: estudos — produção — importação — comercialização de petróleo.

Tendo em vista metodizar a minha exposição, dividi-a em duas partes essenciais: I — Produção, abrangendo pesquisa, lavra e refino, e II — Importação e Comercialização, abrangendo as responsabilidades legais do CNP no tocante ao abastecimento nacional, compra de petróleo e a posição do Conselho Nacional de Petróleo, importação de petróleo e derivados em 1964 e no primeiro semestre de 1965, e, finalmente, perspectiva das necessidades de importação de petróleo e derivados, nos anos de 1967 a 1979.

Após essas considerações, ou no decorrer das mesmas, eu e os meus assessores aqui presentes, isto é, o General Agenor Monte, Chefe do Gabinete da Presidência do CNP, o Diretor da Divisão Técnica, Dr. Albino Manoel Regallo de Souza, o Diretor da Divisão Econômica, Dr. Wlter Fantinatti, estaremos à disposição dos Senhores Senadores, para os esclarecimentos que desejarem obter, na certeza de que tudo faremos, dentro das nossas possibilidades, para que não fique qualquer dúvida aos ilustres membros da Comissão, no que concerne ao Setor que me foi confiado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

E, se alguma coisa não pudermos responder, por deficiências próprias ou falta de documentação, anotáremos para, ao regressarmos, imediatamente submetê-la ao estudo dos nossos órgãos técnicos, a fim de informar devidamente a esta Comissão.

PARTE I

A) Pesquisa e produção de petróleo bruto.

B) Refinação de petróleo.

A) PESQUISA E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO

1. Perspectivas gerais

A exploração de petróleo no Brasil iniciou-se com o poço de Lobato. Criado o Conselho Nacional de Petróleo, em 1938, as pesquisas foram intensificadas, estendendo-se por novas áreas, além do Recôncavo Baiano.

Assim, em 1961, quando o Conselho transferiu a PETROBRAS os serviços de pesquisa e produção de petróleo, os trabalhos se desenvolviam em nove unidades da Federação, onde o CNP perfurara 404 poços, dos quais 244 produziam óleo e 29 gás. As jazidas descobertas eram avaliadas, naquele ano, em Cr\$ 390 milhões.

O apreciável acervo transmitido à empresa estatal pelo CNP foi ampliado continuamente. Com a entrada em funcionamento das grandes unidades refinadoras, em 1955, os campos foram colocados em regime de produção e esta se expandiu até cerca de 160 mil barris diários.

No panorama atual, a descoberta do campo de Carmópolis, na Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas, veio acrescer as já existentes uma reserva de petróleo da ordem de 15.230.000 m³ (95.795.700 barris), reserva esta que, com método adequado de recuperação secundária, poderá ser quintuplicada. A perfuração de poços de desenvolvimento, a coleta do óleo produzido e o seu escoamento através de oleoduto e terminal, ainda por construir, demandam tempo apreciável, durante o qual a contribuição deste campo terá que permanecer inexpressiva. A PETROBRAS contratou com duas empresas, em agosto último, a perfuração, em dois anos, de 240 poços, com cinco sondas fornecidas pela empresa estatal, o que contribuirá, consideravelmente, para apressar o desenvolvimento do campo.

Ao lado da descoberta de Carmópolis, devem ser assinalados os resultados animadores dos testes efetuados nos poços Ba-2-Ma (Barreirinhas) e SJ-1-Ma (São João), em zonas de folhelhos fraturados, com recuperação de óleo. Estes testes podem revelar nova província petrolífera.

Por outro lado, a bacia do Recôncavo continua — e, tudo indica, continuará por longo tempo — a proporcionar novas reservas de petróleo. Assim, este ano, foram descobertos dois novos campos, o de Araçá e o de Mirange. Não obstante ser curto o período decorrido desde então, 80 locações de poços já foram escolhidas para desenvolver este último, o que dá a medida de sua importância.

Em termos globais: as bacias do Recôncavo, de Sergipe-Alagoas, de Barreirinhas e Tucano, assim como a Plataforma Continental, constituem as áreas que poderão propiciar, a curto e

a médio prazo, a auto-suficiência brasileira em petróleo bruto, objetivo central da política do Governo, posta em ação através do Conselho Nacional de Petróleo, como agente do Estado, e da PETROBRAS, como executora.

2. Programa de atividades para o corrente ano

No que se refere à pesquisa e lavra de petróleo, o programa de trabalhos em execução no corrente ano toma como diretriz a convergência de esforços para as áreas que apresentaram melhores possibilidades, em vista de já serem, algumas, produtoras e, nas outras, fornecerem bom rendimento os métodos exploratórios atuais. Em determinadas bacias paleozóicas, tais como o Médio Amazonas, o Maranhão e Paraná, as atividades se mantêm em nível razoável, com prazos de resposta não imediatos.

Dentro desta linha de ação, prossegue a caracterização geológica das bacias sedimentares do País, através do emprego de turmas de geologia de superfície e unidades de perfuração elétrica e geologia de sub-superfície. Intensificam-se as pesquisas geofísicas nas áreas de maiores possibilidades de existência de estruturas e reservatórios. Tem andamento trabalhos de geodésia e cartografia, a par da extensão da pesquisa de laboratório (paleontologia e sedimentologia) a todos os Distritos. No programa de perfuração, o plano da empresa estatal previa a ocupação de 49 sondas, após o recebimento de novas unidades, sendo 10 na Amazônia, 7 em Alagoas-Sergipe, 33 na Bahia e 2 na Bacia do Paraná.

Quanto à produção, o programa em andamento compreende a perfuração de 213 poços de desenvolvimento na Bahia e 84 na área do Carmópolis, totalizando 163 mil metros na primeira e 71,4 mil metros na segunda. Abrange, também, o prosseguimento do projeto geral de adução e captação de água e o desenvolvimento das instalações de tratamento e injeção de água.

A ampliação da produção de petróleo deverá resultar da execução do programa de desenvolvimento dos campos já descobertos e do aprimoramento da técnica de produção mediante a recuperação secundária. Neste ponto — a recuperação secundária — vale ressaltar a importância dos trabalhos em execução, para a reposição das jazidas, evitando o grave risco de exaustão em que se incorreria, caso a produção de petróleo não levasse em conta a necessidade de manter a pressão interna das jazidas.

A esse respeito, os trabalhos compreendem injeção de gás, água doce e água do mar. O programa se estende por numerosos campos produtores: Água Grande, Buracica, Candelas, Cassaronguço, Dom João, Taquipe e estão beneficiando da recuperação secundária, cujos resultados já garantem ótimos efeitos.

Ao mesmo tempo, os estudos de reservatório deverão prosseguir, nesses incluídos os campos de Dom João, Candelas, Buracica, Água Grande, Cassaronguço, Brejinho-Cenakrara, Mata de São João e Fazenda Panelas-Santana.

3. Produção atual de petróleo bruto e gás natural

São 49 os campos produtores de petróleo: 5 em Alagoas, 3 em Sergipe e 41 na Bahia, abrangendo este número além dos campos efetivamente em produção, outros já praticamente esgotados, diversos tamponados, outros em programa de recuperação, ou aguardando a instalação de equipamentos para escoamento da produção, etc.

Destes campos produtores, 24 estiveram em produção efetiva, no período considerado, sendo 21 na Bahia. Os cinco principais contribuem para a produção, nas seguintes percentagens: Água Grande (44%); Buracica (16%); Taquipe (13%); Dom João (10%); Candelas (10%).

No corrente ano, até 31 de julho último, foram produzidos 19.831.964 barris de petróleo bruto, sendo 19.455.749 extraídos dos campos baianos e 126.215 de Sergipe-Alagoas. Este nível de produção representa, sobre as previsões do plano, um superávit de 232.705 barris.

Significa, ainda, a média diária de 91.772,4 barris, para a Região de Produção da Bahia e 595 para a Região de Produção do Nordeste, perfazendo o total de 92.367,4 barris diários.

Devo, neste passo, dar uma informação aos Srs. Senadores, que me chegou nestas 48 horas.

A Petrobras foi classificada de que a produção aumentou para 97.000 barris, esperando que até o fim do ano alcance 105.000 barris.

O Campo de Mirange se tem apresentado com ótimos índices de produção, já tendo a Petrobras prestado cerca de 80 perfurações para o próximo ano, podendo chegar a sua produção à ordem de 35.000 barris-dia, no fim de 1966.

O SR. SENADOR LOPES DA COSTA — Mesmo assim, não estaria acompanhando o ritmo do consumo interno.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Realmente, o aumento percentual da demanda vai a 7%, e não chegamos a 5%. O principal é que temos esperanças bem fundadas, pois todos os campos descobertos são de grande valor. Se surgir também no Maranhão, será talvez a referência, pois o óleo do Maranhão é excelente em qualidade.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA (Relator) — Em relação ao consumo atual, qual é a percentagem?

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Estamos produzindo cerca de um terço. Chegaremos a mais, se certas previsões da Petrobras se realizarem até o fim do ano. (Lê.)

Finalmente, a média diária, por poço, foi no corrente ano, de 33,3 barris na Região de Produção do Nordeste e de 173 barris na Região de Produção da Bahia.

Quanto ao gás natural, foram produzidos, nesse período, 355.50.8352 m³. Parte desta produção não pode ainda ser aproveitada. Todavia, com o aumento da quantidade reinjetada nos campos de óleo e com a implantação de indústrias petroquímicas na Bahia, o volume não aproveitado será consideravelmente reduzido. De qualquer forma, o gás produzido em áreas isoladas e distantes e em quantidade que não permita aproveitamento econômico continuará sendo queimado na atmosfera.

4. Reservas

O cômputo das reservas recuperáveis apresentava, em 30 de junho último, o total de 102.130.000 m³, ou sejam 642.775.000 barris. Compõem este total as reservas da Bahia, no montante de 88.580.000 m³ (544.538.200 barris) e da região de Alagoas-Sergipe, que atingem 15.610.000 m³ (98.186.800 barris).

Cabe, aqui, assinalar a importância das reservas de Carmópolis (15.230.000 m³, ou 95.796.700 barris), que constituem a maior parte do total de Sergipe-Alagoas. Também convém repetir que a aplicação de métodos adequados de recuperação secundária, àquelas jazidas poderá quintuplicá-las.

A estimativa da PETROBRAS, no campo de Carmópolis, como campo isolado, é a maior, pois é a maior reserva que temos.

O SR. SENADOR JULIO LEITE — Esse campo não está delimitado?

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Está sendo delimitado. Já há previsão de grandes postos de exploração. A delimitação já está chegando ao fim, tanto que já se pensa em mobilizar elementos para a exploração ser logo iniciada.

O SR. SENADOR JULIO LEITE — A expectativa é bem maior do que o imaginado!

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Há esperança de que se

dirija para o mar e, então, se fôr para a orla submarina... E' a nossa grande esperança.

O SR. SENADOR LOPES DA COSTA — Senhor Marechal, por gentileza: tomando por base uma média de consumo, nos próximos anos, de 120 mil barris diários, ... quanto tempo levaria para conseguir essa produção inteira de 642 milhões, se tivéssemos uma produção de 120 mil barris nos próximos anos?

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Não calculei, mas será fácil. Não calculei, porque esses dados estão variando dia a dia. Talvez daqui a 20 anos tenhamos auto-suficiência.

O SR. SENADOR LOPES DA COSTA — Talvez daqui a 20 anos teremos um terço do consumo, se não forem descobertas novas jazidas.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — (Lê):

B. Refinação de Petróleo

O parque refinador nacional se compõe das refinarias Landulfo Alves (Mataripe — 43.000 barris de capacidade); Duque de Caxias (120.000, em ampliação para 150.000); Presidente Bernardes (Cubatão — 110.000 barris); União (Capuava — 31.000); Mangueinhos (10.000 barris); Ipiranga (9.300); COPAM (Manaus — 5.000 barris); Matarazão (900 barris); Destilaria Riograndense de Petróleo (Uruguaiana — 400 barris). Acha-se em construção as refinarias Gabriel Passos (Belo Horizonte — 45.000 barris) e Alberto Pasqualini (Porto Alegre — 45.000 barris).

Este setor processou, no primeiro semestre do corrente ano, a média diária de 310.471 barris de petróleo bruto, dos quais 254.973 (81,55%) pelas unidades da PETROBRAS e 55.598 (18,45%) pelas empresas privadas, sendo que, deste último cômputo, 3,5% são produzidos pela Refinaria União (Capuava) em benefício do monopólio estatal.

Quero esclarecer uma coisa. A produção do Parque das refinarias particulares é de cerca de 18% sendo que 81,5% são por parte da PETROBRAS.

Esta produção aumenta cada dia, não só pelas empresas privadas como o que está se operando em Caxias, com as novas refinarias.

Quando estiver terminada a ampliação da refinaria de Duque de Caxias, estará se elevando de 7 a 8% no máximo, porque mesmo agora dezoito por cento são refinados pela iniciativa privada e três e meio por cento pela PETROBRAS. (Lê):

Do total de petróleo bruto processado naquele período, 39.740.698 barris foram importados e 15.063.939 barris procederam dos campos baianos e do nordeste.

A participação da empresa estatal na oferta global de derivados é vultosa em todos os principais produtos. Assim, produz ela 83,2% do gás liquefeito de petróleo, 72,6% das gasolinas, 92,23% do querosene, 91,28% do óleo diesel, 83,1% do óleo combustível, 87,2% do asfalto e 56,2% dos solventes.

A par do término das unidades em construção e do estudo preliminar de nova unidade, a política do Governo é, principalmente, adequar os esquemas de produção à demanda. O problema de adequação tem dois aspectos: Primeiro, procurar-se-á diversificar os esquemas atuais, para obter alguns derivados ainda importados, inclusive combustível para aeronaves e óleos lubrificantes básicos, dois dos principais itens da pauta de importação de derivados. Em segundo lugar, procurar-se-á, com a adequação dos esquemas aos consumos regionais, evitar certas transferências de derivados, que os oneram com elevados custos.

Já estamos satisfazendo o consumo de gasolina e querosene. Mas não fabricamos gasolina para avião.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — E querosene de avião?

O SR. EMILIO MAURELL FILHO — Será possível fabricar.

As últimas experiências realizadas não só na Refinaria Duque de Caxias como na de Mangueinhos, demonstraram essa possibilidade. Mas estamos tendo muita cautela a respeito do seu fornecimento, porque olhamos muito a segurança daqueles que usam os aviões.

Quanto ao gás liquefeito, produzimos muito, mas ainda importamos uma parte. Mas, como veremos mais adiante, o consumo do gás liquefeito se generalizou de tal maneira que houve um crescimento de 25%.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — E muito mais prático do que a lenha!

O SR. EMILIO MAURELL FILHO — Isso tem servido para a proteção de nossas florestas. (Lê):

O problema vem sendo examinado pelo Conselho com todo o cuidado, pois os determinantes da doação deste ou daquele esquema são bastantes complexos, envolvendo questões como as especificações técnicas das refinarias, os tipos de óleos processados e a composição da demanda, não só das regiões servidas pelas refinarias, como da demanda nacional, considerada em seu todo.

Os quadros anexos demonstram a produção de cada derivado e o esquema de produção do parque refinador nacional, considerado agregativamente, inclusive a produção por refinaria.

Temos vários quadros, discriminando, não só a produção por refinarias, com par qualidade e preços.

E uma estatística completa.

Temos o consumo regional de cada produto.

(Exibe gráfico) Por exemplo, a gasolina.

Temos as refinarias (Exibe gráfico). Nunca se faz a transferência das refinarias pelo consumo.

Na Região Amazônica, (Exibe gráfico) temos o consumo de derivados em cerca de 124.547 metros cúbicos e a produção de 100.106, que é a de Manaus.

Vemos (Exibe gráfico) que a Refinaria de Manaus vai até São Luís.

A da Bahia (Exibe gráfico) manda derivados de Salvador.

Há importação da gasolina automotiva. (Exibe gráfico).

Temos a importação de óleo diesel. (Exibe gráfico).

Temos este esquema: de consumo e de produção. (Exibe gráfico).

O que onera muito é o problema do frete, que entra na composição do preço. (Exibe gráfico). A demanda faz com que se modifique o esquema da produção.

Qual o lucro da refinaria? Quem lucra com isso é a FRONAP.

Gráficos a que se refere o Senhor Emilio Maurell Filho, exibidos à Comissão por S. Ex^a.

GRÁFICO I
ÓLEO CRU PROCESSADO
(1º SEMESTRE DE 1965)

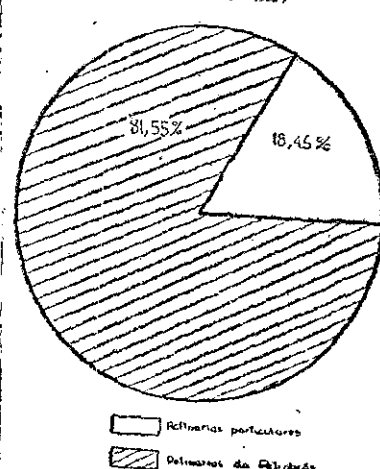


GRÁFICO II
1- GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO
(1º SEMESTRE DE 1965)

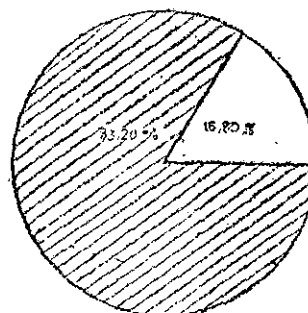
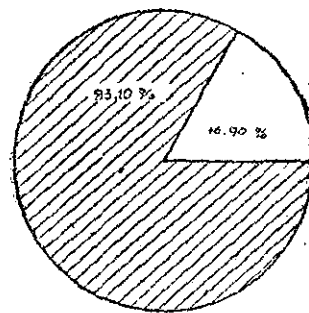
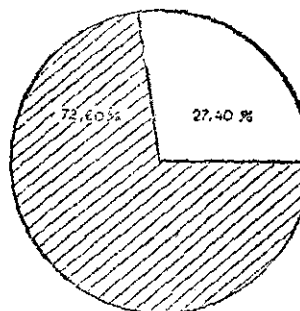


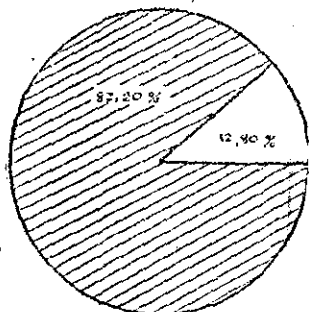
GRÁFICO III
3- ÓLEO COMBUSTÍVEL



2- GASOLINAS
TIPOS A e B



6- ASFALTO



REFINARIAS PARTICULARES
REFINARIAS DA PETROBRAS

REFINARIAS PARTICULARES
REFINARIAS DA PETROBRAS

GRÁFICO II
3- QUEROSENE

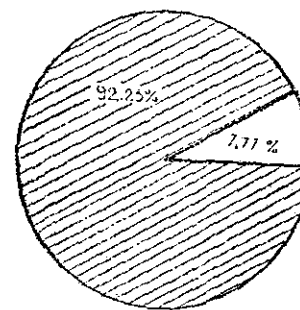
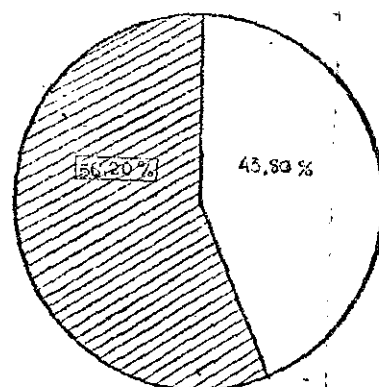
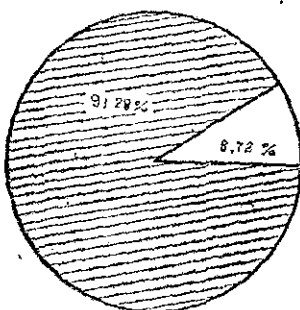


GRÁFICO III
7- SOLVENTES



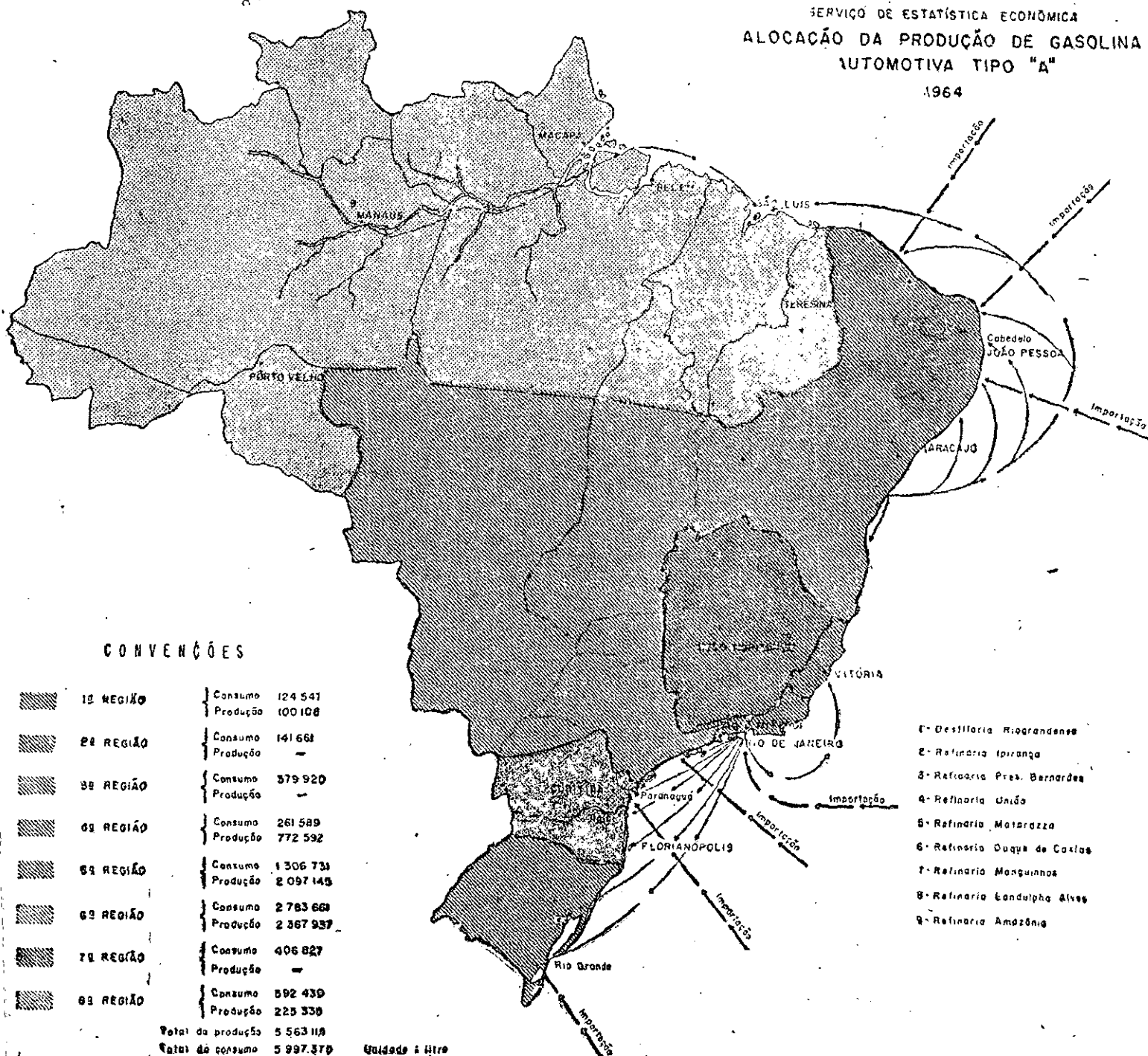
4- ÓLEO DIESEL



REFINARIAS PARTICULARES
REFINARIAS DA PETROBRAS

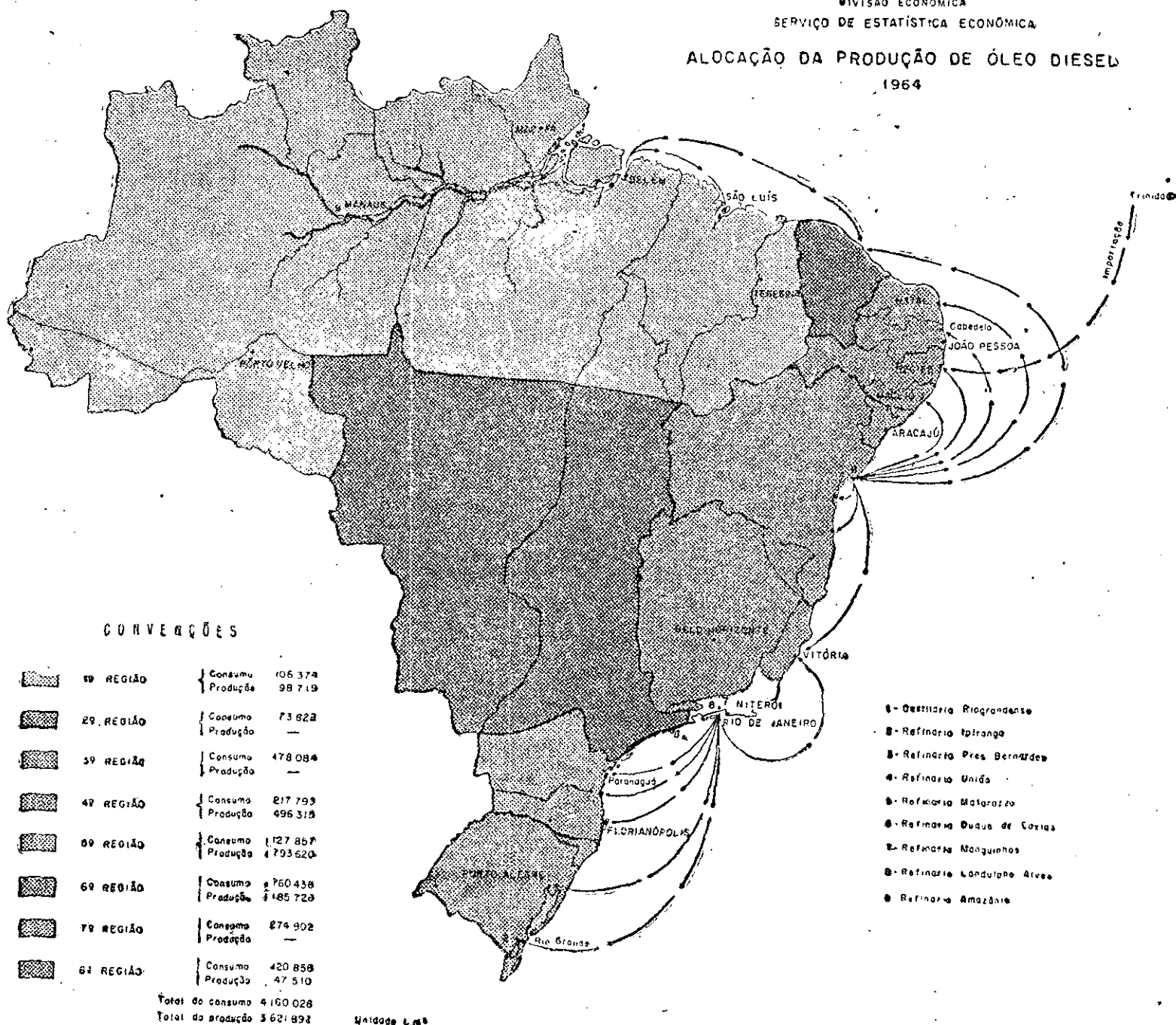
REFINARIAS PARTICULARES
REFINARIAS DA PETROBRAS

M.M.E. - C.N.P.
DIVISÃO ECONÔMICA
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA
**ALOCACÃO DA PRODUÇÃO DE GASOLINA
AUTOMOTIVA TIPO "A"**
1964

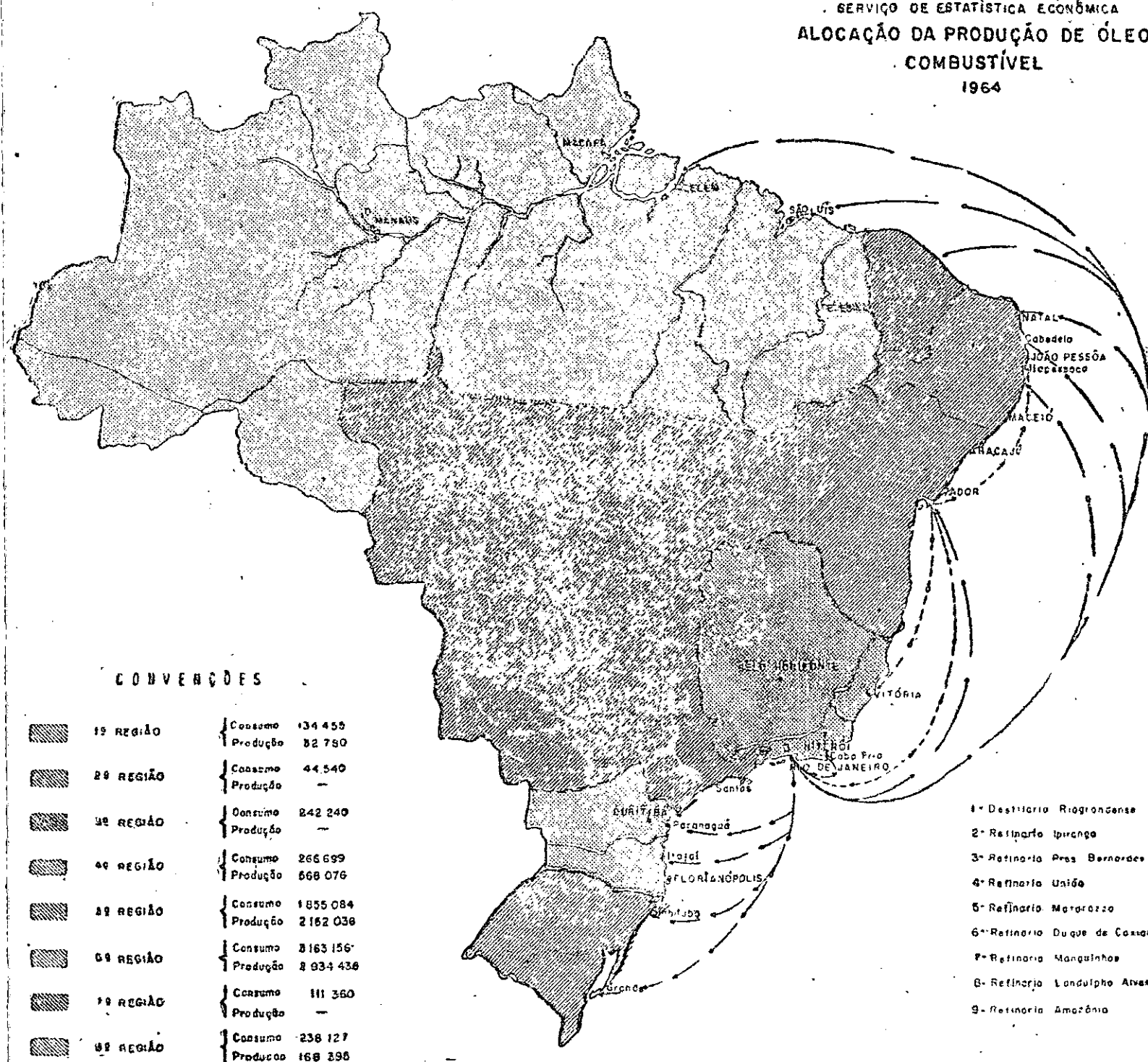


M.M.S. • C.N.P.
DIVISÃO ECONÔMICA
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA

ALOCÇÃO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO DIESEL
1964



M. M. V. - S. N. P.
 DIVISÃO ECONÔMICA
 SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA
**ALOCÇÃO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO
 COMBUSTÍVEL**
 1964



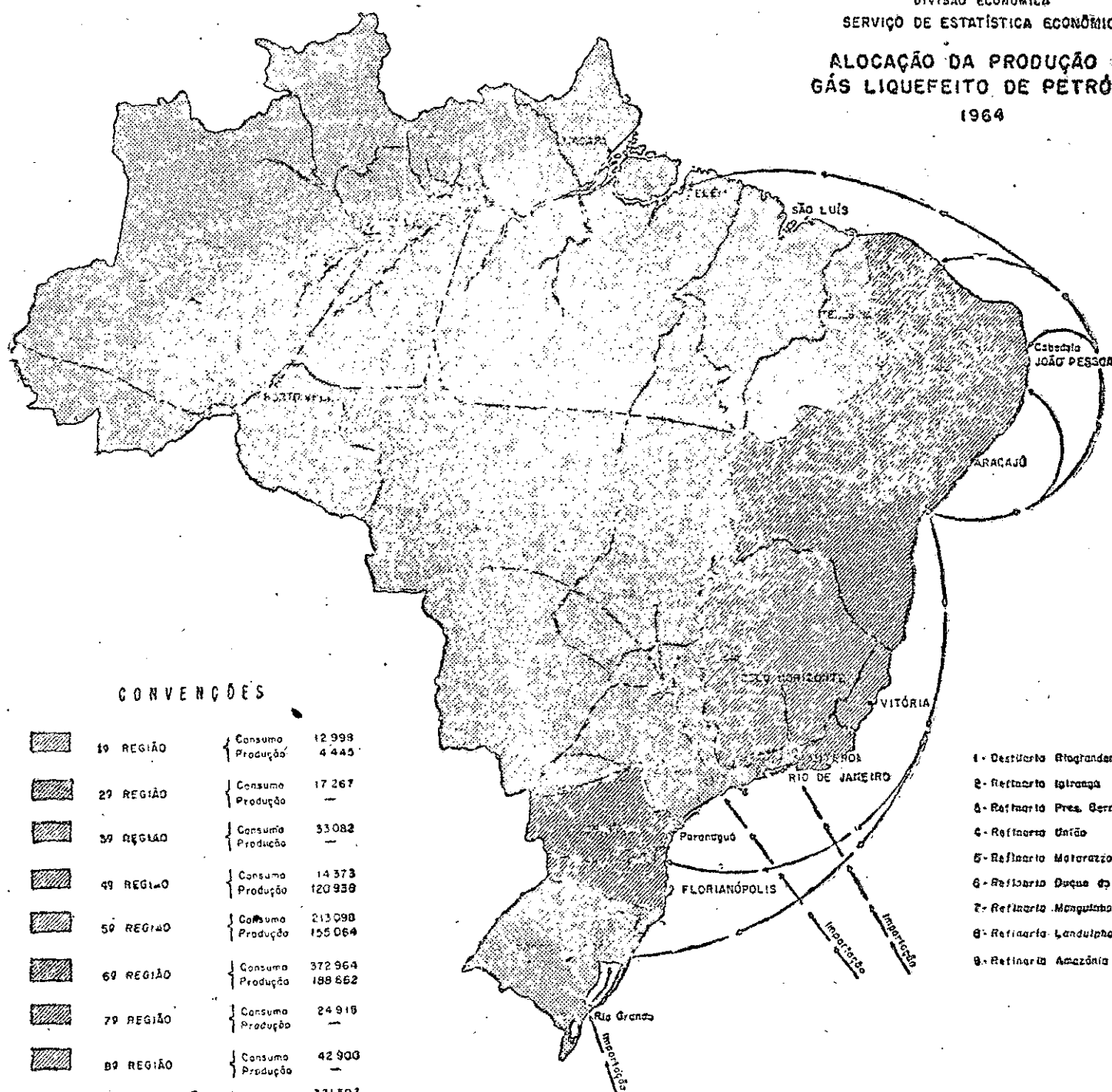
CONVENÇÕES

1ª REGIÃO	Consumo	134 455
	Produção	52 750
2ª REGIÃO	Consumo	44 540
	Produção	—
3ª REGIÃO	Consumo	242 240
	Produção	—
4ª REGIÃO	Consumo	266 699
	Produção	668 076
5ª REGIÃO	Consumo	1 855 084
	Produção	2 162 036
6ª REGIÃO	Consumo	3 163 156
	Produção	2 934 436
7ª REGIÃO	Consumo	111 360
	Produção	—
8ª REGIÃO	Consumo	238 127
	Produção	168 396

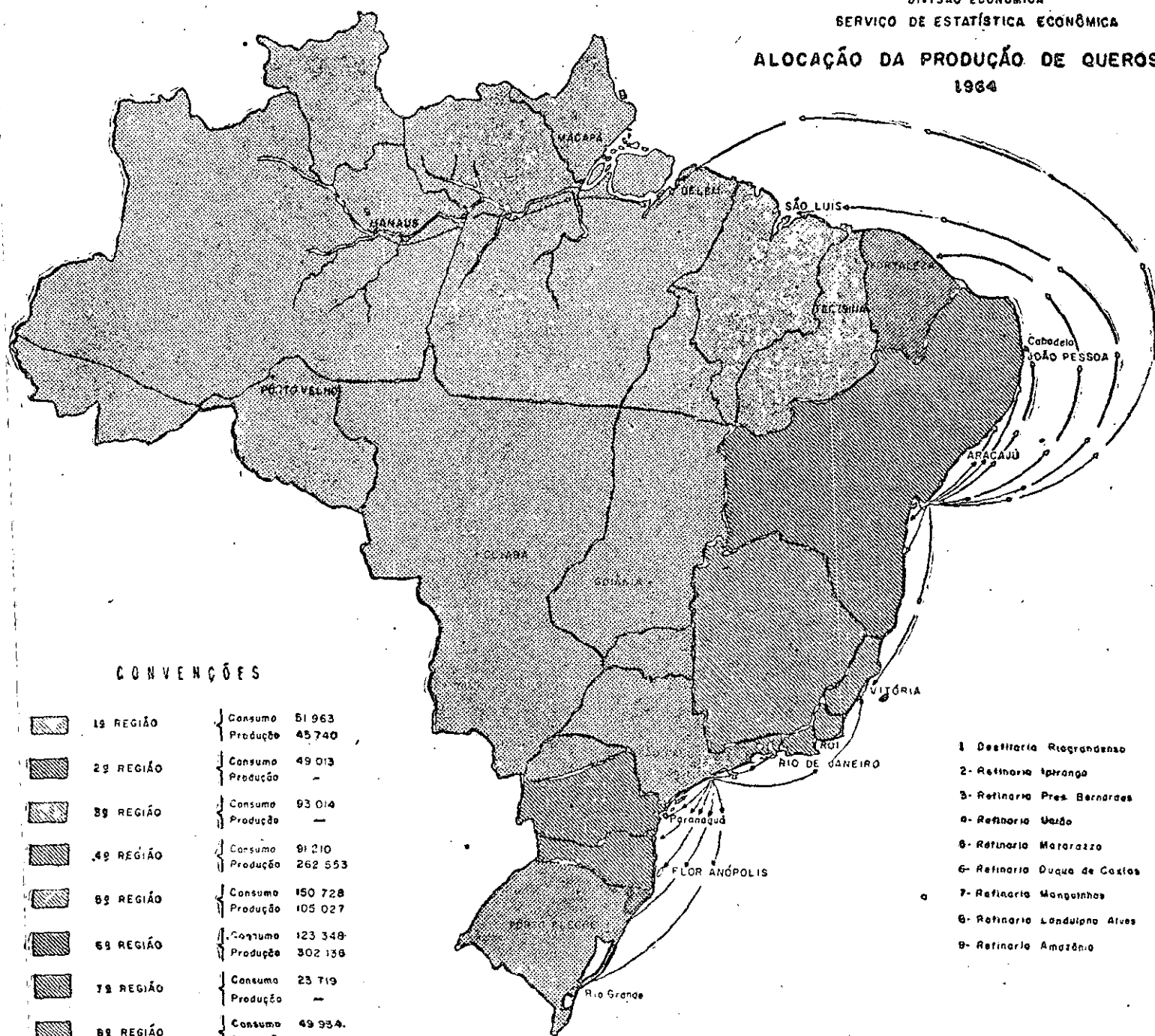
Total de produção 8 861 723 ton
 Total de consumo 8 085 661 ton

- 1ª - Destilaria Riograndense
- 2ª - Refinaria Ipiranga
- 3ª - Refinaria Pres. Bernardes
- 4ª - Refinaria União
- 5ª - Refinaria Maracózo
- 6ª - Refinaria Duque de Caxias
- 7ª - Refinaria Mangueiras
- 8ª - Refinaria Landulpho Alves
- 9ª - Refinaria Amazônia

B.M.E. - C.N.B.
DIVISÃO ECONÔMICA
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA
**ALOCÇÃO DA PRODUÇÃO DE
GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO
1964**



U.D.E. - C.N.P.
DIVISÃO ECONÔMICA
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA ECONÔMICA
ALOCACÃO DA PRODUÇÃO DE QUEROSENE
1964



Há um outro óbice grande que consiste na dependência dos navios, porque muitas vezes tem que se ficar aguardando por eles; isto porque estamos lutando com uma deficiência de petroleiros, pois por maior que seja a estocagem os navios demoram demais e, muitas vezes, o produto não consegue chegar na hora em que se faz necessário. Estamos também procurando solucionar isso, procurando coordenar melhor as viagens dos petroleiros.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA (Relator) — Sempre que surgir uma crise, em certa região, determinada pela falta de combustível líquido, há sempre uma exploração pois passa-se a ter de comprar no câmbio negro e o consumidor, não podendo adiar o consumo, acaba pagando. Com isso, então, se transfere, em última análise, ao custo de vida, porque toda vez que se paga a mais alguém tem de arcar com essa diferença e, em geral, é o povo.

OSR. MARECHAL MAURELL FILHO — E o comerciante é quem lucra.

O SR. SENADOR LOPES DA COSTA — Gostaria de saber, Marechal Maurell Filho, a respeito dessa Refinaria de Belo Horizonte, se ela teria capacidade para enviar gasolina para Cuiabá. Estou representando o Estado de Mato Grosso.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Não, nobre Senador, porque Cuiabá está mais subordinado a São Paulo.

O SR. SENADOR LOPES DA COSTA — Porque ela recebe gasolina de importação?

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Gasolina de importação esporádica.

Futuramente, quando a de Minas estiver funcionando, teremos de jogar para algum lugar a produção de Duque de Caxias, a qual vai complementar a demanda de São Paulo.

O SR. SENADOR LOPES DA COSTA — Belo Horizonte está mais próximo da Capital de Mato Grosso do que São Paulo. O meio de transporte é o rodoviário, que não é dos bons, como também não é dos maus.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Por São Paulo talvez seja mais fácil.

O SR. SENADOR LOPES DA COSTA — De São Paulo tem de vir também por rodovia, atravessando-se as mesmas dificuldades, pois a BR-31 é a estrada utilizada. Passa pelo Triângulo Mineiro e vai à Capital de Mato Grosso.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — A produção de Mato Grosso poderá se beneficiar se tiver meios de transporte fáceis, tanto de Belo Horizonte, como de São Paulo. Futuramente concretizar-se-á venha aspiração de trazer o petróleo da Bolívia. Ai, então V. Exas. terão...

O SR. SENADOR LOPES DA COSTA — O Sul irá beneficiar-se com o petróleo da Bolívia, de Corumbá para o Sul.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — O Conselho Nacional do Petróleo sempre pensa em Cuiabá, e não a vai deixar sem derivados.

O SR. SENADOR EUGÊNIO BARROS — Poderia V. Exa, Marechal MAURELL FILHO, informar sobre o número de poços em Barreirinhas e em São João, bem como sobre seu estudo?

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Não sei determinar a quantidade, porque estão em fase de pesquisa. São poços pequenos em Barreirinhas e em São João, poços que de-

ram amostras — por assim dizer — de gás e de óleo. Não se mediu a sua capacidade.

Primeiro, porque não se delimitaram os campos e, até hoje, não temos notícia oficial sobre a capacidade produtiva de cada poço. São os primeiros, apenas afloram a esperança de um campo. Pode, porém, acontecer como no Amazonas. Parecia que ali teríamos petróleo bastante para a redenção da Amazônia. Entretanto, tratava-se apenas de um poço. É muito comum acontecer isso. Jorra petróleo, mas não há possibilidade de consistência de produção.

Assim, por ora estamos apenas na fase do pioneirismo. Há, porém, um ponto interessante a assinalar: Barreirinhas deu petróleo em grande profundidade. Já São João, à distância de trinta quilômetros, deu em outro horizonte, muito menos profundo, e ainda não se alcançou ali o horizonte de Barreirinhas. É possível que São João tenha grande extensão de petróleo, é a grande esperança da Petrobrás.

O SR. SENADOR EUGÊNIO BARROS — Pode V. Exa informar se há poços sendo perfurados em outras regiões?

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Creio que, no momento, há concentração nessas duas regiões, que são promissoras. Temos poucas sondas e onde há, geologicamente, esperanças, aí se fazem as prospecções geográficas. Se há possibilidades, aí nos concentramos. Atualmente, no Maranhão, estamos concentrados nessas duas pequenas regiões.

O SR. SENADOR EUGÊNIO DE BARROS — Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sígefredo Pacheco) — A fim de ordenarmos o andamento dos nossos trabalhos gostaria de ouvirnos, inicialmente, a exposição do Sr. Mal. Maurell Filho e, depois, viriam as perguntas.

O Sr. Mal. Maurell Filho já terminou a sua exposição?

O SR. MAL MAURELL FILHO — Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sígefredo Pacheco) — Queira ter a gentileza de prosseguir. No final, então, teremos as perguntas.

O SR. MAL MAURELL FILHO — Pois não.

Continuamos, então. (Lê.)

“Parte II — Importação e Comercialização do Petróleo”

PARTE II

IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO PETRÓLEO

I

AS RESPONSABILIDADES LEGAIS DO CNP NO TOCANTE AO ABASTECIMENTO NACIONAL

A Lei 2.004, no capítulo II (art. 3º e seus parágrafos), define, claramente, as responsabilidades do Conselho Nacional do Petróleo, com respeito ao abastecimento nacional.

“... art. 3º — O Conselho Nacional do Petróleo, órgão autônomo, diretamente subordinado ao Presidente da República (1), tem por finalidade superintender as medidas concernentes ao abastecimento nacional de petróleo.

§ 1º Entende-se por abastecimento nacional de petróleo a produção, a importação, a exportação, a refinação, o transporte, a distribuição e o comércio de petróleo bruto, de poço ou de xisto, assim como de seus deriva-

§ 2º Ainda se inclui na esfera da superintendência do Conselho Nacional do Petróleo o aproveitamento de outros hidrocarburetos, fluidos e de gases raros”.

2. Somente uma modificação estrutural sofreram esses dispositivos legais, (1) dizendo respeito à incorporação do Conselho Nacional do Petróleo ao Ministério das Minas e Energia, feita pela Lei nº 3.702, de 22 de julho de 1960. Nada mais.

3. As responsabilidades que decorrem da Lei 2.004, no que concerne ao abastecimento, podem ser assim sintetizadas:

a) O Conselho Nacional do Petróleo, através dos seus órgãos técnicos, deve acompanhar, diariamente, a condução do abastecimento nacional do petróleo e derivados em todo o território nacional, o que se traduz em um único e grande objetivo final, qual seja, o de estarem supridos todos os depósitos de derivados de petróleo, indispensáveis ao consumo, e os depósitos das refinarias nacionais, no que diz respeito aos estoques de petróleo necessários à continuidade da produção e estoques de derivados acabados, prontos para a manutenção do fluxo de entregas às Cias. Distribuidoras.

b) No tocante à produção nas refinarias nacionais, deve o CNP acompanhar o desenvolvimento dos seus programas que lhe são submetidos à aprovação prévia, e estar atento à observância dos mesmos, seja por parte da Petróleo Brasileiro S.A. seja pelas permissionárias do refino.

c) No tocante à demanda das diversas regiões no País, deve o CNP cuidar dos estoques mínimos de derivados nas bases supridoras e da sua movimentação normal para as bases de abastecimento do interior, o que envolve questões complexas que dizem respeito à capacidade de armazenagem e à disponibilidade efetiva dos meios de transporte, seja o da cabotagem, via rodoviária, ferroviária, lacustre ou fluvial.

d) Não é possível o divórcio entre as responsabilidades assinaladas, traduzidas em termos físicos, dos seus aspectos econômicos e financeiros, ou seja, do reflexo nos preços finais de compra e venda dos derivados no território nacional, pois que se completam e quase sempre estão a exigir providências simultâneas. A normalidade do abastecimento está acima de quaisquer interesses comerciais, seja os da Petróleo Brasileiro S.A., seja das permissionárias do refino, das Cias. Distribuidoras, ou das Cias. de Transporte. Naturalmente, a responsabilidade do Conselho está a exigir que o abastecimento se faça em obediência aos legítimos interesses nacionais, que se traduzem em: máxima economia de divisas

— mínimo dispêndio com o transporte entre a fonte produtora e a região de consumo;

entretanto, a cada instante, em um País de extensão territorial igual ao nosso, com as deficiências naturais no setor portuário, nos meios de transporte, e mesmo no do armazenagem, são determinados, com frequência, afastamentos das condições ideais antes assinaladas, e os órgãos técnicos do CNP, cabe, tanto quanto possível, a eliminação dos ônus decorrentes dessa situação.

e) Acresce, ainda, que não atingimos a total auto-suficiência, relativa ao consumo de derivados, e quanto ao abastecimento do petróleo, é sabido que a nossa dependência externa é significativa. Para tanto, verifique-se a importação em 1964 e 1º semestre de 1965.

O Decreto nº 53.337 de 23 de dezembro de 1963, concentrou as impor-

tações de petróleo e derivados junto à Petróleo Brasileiro S.A., objetivando-se com ela, fundamentalmente, a maximização da economia de divisas, decorrente de um maior poder de barganha, e tendo em vista a grande instabilidade do mercado internacional no tocante a esse comércio, pois a superoferta, especialmente em petróleo, fez com que os preços seja da matéria-prima, seja do transporte, manifestassem constantes variações em relação às cotações internacionais, reveladas através tabelas tradicionais, que passaram a constituir-se em meros pontos de referência para as transações que se efetuam.

A complexidade do mercado internacional de petróleo e derivados, o jogo de interesses, a intensa concorrência, recentemente, ativada com participação firme da União Soviética, e de novas áreas produtoras, como as do norte da África, mudaram bastante, as condições desse comércio. Naturalmente, se as fontes produtoras são limitadas, como ocorre, por exemplo, com determinados derivados cu produtos indispensáveis à indústria do petróleo, nenhuma razão existiria para recomendar, em favor dos interesses nacionais, a concentração das importações em mãos da União ou de seu legítimo representante. Esse é o caso dos aditivos químicos para os óleos lubrificantes, dos catalizadores para o refino, do chumbo tetra-etila destinado ao aumento da octanagem das gasolinas, dos inibidores, corantes, equipamentos, peças acessórios indispensáveis à indústria do refino, não produzidos internamente, etc... Poderiam ainda ser considerados alguns produtos indispensáveis à indústria petroquímica, todos enfim, ligados a um mercado mais estável, onde as cotações de preços internacionais são bem mais limitadas.

Entendeu o Governo, nesse particular, que as relações do CNP e da Petróleo Brasileiro S.A. deveriam condicionar as flexibilidades indispensáveis à execução do significativo comércio que exerce a Petrobrás, e que, até o decreto nº 53.337, de 23 de dezembro de 1963, que concentrou as importações de petróleo e derivados, já se fazia representar pelo elevado índice de 85% das nossas necessidades quanto ao petróleo. Referimo-nos, especificamente, ao Decreto nº 40.845, de 28 de janeiro de 1957, que dispõe sobre as relações entre o Conselho Nacional do Petróleo e a Petróleo Brasileiro S.A.

O referido Decreto, em seu art. 6º estabeleceu:

“art. 6º A Petrobrás dará conhecimento ao Conselho Nacional do Petróleo de todos os contratos celebrados para aquisição de petróleo, equipamentos e outros produtos necessários à operação e à expansão da indústria de refino e atividades correlatas”.

Não participa, destarte, o CNP, nas questões preliminares que dizem respeito a tomada de preços, entendimentos comerciais, estudos de natureza técnica quanto a qualidade dos produtos negociados, bem como da celebração dos contratos, etc..., cabendo aos órgãos técnicos da Petrobrás essas responsabilidades, que vieram a ser confirmadas pelo Decreto nº 53.982, de 25 de junho de 1964.

As responsabilidades do CNP face ao que realiza a Petrobrás, aparecem definitivas no art. 4º do citado decreto 40.845, de 28 de janeiro de 1957.

Diz ele:

“art. 4º A fim de habilitar o Conselho Nacional do Petróleo a desempenhar a função de superintender as

medidas concernentes ao abastecimento nacional de petróleo que lhe foi concedida na legislação anterior e ratificada na Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953 (art. 3º e 4º), ficam sujeitas à deliberação final do Conselho:

I — a localização e capacidade das refinarias;

II — a natureza e quantidade dos produtos refinados;

III — a importação e exportação de petróleo e seus derivados;

IV — a localização dos tanques para armazenamento de petróleo e seus derivados, e os seus respectivos estoques mínimos a serem mantidos;

V — as cotas a serem entregues às empresas distribuidoras.

Parágrafo Único: A fim de assegurar o adequado abastecimento das bases litorâneas de provimento com derivados do petróleo de produção nacional, o Conselho Nacional do Petróleo e a Petrobrás promoverão, articuladamente, nos respectivos setores de aço, a melhor utilização e movimentação da Frota Nacional de Petróleos.

II

COMPRA DE PETRÓLEO E DERIVADOS E A POSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

No uso das atribuições que lhe concede o Decreto nº 53.892, de 25 de junho de 1964, a PETROBRAS, comecedora das suas necessidades de petróleo, indispensáveis à manutenção da continuidade de produção de suas refinarias, está em perfeita condição de estabelecer as quantidades de que necessita importar a cada instante, e, portanto, a elaborar os programas semestrais ou anuais desse abastecimento indispensável. No tocante às permissões de refino, a situação especial de tratamento que lhes dispôs a Lei 2.004, não permitindo que as mesmas sofressem processos de ampliação, facilitou a questão do seu suprimento, pois, no correr dos anos, suas necessidades de petróleo são praticamente, contante. O pleno conhecimento de seus equipamentos, por sua vez, determina a ciência prévia dos tipos de petróleo que estão em condições de processar. Assim, por exemplo, a Refinaria de Capuava é uma das nossas indústrias adaptadas ao consumo integral de petróleo do KUWAIT, sabidamente, de baixo preço e relativo teor de enxofre. Não há, pois, maior dificuldade para a PETROBRAS fazer incluir em seus programas de importação, as quantidades indispensáveis de petróleo para o abastecimento das permissões de refino. Naturalmente, quanto à programação de chegada dos petroleiros há que haver um entrosamento adequado, seja devido à liberação no porto, que se impõe, e a existência de espaço nos tanques para o recebimento da matéria prima. São detalhes que se discutem e acertam sem maiores dificuldades.

2. Essa situação, entretanto, já não ocorre em relação aos derivados, onde a presença do Conselho Nacional do Petróleo é indispensável, e está sempre presente. Os derivados, ligados diretamente às exigências da demanda e às condições específicas em que se processa a distribuição e o comércio dos mesmos, e ainda, a mecânica da produção e entrega das refinarias nacionais, só podem vir a ser importados pela PETROBRAS, dentro de rígidas condições determinadas pelo Conselho. Essa é a atribuição dos Comitês de abastecimento que funcionam junto à Divisão Econômica do Conselho Nacional do Petróleo, e nesses têm assento técnicos de abastecimento deste órgão, das Companhias distribuidoras e das refinarias nacionais, inclusive, da PETROBRAS e da Frota Nacional de Petroleiros. Infor-

mações e dados de todos os pontos do País são trocados, e os problemas analisados, quando necessário, até diariamente. Ao Diretor da Divisão Econômica cabe a missão de coordenar esses estudos, com auxílio de seus assessores de abastecimento, e dos assessores econômicos, pois, já o dissemos, que as questões de ordem financeira, quase sempre, estão presentes, ligadas a problemas de imobilizações, custos de transferência, exame de encargos que são hoje cobertos pelo Fundo de Cabotagem, etc... Em consequência, a atuação da PETROBRAS no comércio de importação de derivados se cinge, praticamente, a meras rotinas executivas, e mesmo a livre escolha da fonte da qual seja mais importante realizar-se a compra de derivados, é limitada. Assim, quanto aos óleos lubrificantes básicos, há que se respeitar as especificações e a procedência dos mesmos, de petróleo parafínicos, naftênicos, etc... No caso dos combustíveis para a aviação, a responsabilidade é ainda maior, pois que os motores desses aparelhos são construídos para uso de determinados combustíveis de características especiais, não sendo fácil trazê-los de qualquer procedência. Finalmente, quanto aos combustíveis, como a gasolina comum, óleo diesel, óleo combustível, somos praticamente, auto-suficientes, e se as fontes externas são mais diversificadas, por sua vez, as importações são esporádicas, quase sempre ocasionais, ligadas às vicissitudes e agruras do próprio abastecimento, seja na produção, seja no transporte desses derivados. Nesse particular, pode existir disponibilidade de um desses derivados numa região, área Rio por exemplo, e ser mais conveniente a importação da Venezuela, se o suprimento se destina para o porto de Belém, ou outros da área norte ou nordeste setentrional. Por este motivo, nem no passado, nem no presente, são os derivados de petróleo, objeto de contratação de fornecimentos, como ocorre com o petróleo.

3. A importação de petróleo é feita baseada nos dispositivos legais abaixo examinados:

1 — O Decreto nº 53.337, de 23-12 de 1953, concentrou junto à Petrobrás Brasileiro S. A. — Petrobrás as importações de petróleo e derivados. O poder de barganha, o vulto dessas operações e o paralelo se comparadas com todas as compras que o País faz no exterior. Melhor dizendo, o Brasil tem no café a sua maior fonte de receita, se obtida através da exportação desse produto. Atingem elas a centenas de bilhões de cruzeiros. O Brasil tem no petróleo e derivados, a sua maior fonte de dispêndio no exterior, que também ascende, anualmente, a centenas de bilhões de cruzeiros.

2 — A Petrobrás Brasileiro S. A. — Petrobrás, através tomada de preços no mercado internacional, tem a competência de discutir com os fornecedores estrangeiros, da forma que julgar mais conveniente, os contratos e as compras isoladas, quando necessárias, de petróleo.

3 — O Conselho Nacional do Petróleo não interfere nessas transações, na qualidade de fiscal, pois apenas lhe compete a aprovação a posteriori das mesmas, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 40.845, de 23 de janeiro de 1957, art. 6º.

4 — No passado, as denúncias relativas à compra de petróleo, seja por parte da Petrobrás, seja por parte das permissões de refino (elas importavam o seu petróleo antes do Decreto nº 53.337, de 23-12 de 1953), sempre surgiam no auge de crises políticas, delas se ocupando Comissões de Inquérito Parlamentar junto à Câmara dos Deputados. As acusações de prática de superfatura-

mento, quase sempre, constituíam a tônica principal dessas denúncias. O que a respeito disso foi apurado, está nas conclusões dos trabalhos das referidas Comissões.

5 — O Governo, através dos órgãos competentes, tem se preocupado com o comércio de importação de petróleo e derivados, devendo sempre acompanhar o desenvolvimento dessas negociações, não só pelo vulto, que representam para os interesses nacionais, pelos seus reflexos no Balanço de Pagamentos, como pela necessidade de ser dada cobertura à Petrobrás Brasileiro S. A. — Petrobrás colocando-a sempre, acima de quaisquer suspeitas.

6 — Em 25 de junho de 1964, em menos de 3 meses após a Revolução, o Governo firmava o Decreto número 53.982, buscando com ele regulamentar o comércio de importação de petróleo e derivados, através da Petrobrás. Dêse destaque a 1º e 2º artigos, que traduzem, a essência dos objetivos governamentais, e que, em seguida, consideraremos:

Art. 1º. A Petrobrás Brasileiro S. A. — Petrobrás fará constar sempre de suas tomadas de preço e negociações para a compra de quantidades substanciais de petróleo bruto e derivados a condição de preferência para aquelas propostas que, sem prejuízo do preço competitivo, prevejam e permitam a exportação consequente de produtos brasileiros.

Art. 2º. A Petrobrás Brasileiro S. A. — Petrobrás não assumirá compromissos de compra com um só fornecedor, por prazo superior a 12 meses, ou para quantidade superior a 10 milhões de barris, quando se tratar de petróleo bruto, nem por prazo superior a 6 meses ou para quantidade superior às necessidades nacionais de importação em cada semestre quando se tratar de derivados, sem que desse compromisso constem cláusulas garantidoras da exportação de produtos brasileiros em valor pelo menos igual a 20% (vinte por cento) do valor das importações contratadas.

Houve um Congresso de empresas estatais, e aproveitando a oportunidade a Petrobrás conseguiu uma grande distribuição de produtos manufaturados e de maquinarias e outras coisas pressas à exportação de petróleo, o que impressionou de tal modo os representantes de outros países que a Venezuela propôs trocar seis milhões de dólares de máquinas por importações. Não quero criticar o Governo, por não obtermos este poder de "barganha", "somos compradores, temos mercadorias para comprar...

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Marechal, existe um problema de exportação no Brasil que ainda não está bem equacionado. Estou com um pedido de registro de uma firma exportadora que está dependendo de registro no Ministério da Agricultura; e isto está sendo moroso e cria certo desânimo para as empresas privadas que procuram se legalizar para exportar. Esperamos que esta situação melhore.

O SR. MARECHAL MAUREL FILHO (Lé.)

DECRETO Nº 53.982, DE 25 DE JUNHO DE 1964 — OS ASPECTOS ECONÔMICOS QUE ENVOLVE — E AS CRÍTICAS FEITAS A PETROBRÁS QUANTO A SUA EXECUÇÃO.

Quanto aos aspectos econômicos

1) De longa data, não vem o Brasil aumentando contra-partida comercial com países dos quais importa quantidades substanciais de petróleo e derivados, e cuja montante ascende,

hoje, a cerca de 220 milhões de dólares. Esse enorme gasto em divisas fortes, é sabido, é o maior encargo de todo o orçamento cambial destinado a cobrir nossas importações do exterior. Verifica-se, desse modo, que o grande progresso que tivemos no setor do petróleo, a partir de 1955, referiu-se, sobretudo, à ativação industrial, hoje possuindo o País condições de atender à demanda dos principais combustíveis, a gasolina, o óleo diesel, o óleo combustível, e maior parte do consumo de gás liquefeito.

Em 1955, o consumo nacional de derivados, andava por volta de 180 mil barris diários, tendo atingido, em 1964, a 324 mil barris diários.

Cresceu a demanda de combustíveis nos últimos 10 anos, de 80%, portanto.

Se nenhuma evolução tivéssemos feito, seja no setor do refino, seja no modesto aumento da produção interna de petróleo, e os preços internacionais fossem hoje, os vigentes em 1955, o nosso dispêndio em divisas teria se elevado em 80%, aproximadamente, e nessas condições estaríamos despendendo, no ano em curso, 488 milhões de dólares para garantir a normalidade do abastecimento.

b) Em verdade, a nosso favor intensificou-se a crise mundial para os produtores de petróleo, pois que a super-oferta e a entrada ativa da União Soviética na competição de mercados, tradicionalmente supridos pela potência do mundo ocidental, fez baixar os preços dessa matéria prima. Mas não apenas essa ocorrência viria em favor da nossa situação.

Também o mercado de oferta de transportes oceânicos para o petróleo entrava em crise. O conflito em Suez foi um marco importante. O tradicional transporte do petróleo do Oriente, através do Canal de Suez, obrigava que o mesmo se fizesse em pequenos petroleiros, devido a condições de passagem pelo referido Canal. As capacidades dos petroleiros situavam-se em média entre 70 e 120 mil barris, e isso tornava o frete relativamente elevado.

Há vários anos, antes mesmo de eclodir a crise de Suez, já se poderia vir a considerar o histórico Canal construído por Lesseps, como obsoleto do ponto econômico ultrapassado, especialmente, em se tratando de pequenos petroleiros que demandassem grandes distâncias, como seja, por exemplo, os que buscassem os mercados do outro lado do Oceano Atlântico. E nesse caso, apenas o elevação do preço do frete retiraria aos poucos a competição dos petroleiros do Oriente em cada viagem, pondo em risco a segurança de operação das refinarias no continente sul-americano, obrigando-as a manter grandes estoques, caso não tivessem também assegurado o abastecimento de petróleo da Venezuela, por exemplo.

O evento dos grandes ou super-petroleiros foi rápido e, nessas circunstâncias, o contorno do continente africano, para acesso ao cruzamento do Atlântico, deixou de ser uma operação onerosa, compensada, certamente, pela quantidade do petróleo transportado.

Em consequência, os pequenos petroleiros, de um momento para outro, ficaram sem serviço, gerando seria crise no mercado dos fretes de petróleo. Muitos, até, se transformavam em simples tanques flutuantes para estocagem.

O benefício para o Brasil, ante esses fatos, só não foi maior porque, infelizmente, nossos portos pouco evoluíram, e os terminais, para recebimento de grandes petroleiros, ain-

da hoje buscam um equacionamento adequado, o que muito tem preocupado o Governo, que nesse setor atuará, ativamente. Durante anos e anos, a Petrobrás e a Refinaria de Capuava, abastecidas com petróleo do oriente, a primeira com o óleo árabe, procedente de Ras-Tanura (Arábia Saudita), e a segunda, com óleo KUWAIT, de área próxima, se serviram das vantagens dos superpetróleos. *Universe Leader e Universe Commander*, que em cada viagem, traziam em média 600 mil barris de petróleo, mas devido a indecisões quanto a construção de um terminal apropriado, se sujeitavam a onerosas operações de transbordo, próximo ao porto de Santos, o que majorava cada barril de petróleo, em cerca de 4 centavos de dólar, em detrimento do nosso balanço de pagamentos.

Os preços CIF dos petróleos, de 1955 para cá, cairiam de US\$ 3,20 para o entorno de 2 dólares o barril. Nessa ocasião, a Petrobrás importava petróleo a US\$ 3,16 e a Refinaria de Capuava a US\$ 3,14 o barril, e as demais refinarias, petróleo mais caros. Então, houve uma queda nos preços das matérias-primas da ordem de 37,5%. Os derivados, por sua vez, também tiveram redução dos preços, alguns até em percentual bem maior, como é o caso do gás liquefeito, que chegou a custar 173 dólares a tonelada em 1956, para hoje ser adquirido a 58 dólares, caindo, portanto, de 66,5%. Outros derivados tiveram percentuais menores de redução. O consumo, por exemplo do querosene játo, que cresceu em substituição ao consumo da gasolina de aviação, também reduziu o nosso gasto em divisas.

Tomando-se uma redução média da ordem de 25%, estaríamos hoje, despendendo cerca de 316 milhões de dólares para o atendimento do abastecimento nacional, se nenhuma evolução tivéssemos feito no setor do refino e na produção de petróleo. Entretanto, estamos em verdade, despendendo cerca de 220 milhões de dólares com as importações de petróleo e derivados, o que revelaria uma economia de divisas de 96 milhões de dólares, nos anos de 1964 e 1965.

As perspectivas do aumento da produção interna do petróleo, levam-nos a crer que essa economia poderá vir a aumentar para os próximos anos, bem como o evento da produção de lubrificantes, por demais atrasado, e que está a desafiar a atual administração da Petrobrás. Os esforços para o aumento da produção de gás liquefeito, cujo dispêndio em dólares aparenta vir a ser o maior, na linha dos derivados de que ainda carecemos, devem merecer a atenção dos técnicos para que a efetiva economia de divisas para o País possa crescer.

c) Objetivando encontrar a contrapartida dessa nossa significativa

dependência externa, em petróleo, e em parte, de certos derivados que não produzimos, procurou-se, no passado, através missão comercial que esteve na União Soviética (antecedendo o reatamento de nossas relações diplomáticas), e outra missão na Venezuela, buscar a ativação de nossas exportações. O primeiro Acordo Comercial com a União Soviética, e os que o sucederam, são do conhecimento público, dada a sua divulgação pela imprensa. Hoje, esse comércio teve relativa evolução e, em troca de café, estamos assegurando cerca de 22,3% do nosso abastecimento de petróleo. Na Venezuela, é forçoso que se admita, não tiverem êxito os entendimentos que se processaram. O petróleo venezuelano que compramos, pertence a empresas internacionais que lá operam, e os fatos revelaram ser difícil o estabelecimento de transações de Governo para Governo. Restava assim, pelo que mostrava a experiência, um único caminho certo, a ser tentado, qual seja, o de forçar os grandes fornecedores internacionais de petróleo a nos conceder a contrapartida, que sempre foi buscada com pouco êxito. Solução correta, adequada às condições internacionais do mercado ofertante de petróleo, e oportuna. Esse é o grande significado econômico contido nos objetivos do Decreto 53.982, de 25 de junho de 1964.

Diz-se-á que as empresas petrolíferas têm dificuldades para colocar produtos industrializados brasileiros no exterior, manufaturas diversas ou matérias-primas, que estejamos em condições de exportar. Acreditamos mesmo, que pequenas empresas petrolíferas, ou mesmo de porte médio, venham a encontrar essas dificuldades, por falta de experiência e mesmo de condições comerciais. Esse não é o caso, por exemplo, dos grandes consórcios internacionais, dado o seu poder de barganha e suas transações comerciais com empresas industriais e estatais em todo o mundo, não só através do comércio de venda do petróleo, como no campo das indústrias químicas, transportes, equipamentos diversos, mas principalmente, no setor dos grandes bancos internacionais, onde o comércio se fundamenta no denominador de todas as riquezas, o dinheiro, a moeda forte.

e) Entretanto, o que tem de certo, de oportuno, o objetivo traduzido pelo Decreto 53.982, de 25 de junho de 1964, não pode deixar de ser salientada a importância da expressão nele inserida: "Sem prejuízo do preço competitivo", que aparece no texto do art. 1º, que antes transcrevemos. Isso significa, que o objetivo do Decreto não tinha, nem tem em mira, a garantia da exportação de um mínimo de 20% do valor do petróleo contratado nas condições previstas, qualquer que seja o preço, pois do contrário correríamos o risco de expor-

tar produtos, mercadorias, e ao final, continuaríamos a despendar as mesmas divisas, como se nada de novo tivesse ocorrido. Seria essa uma forma altamente desvantajosa para o País, e muito mais preferível seria a adoção de um sistema de subsídio direto, pois, pelo menos, espelharia uma medida genérica, não sujeita às suspeitas de se tratar de uma transação sob medida, para atendimento desse ou daquele grupo industrial que esteja operando no País. De forma alguma os preços competitivos internacionais poderiam vir a ser afetados, em busca do objetivo da exportação de mercadorias produzidas internamente. Isso é ponto pacífico.

A questão, certamente, em se tratando do mercado internacional ofertante de petróleo, torna-se ainda mais complexa. Não é fácil tarefa inferir-se até onde, a concorrência de um lado, e a vantagem da contrapartida, de assegurar-se uma compra maciça de petróleo, de outro lado, pode vir a influenciar os preços de tabela, ou das chamadas cotações internacionais. É sabido que as compras contratadas de petróleo, em função da qualidade, quantidade, condições de pagamento, do tempo de vigência do contrato, das condições do transporte, do tempo de liberação dos petroleiros nos portos de destino, se fazem a preços abaixo da tabela. Então, a experiência prova que o mínimo detalhe na transação, tem capacidade de influenciar o resultado final.

Diante disso, passemos, momentaneamente, a outra posição, a do ofertante, reconhecidamente com longa experiência, tino e tirocinio aguçado, muita prática e visão ampla desse comércio. Se parte do pagamento que lhe é oferecido, se dá em moeda-mercadoria, cuja colocação no mercado externo não é convidativa, em tese, pois que do contrário, a sua exportação seria natural, com base na mecânica da oferta e da procura, terá ele que buscar dimensionar, do ponto de vista monetário, qualquer tipo de ônus que possa vir a ser introduzido na transação, face à uma condicional estranha a esse comércio. Se esse ônus existe, teoricamente, teríamos que admitir que ele estaria influenciando os preços competitivos, ou seja, sempre haveria a possibilidade deles virem a ser menores, sem a citada condicional.

Mas, do mesmo modo conjecturado, exatamente o inverso pode ocorrer, ou seja, o caso de que certas mercadorias que encontram dificuldades de ser exportadas para mercados estrangeiros, face à capacidade ou poder de barganha do industrial brasileiro, venham a ser colocados por um consórcio internacional, com os característicos já considerados, de forma muito mais fácil, e até com resultados positivos, ou seja, com vantagens financeiras, e não os ônus admi-

tidos antes. Nessa hipótese, certamente, conforme as mercadorias, e elas estão definidas em extensa lista preparada pelo Conselho de Política Exterior, a condicional da exportação viria em favor dos preços competitivos, somando-se e não subtraindo-se em nosso favor.

Dissemos que a questão é complexa, requerendo muita habilidade, sobretudo, confiança absoluta. Não é caso de uma transação oficial, burocrática, rotineira, porque, nessas condições, o poder de barganha se anula, e na razão em que as regras burocráticas crescem ou se tornam rígidas. Pode nesse caso ocorrer, e sabemos que isso não é caso raro, dos ofertantes se ajustarem em quotas de participação, e aí os preços serão previamente acertados no exterior, as transações celebradas dentro de rotinas, e até, porque não admitir, com a presença do exportador brasileiro que, acima de tudo, é homem de negócio, produz, quer vender e tem interesses particulares a defender, e não há, sem dúvida falta de lisura nessa operação, ou algo a condenar, dentro das regras do comércio.

Esse talvez seja o motivo porque o Decreto nº 53.982, de 25 de junho de 1964, não determina a concorrência pública porque ela não se coaduna com o conceito econômico de poder de barganha, e nesse particular, há verba uma opção a fazer. O Decreto citado fala "em tomada de preços e negociações" em seu art. 1º, e o simples emprego do termo "negociações", afasta, sem dúvida, a rotina das concorrências públicas. Com elas, não há negociações a realizar, e sim, negócios a concluir dentro das regras preestabelecidas e datas marcadas.

Essa flexibilidade, entretanto, quando posta sob suspeita, não pode deixar de ser bem fundamentada, e partindo de partes diretamente ligadas por interesses a essas operações, não podem deixar de estar muito bem fundamentadas e documentadas.

De qualquer modo, o grupo de funcionários da Petrobrás encarregado, por dever de ofício, para exercitar esse poder de barganha, que se relaciona com compras que ascenderá a ordem de 400 bilhões de cruzéis anuais, por maior que seja sua categoria funcional, experiência profissional, honorabilidade, dedicação exemplar, sempre estará sujeito a enfrentar os inconvenientes oriundos de julgamentos apriorísticos, fato esse muito difundido entre os povos latinos, em sua grande maioria.

III

IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO E DERIVADOS EM 1964 E NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1965.
Estudo comparativo em relação a quantidades, procedência e dispêndio em Divisas

PRODUTOS	1964			1965			1966		
	Produção	Consumo	Saldo	Produção	Consumo	Saldo	Produção	Consumo	Saldo
Gasolina	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0
Alcool	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0
Gasóleo	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0
Óleo	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0
Derivados	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0
TOTAL	5.324.568	5.324.568	0	5.324.568	5.324.568	0	5.324.568	5.324.568	0

PRODUTOS	1964			1965			1966		
	Produção	Consumo	Saldo	Produção	Consumo	Saldo	Produção	Consumo	Saldo
Gasolina	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0
Alcool	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0
Gasóleo	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0
Óleo	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0
Derivados	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0	1.331.142	1.331.142	0
TOTAL	5.324.568	5.324.568	0	5.324.568	5.324.568	0	5.324.568	5.324.568	0

IV

PERSPECTIVAS DAS NECESSIDADES DE IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO E DERIVADOS, NOS ANOS DE 1967 A 1970

1. Com o crescimento da demanda a partir de 1965, ao lado do grande impulso da indústria do refino no País (no setor estatal alcançou 500% em cerca de 6 anos), as nossas importações aumentaram.

2. A produção interna de petróleo, praticamente, após atingir o limite de 100 mil barris diários, estabilizou-se. Em curto prazo, as previsões da Petrobrás situam a produção nacional abaixo desse limite, mantendo, entretanto, expectativa otimista em relação as novas áreas produtoras do nordeste.

3. Acresce, nessa conjuntura, a dificuldade do aproveitamento integral em nosso parque do refino, do óleo do Recôncavo, de excelentes qualidades. É sabido que esse petróleo vem sendo consumido em mistura com óleos estrangeiros, nas refinarias da Petrobrás, e que as refinarias particulares, a experiência demonstrou ser de 20% o limite de tolerância de sua absorção.

4. Todavia, não pode deixar de ser destacado que o aproveitamento do óleo baiano, em mistura com óleos de procedência externa, por vezes de qualidade inferior, não tem permitido revelar suas próprias qualidades, especialmente, levando em conta sua condição de óleo rico em parafina e matérias básicas para a produção de óleos lubrificantes, produtos esses mais nobres e mais caros, e ainda, importados em sua integridade.

5. Assim, não concorre o óleo baiano, pela qualidade, para elevar a rentabilidade do nosso parque de refino e, não raras vezes, ocasiona sérios problemas com a produção de óleo combustível de alto ponto de fluidez, de difícil colocação no mercado.

6. Nesse particular, a recente Lei número 4.452, de 5 de novembro de 1964, que alterou a legislação do imposto Único sobre combustíveis e lubrificantes, veio permitir a constituição de fundo, cujos recursos virão em favor dos problemas das instalações técnicas junto indústrias e transportadores, possibilitando sua utilização. De sua parte, o Conselho Nacional do Petróleo adotou as providências, já em vigor, para a concretização desse objetivo, através da Resolução nº 3, de 22 de junho de 1965.

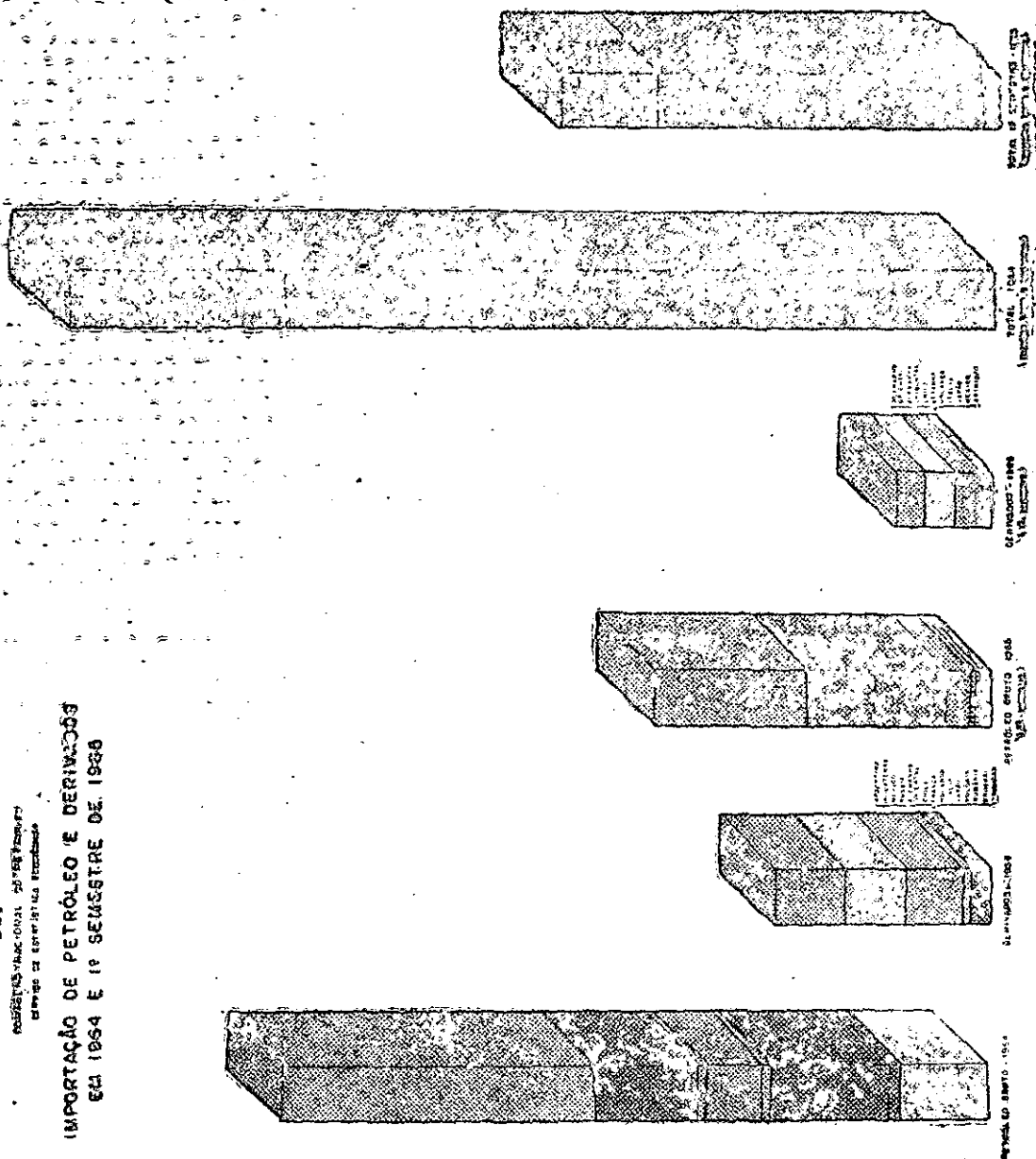
7. Essa estabilização da produção interna de petróleo, indica que as nossas perspectivas são de tornar ainda maior a nossa dependência externa, nos próximos anos colocando-nos diante da necessidade de importar maiores quantidades de petróleos estrangeiros.

8. Quem confirma essa estimativa é a própria demanda interna de derivados, que em 1964 já atingiu a 324 mil barris diários, devendo em 1967, alcançar os 392 mil e, em 1970, a 453 mil barris diários. Esses números indicam que a demanda deverá conduzir-se pouco abaixo de 7 por cento ao ano.

9. Em relação à produção interna de petróleo, duas hipóteses podem ser levantadas:

a) Até 1970, a produção de petróleo dos nossos campos se conduziria em bases bem modestas, podendo atingir a 130 mil barris diários, ou seja, mantendo um crescimento de 5 a 6% ao ano;

b) até 1970, nossa produção ultrapassará o limite antes referido, e nesse caso, reduziremos nossa dependência externa, que poderá mesmo ir a limites muito baixos, como todos desejamos.



IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO E DERIVADOS
EM 1964 E 1º SEMESTRE DE 1966

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 22 DE JUNHO DE 1965
CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

10. A objetividade desse exame não nos permite dar destaque à hipótese otimista e, certamente, isso não significa relegá-la, nem admitir a total impossibilidade de sua ocorrência.

De acordo com os dados técnicos existentes, a prudência aconselha que conjecturemos sobre a realidade das nossas necessidades, espelhadas, concretamente, pela demanda crescente dos derivados do petróleo.

11. Assim, a todo custo, seja através do refino interno, seja pela importação complementar, deve ser garantida a existência dos derivados, no tempo e no espaço, para o atendimento da atividade econômica e movimentação das nossas riquezas.

12. Essa a elevada missão do Conselho Nacional do Petróleo, responsável que é pela normalidade do abastecimento, e também da Petrobrás e do pequeno parque do refino privado, que trabalham, dia e noite em favor dessa normalidade.

13. Do nosso lado, quando ainda é crescente a nossa dependência externa de petróleo, vem a super-produção mundial, caracterizando-se o mercado internacional por uma intensa oferta, o que, naturalmente, determina a queda dos preços dos óleos. Em verdade, há alguns anos, chegamos a importar por 3 dólares e 16 centavos, um barril de petróleo. Hoje, por esse preço, quase se pode comprar 2 barris. Igualmente, o mercado de fretes ainda não se libertou da tendência baixista, e esse fato nos beneficia, diretamente, pois é sabido que a Petrobrás ainda contrata ou arrenda petroleiros, no mercado internacional, para o abastecimento do País.

Sobre este assunto quero dar uma explicação.

Faço parte do Conselho de Comércio e Navegação. Lá, há poucos dias, debateu-se tema muito interessante, qual seja a de que se a Petrobrás devia sair com grandes petroleiros para o transporte dos petróleos adquiridos no Oriente Médio. Chegou-se à conclusão de que não, porque a Petrobrás teria despesas vultosas com investimentos, etc. E quando ela condiciona a compra de petróleo a menores preços do frete, faz com que baixe o preço do produto no mercado. Muitas vezes, o petróleo do Oriente Médio, tendo preço fixo, por contrato, não pode ser alterado, mas mediante a conquista de um frete, quando o preço é baixo a aquisição vai ser substancialmente menor. Então, esta é a corrida da Petrobrás. Com o poder de barganha que tem, transporta só os petróleos adquiridos na Venezuela.

Por outro lado, há também o caso da Companhia Vale do Rio Doce estar em ligação com armadores japoneses que querem transportar, querem ir buscar os nossos minérios mas querem fazer trazendo petróleo e levando então todo o minério. É uma moderna feição do problema. E a Petrobrás está atenta ao problema. Estamos também estudando nesta Comissão a possibilidade. Os armadores japoneses construirão o navio. Eles então trarão por preço muito baixo, devido ao frete de retorno. (Lê.)

14. Cabe, agora, situar em termos objetivos, as nossas necessidades de importação, que deverão ser da ordem de 213 milhões de dólares em 1967, e cerca de 240 milhões em 1970.

15. E por demais elevado esse dispêndio, na pauta das nossas importações. O Brasil, diante dessa possibilidade bem provável, deve tornar real a política delineada nos Decretos nº 58.337, de 23 de dezembro de 1963, que concentrou as importações de petróleo e derivados através da Petrobrás, e o Decreto nº 53.982, de 25 de junho de 1964, já do atual Governo, regulamentando a matéria, e condicionando prioridade para as compras

de petróleo em fornecedores que adquirem, pelo menos 20% de mercadorias nacionais, objetivando o aumento das nossas exportações.

16. Quanto aos derivados de petróleo, atualmente, ainda são integralmente importados os combustíveis para aviação (gasolinas e querosene), e os óleos lubrificantes e as parafinas.

17. As tabelas anexas sobre o consumo nacional e a produção do parque interno do refino, permitem a constatação do afirmado.

18. Entretanto, providências a curto prazo, junto a Refinaria Landulfo Alves, podem tornar efetiva a produção de cerca da terça parte da demanda nacional de óleos básicos para lubrificantes. Urge, portanto, por um funcionamento a unidade especializada para tal produção, o mais cedo possível, e essa deve ser a preocupação maior da PETROBRAS, nesse particular.

19. Igualmente, já então em relação à Refinaria de Duque de Caxias, a PETROBRAS prevê a instalação de novas unidades de lubrificantes parafínicos, e 450m3 por dia de cantes, com capacidade de produção de 650 m3 por dia de operação de básicos maléficos.

20. De igual modo, o aproveitamento do óleo baiano e o funcionamento da unidade de lubrificantes, poderá tornar-nos auto-suficientes na produção de parafinas, antes mesmo de 1967.

21. Quanto ao querosene para jatos, dados recentes em poder do Conselho Nacional do Petróleo, revelam que modificações de esquemas nas refinarias da PETROBRAS e de Mangueirinhas, permitirão produzir esse derivado, em volume suficiente para o abastecimento total do consumo interno. Evidentemente, o assunto é tratado com as cautelas que requer, dada sua utilização e decorências possíveis.

22. Fora das cogitações de produção em nosso parque de refino, restam as gasolinas de aviação.

23. O consumo desse derivado vem se reduzindo, de ano para ano, em contra-partida, elevando-se o consumo de querosene para jatos.

24. Assim, por exemplo, apontamos as seguintes quedas de consumo nas gasolinas de aviação.

	(médio-barril dia calendário- ário)
a) 1961	6.576 BPDC
b) 1962	5.986 BPDC
c) 1963	4.624 BPDC
d) 1964	4.005 BPDC

25. Desse modo, nos últimos 3 anos, a queda de consumo foi da ordem de 39%, o que nos permite considerar, que em 1967, esse consumo seja da ordem de 2.500 BPDC, e que em 1970, provavelmente, sem se anular, por ainda dever estar em uso determinado número de aeronaves consumidoras de alguns tipos de gasolinas de aviação, estará representando uma pequena demanda.

26. Todavia, dentro dessas perspectivas aqui apresentadas, o derivado do petróleo que tende a representar o maior dispêndio de divisas na pauta de nossas importações, é o gás liquefeito.

27. A demanda interna desse gás, apresenta um dos maiores índices de expansão. Assim, seu consumo, em barris-dia-calendário, vem representando o seguinte crescimento:

a) 1961	13.360
b) 1962	17.197
c) 1963	19.821
d) 1964	23.251

28. Essas variações indicam os seguintes aumentos percentuais:

b/a) 1962/1961	28%
c/b) 1963/1962	15,7%
d/c) 1964/1963	17,3%

29. A média de crescimento da demanda, portanto, verificada nos 3 últimos anos, é de 20%, e nessa base pode ser considerada até 1967, admitindo-se sua elevação, depois desse ano, quando o consumo do interior se ativar, seja pelos resultados da elevação do padrão de vida no interior, em consequência de reformulação da

Refinarias	1963	1964
Petrobrás	9.064	12.842
Particulares	2.724	3.846
Total	11.791	15.688

31. Esse crescimento, em 1964, deve-se à entrada em funcionamento da unidade de craqueamento da Refinaria Duque de Caxias, permitindo que a área RIO, até então das mais deficientes, se tornasse auto-suficiente.

32. Desse modo, a produção do parque do refino interno passou para cerca de 16.000 BPDC, contra uma demanda de 23.000 BPDC, em 1964, deixando um déficit da ordem de 7.000 BPDC, ou seja, a necessidade de importar pouco menos do terço da demanda.

33. Ao custo de importação desse derivado, de 58 dólares a tonelada, dispêndios pouco mais de 16 milhões de dólares em 1963, e embora a produção na área Rio fosse aumentada, como assinalado, em 1964 fomos obrigados a dispendir cerca de 13 milhões de dólares.

34. Quais as perspectivas para os anos seguintes?

Segundo os planos da PETROBRAS, em 1967 deverão entrar em funcionamento as refinarias de Gabriel Passos e Alberto Pasqualine. Essas unidades em conjunto, permitirão o aumento da produção em 3.000 BPDC.

35. Na base em que caminha a demanda, em 1967 deveremos estar consumindo cerca de 40.000 BPDC, e se nenhuma outra providência for tomada, até a entrada em funcionamento das novas refinarias citadas,

Anos	Consumo BPDC	Produção BPDC	Importação BPDC	Importação US\$ Milhões
1967	35.000	10.000	16.000	27
1970	54.000	19.000	25.000	59

41. Outras providências devem ser adotadas em favor da minimização do dispêndio de divisas, e contra os riscos da dependência externa. No caso do GLP, esses riscos decorrem do fato de, mesmo em se pretendendo gastar os dólares, não se dispôr, no espaço e no tempo, de propaneiros para trazerem o derivado para o Brasil. Construir propaneiros, para uma importação maciça, é anti-econômico e não atende aos interesses nacionais. O transporte internacional em propaneiros tem uma oferta muito limitada, e isso ocorre, justamente, pelo fato antes apontado, de que nenhum País se deixa ficar em situação de grande dependência externa de gás liquefeito de petróleo.

42. Assim sendo, é possível tentar-se corrigir, especialmente em Presidente Bernardes, a desproporção entre a sua capacidade de operação nominal, e a sua capacidade de craqueamento.

43. Para melhor compreender a situação atual da Refinaria Presidente Bernardes, cuja capacidade nominal é de, aproximadamente, 4 vezes a da Refinaria de Capuava, verifique-se que, em 1964, enquanto a Refinaria da PETROBRAS produziu 4.003 barris diários de GLP, a de Capuava produzia 1.942 barris diários, e de um petróleo de reconhecida qualidade inferior, o de Kuwait.

44. Então, estabelecidas as proporções entre a capacidade nominal e o craqueamento, em Presidente Bernardes, a produção deveria ser de 7.768 barris diários, o que represen-

taria um aumento de 3.765 BPDC, em relação à situação atual.

45. Essa providência aumentará a produção de gasolina, em detrimento do índice de produção de óleo combustível, o que deverá ser examinado, face à demanda desses derivados em toda a área Centro-Sul. No caso do óleo combustível, não teria tanta importância, pois é preferível e vantajoso para o País importá-lo do que o GLP. No caso da gasolina, deve-se levar em conta a possibilidade das naftas serem importante matéria prima para a petroquímica, chegando mesmo a ser tão favorável para a produção de certos derivados petroquímicos, a ponto de lhes poder reduzir o custo em 12 vezes, em relação à sua obtenção em função de um residual do refino.

46. Outra solução que deve ser considerada, é a da recente experiência realizada em Capuava, com autorização do Conselho Nacional do Petróleo, trazendo-se petróleos com injeção artificial de butano, de modo que, no processamento normal, se liberte um maior índice de produção do GLP.

Essa providência a PETROBRAS fez tomando, em 1965, porém, em pequena escala.

47. Ainda que se leve em conta as perdas em viagem e o custo da butanização dos petróleos, a recuperação em GLP representa uma economia de mais de 50% em relação a uma compra direta desse produto. É verdade que essa injeção experimentalizada em Capuava foi de 2%, recuperando-se 1,8%.

48. Assim sendo, se a capacidade nominal do parque de refino que produz GLP no País, é de:

Presidente Bernardes.	120.000 BPDC
Duque de Caxias ...	150.000 "
Capuava	31.000 "
Maranguinhos	10.000 "
Marauá	5.000 "

Total 316.000 BPDC
Então, uma recuperação de 1,8% pode vir a representar o total de 0.690 barris diários até 1967, e ainda mais que, entrando em funcionamento as refinarias Gabriel Passos e Alberto Pasqualine, com mais 45.000 BPDC,

cada uma, teremos os 1,8% a elas destinados, ou sejam, mais 1.600 barris de GLP a ser produzido e, com o total anterior elevando-se de 5.690 para 7.290 BPDC.

49. As medidas propostas permitem, a partir de 1967, um aumento de:

a) crenqueamento proporcional em Cubatão ..	3.765 BPDC
b) operação com petróleo butanizado	7.290 BPDC

50. O resultado do aumento da produção interna desse derivado, nos revela que a importação, em 1967 e 1970, pode ser reduzido de 11.000 BPDC, e as divisas dispêndidas seriam de:

Anos	Importação BPDC	Redução Importação BPDC	Importação US\$ Milhões
1967	16.000	5.000	8
1970	35.000	24.000	40

São estas as considerações que me cabe expor, colocando-me, agora, à disposição de Vossas Excelências, para os esclarecimentos que me solicitarem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sígnepedro Pacheco) — Ouvida a exposição feita pelo Sr. Mal. Maurell Filho, passaremos às interações.

O SR. MAL. MAURELL FILHO — Sempre que houver um detalhe técnico, peço permissão para apelar para os técnicos presentes porque, às vezes, escapa qualquer detalhe. Trago técnicos, os mais credenciados, que estão em condições de responder a qualquer indagação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sígnepedro Pacheco) — Tem a palavra o Sr. Senador Atílio Fontana, Relator.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA (Relator) — Inicialmente, desejo externar minha satisfação em ter ouvido o Sr. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, no minucioso trabalho das atividades e da situação em que nos encontramos com referência aos combustíveis líquidos.

Verificamos, então, que não só o Presidente do Conselho da Petrobrás, mas que S. Exa. está com uma assessoria muito boa e muito competente, pelo trabalho que nos apresentou aqui e que, realmente, merece aplausos e toda a nossa atenção. Entretanto, observamos que, apesar desse trabalho minucioso e a orientação do próprio Conselho Nacional de Petróleo, as nossas perspectivas no futuro não são muito animadoras, principalmente no setor do gás líquido, porque vemos que a tendência dos nossos dispêndios tende a aumentar de ano para ano, e que a produção de petróleo também é bastante morosa, com relação à sua progressão.

Desejamos, então, inicialmente, Sr. Marechal Maurell Filho, saber das possibilidades de se ampliar as pesquisas de petróleo, porque o País, como V. Exa. bem o disse, tem na importação de petróleo e derivados um maior dispêndio de divisas, e com perspectivas de não diminuir, ainda mais se considerarmos que o petróleo sofreu uma redução apreciável de preço, durante os últimos anos.

Hoje o Brasil está comprando, a grosso modo, por menos um terço do que pagava há poucos anos. Mas sabemos que o petróleo mundial está nas mãos de grandes empresas, que se entendem perfeitamente. Poderíamos dizer de um truste, mas, para não usar o termo, diremos de grandes empresas, que impõem preço mais elevado.

Agora mesmo nos Estados Unidos, quando lá estivemos em junho passado, na cidade de Oklahoma, tivemos uma entrevista, um debate com doze ou quatorze diretores de empresas petrolíferas. Queriam eles saber muita coisa de nosso País, além do que já sabem, pois são bem informados. Também procuramos saber algo com referência à produção de petróleo,

principalmente dos Estados Unidos. Verificamos que eles já têm um acordo de não produzir além de determinada quantidade, para não criar o problema da superprodução. Esse acordo poderá se estender a muitas outras regiões do globo onde há petróleo. De sorte que nossa preocupação é muito grande com referência ao aumento que se verifica de ano para ano no consumo do País, enquanto que a produção nacional, as suas perspectivas não são de acompanhar sequer o momento. Havia necessidade, mesmo, de um espaço de tempo não muito remoto, alcançarmos auto-suficiência. No campo da exploração e pesquisa, teríamos outras regiões, em nosso País, que prometem no sentido da produção do petróleo? Observamos que estamos praticamente cercados de nações que produzem petróleo. O Brasil, País tão grande, anda, porém, muito lentamente em matéria de produção. A Bolívia, diz-se, tem grandes campos petrolíferos. É país limítrofe do nosso, com uma divisa comum. Logo, não haveria uma região petrolífera no Brasil, na zona de limite com a Bolívia, capaz até de propiciar-nos produção de petróleo em grande escala?

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Perfeitamente. Nem o Conselho, quando estava sob sua responsabilidade a pesquisa da lava, abandonou essa região. Tampouco o fez a Petrobrás. Evidentemente, para quem não tem recursos em demasia, é preciso aplicá-los onde há mais possibilidade de encontrar petróleo. A área sedimentar do Brasil é imensa. Não se sabe se de 3 ou 5 milhões de quilômetros quadrados. Não há cálculos exatos. A Petrobrás pesquisa no Alto e Baixo Amazonas.

Mas pesquisa, mesmo, é muito pouca, pois que a operação, além de difícil, é bastante onerosa. Uma operação pioneira na Amazônia custa 10 ou 20 vezes mais caro que no Nordeste, por exemplo. Uma prospecção pioneira depende de recursos, dinheiro, material. Assim, necessário se tornou que metodizássemos essas atividades. Demos, desta forma, prioridade às áreas sedimentares que apresentavam a possibilidade de, no menor prazo, obter-se substancial quantidade de petróleo, mas não abandonamos, totalmente, aquelas outras áreas que apresentam possibilidades remotas.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA pode verificar que temos sondas trabalhando no Médio Amazonas, assim como atividade de prospecção no Alto Amazonas.

Encontra-se entre nós o Dr. Albino Regallo, que poderá dizer alguma coisa a respeito do que ocorre nas áreas sedimentares.

O ENGENHEIRO ALBINO M. REGALLO (Assessor) — Houve época em que o Conselho Nacional do Petróleo executava pesquisa e lava de petróleo. Nos reiniciamos a pesquisa

no Estado do Acre, na fronteira com o Peru, trabalho esse que já havia sido feito, inicialmente, pelo Serviço Geológico do Brasil — da Produção Mineral.

A "PETROBRAS", quando sucedeu o Conselho Nacional do Petróleo nas suas atividades, manteve a pesquisa no Estado do Acre. Entretanto, no ano passado abandonamos aquela operação, em virtude dos resultados verificados.

Observou-se, em resumo, que o Estado do Acre apresentava a mesma formação geológica do Peru, onde existem apenas três campos pequenos. Assim sendo, aquela área foi provisoriamente abandonada para que a empresa estatal pudesse se dedicar a fundo nas áreas cujas possibilidades se apresentam mais favoráveis.

Não chegamos a delimitar, na fronteira com a Bolívia nenhuma área com perspectivas para o petróleo, embora na Bolívia haja vastas extensões com possibilidades e onde a potência lidade já foi fixada.

No Sul do Brasil, os trabalhos do Conselho já se concentraram no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, em áreas mais próximas da costa do que da fronteira, em procura da formação de devoniano.

Respondendo, em resumo, à pergunta do Senador Atílio Fontana, informo não haver no Brasil, na parte de fronteiras, perspectivas de áreas potencialmente petrolíferas. Pela nossa realidade geológica, não há na fronteira possibilidades de boas áreas; estas estão afastadas. Os trabalhos do Conselho podem continuar, desde que haja maiores recursos e então voltar para as regiões de fronteira.

O SR. GENERAL AGENOR MONTES — Sr. Presidente, para complementar as considerações do Dr. Albino de Souza, quero informar que nos Estados Unidos, um poço, em média, fica em cem mil dólares e isto em uma região de fácil transporte. No Brasil, acredito que em região distante esse poço será duas vezes mais caro isto é, ficará em 200 mil dólares. Consequentemente a Petrobrás tem que pensar muito, quando tiver que investir dinheiro na pesquisa de petróleo.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Quero dar a seguinte informação. Há pouco tempo, o editor de uma revista estrangeira assim definiu nossa atual política do petróleo: (Lê:)

POLÍTICA NACIONAL DO PETRÓLEO

"Sem prejuízo da pesquisa em novas áreas, desenvolvimento agressivo das atividades da pesquisa e lava nas áreas sedimentares já conhecidas e, particularmente, nas mais promissoras no momento: Bahia, Sergipe, Alagoas, Maranhão;

Desenvolvimento intensivo da exploração, em escala crescente, dos campos já delimitados, inclusive pela recuperação secundária de poços já produtores, tudo com vistas à auto-suficiência futura;

Adequação da produção à demanda, completando a auto-suficiência no âmbito da produção de derivados, inclusive no que diz respeito aos combustíveis para aeronaves e óleos básicos para lubrificantes;

Condicionar, tanto quanto possível, a aquisição de óleo cru à exportação de produtos nacionais, a título de compensação; com vistas à diminuição progressiva no dispêndio de divisas (moedas fortes) e à conquista de novos mercados para os nossos produtos exportáveis; isso sem prejuízo da indispensável adequação dos óleos,

às características próprias das refinarias.

Desenvolvimento da indústria petroquímica, com aproveitamento, tanto quanto possível, do gás natural de petróleo disponível, dos gases residuais das refinarias, além de outros derivados do petróleo;

Promover e estimular a industrialização dos xistos oleígenos, por parte da Petrobrás e das empresas privadas nacionais, com vistas ao aproveitamento dos produtos e subprodutos nas indústrias química e petroquímica, além de eventualmente, complementar a produção do óleo cru e a do gás combustível para uso doméstico.

O SR. LOPES DA COSTA — Peço licença ao Sr. Relator para complementar a explicação do Sr. Marechal Maurell Filho. Já que se refere à Bolívia, Mato Grosso com ela faz fronteira e aproveito a oportunidade que se me oferece para dizer que, como representante de Mato Grosso, quando retorno ao meu Estado, a pergunta que me fazem é esta: por que não se faz pesquisa do petróleo no pantanal matogrossense? Nós, leigos, deixamos essa resposta para os técnicos da PETROBRAS e, agora, de acordo com a resposta do ilustre Gal. Montes, fiquei ciente de que não há qualquer possibilidade de pesquisa de petróleo na fronteira da Bolívia. Matogrosso é Estado de uma fronteira colossal.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Tem que ser descoberto, ainda.

O SR. SENADOR LOPES DA COSTA — Só o pantanal nosso, mede aproximadamente duzentos mil quilômetros quadrados. Nasce no Rio Jauru, em cima, e embaixo no Rio Apa na fronteira do Paraguai. Ali, no tempo de Monteiro Lobato, se fez uma pesquisa inicial no lugar denominado Porto Esperança, — Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. E, não sei porque cargas d'água, foi interrompida a perfuração. Dai vêm as constantes perguntas: "Se já houve um começo de pesquisa, por que, qual o motivo de ter sido ela interrompida?" Depois veio o Acórdão de Roboré. Aquela área que, como todos sabem, pertencia ao Brasil, foi bipartida em Área A para a Bolívia e Área B, para o Brasil. Na área B, a Companhia Brasileira União está fazendo pesquisa, mas não descobriu petróleo. Descobriu gás. Enquanto que na Área A que nos deveria pertencer, e foi paralisada, é que existe petróleo. Essa zona, se não me engano, dista da nossa fronteira uns 400 a 450 quilômetros. Dai vem, naturalmente, esta constante para mandar representantes. Faz-se o pedido ao Conselho Nacional de Petróleo para uma averiguação de pesquisas, a fim de saber se existe ou não a possibilidade de petróleo ali.

Já no Mato Grosso, houve recuperação, parece-me, num desses municípios do sul.

O Sr. Engenheiro Albino M. Regallo de Souza — A PETROBRAS, atualmente, faz dois furos naquela região: um, em Três Lagoas, outro em Dourados.

O SR. SENADOR LOPES DA COSTA — Mas, parece-me que há qualquer tentativa aí, num desses lugares.

O SR. ENGENHEIRO ALBINO M. REGALLO DE SOUZA — Também.

O SR. SENADOR LOPES DA COSTA — Mas as esperanças matogrossenses estão para lá, justamente porque a Bolívia dá o petróleo e existe um célebre pantanal onde os historiadores descobriram até querosene. Assim, fico satisfeito pela informação prestada pelo técnico. Tal informação transmitirei a meus conterrâneos.

O SR. ENGENHEIRO ALBINO M. REGALLO DE SOUZA — Se V. Exa. permitisse, eu completaria o meu pensamento: ao longo da fronteira — passei rapidamente por Mato Grosso — aliás, em Mato Grosso, não há negativa quanto à percentagem de petróleo. Os trabalhos foram iniciados no tempo do Conselho, apenas no campo de geologia de superfície, que é um trabalho mais barato e preliminar, quase isso.

Não tivemos, no Conselho, capacidade, ou melhor, possibilidade financeira de descender a maiores investigações. A PETROBRAS iniciou novamente os trabalhos de geologia e fez dois poços lá, aliás, estão em perfuração.

Três Lagoas, que estava a dois mil e quinhentos metros, e Dourados, a três mil e quinhentos metros. Quanto ao Pantanal, é questão, que foi discutida, quanto às possibilidades. Como feição geográfica, pode dar, realmente, a impressão primeira de que é uma área de potencial petrolífero, mas o pantanal, em Mato Grosso, onde está estabelecida, não tem nenhuma possibilidade de petróleo, pois se trata de formação recente, terciária, sem nenhuma possibilidade de depósito de óleo.

Há que investigar melhor Mato Grosso, porque é uma área de formação cretacea, por este motivo a PETROBRAS está lá.

Na Bolívia o que aconteceu foi o seguinte: as empresas brasileiras que foram autorizadas a entrar no território boliviano, não tiveram o mesmo suporte econômico financeiro.

Algumas foram e voltaram; outras não chegaram a ir. Duas ficaram: a Refinaria União do Brasil — Bolívia e uma dirigida por um industrial paulista que transportou uma sonda que havia perfurado no Paraguai. Esse industrial encontrou petróleo e até me ofereceu uma garrafa, mas não teve recursos para prosseguir.

Os bolivianos aliados com os americanos conhecem melhor a geologia de superfície. Destaca-se a "GOLD".

Ao Brasil não coube a maior porção.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — O Brasil não tem índice geológico realizado. Não conhecemos nem superficialmente o que tem nosso solo e nosso subsolo. Só perfurando é que poderemos chegar a uma conclusão sobre a existência de petróleo.

O SR. SENADOR LOPES DA COSTA — Obrigado a V. Exa.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Sr. Marechal Maurell Filho, ouvimos V. Exa. dizer, ainda há pouco, que duas empresas particulares estão colaborando nas perfurações de poços. Gostaria de saber se essas empresas são nacionais.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — O Engenheiro Albino Regallo de Souza poderá melhor esclarecer a V. Exa. sobre o assunto.

O SR. ENGENHEIRO ALBINO M. REGALLO DE SOUZA — Essas empresas estão localizadas na Bahia; elas são organizadas no Brasil mas têm técnicos estrangeiros, aliás alguns deles muito conhecidos nossos, porque foram contratados por nós durante anos, digo, pelo Conselho. Então essas empresas são organizadas no Brasil. Temos mesmo uma em São Paulo, que é dirigida por um brasileiro, e que é aquela que tem maior número de contratos da PETROBRAS. Entretanto, a maioria dos técnicos, os mais especializados, são americanos, mas as empresas são brasileiras.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — E o equipamento, as sondas, são deles ou pertencem à PETROBRAS.

O SR. ENGENHEIRO ALBINO M. REGALLO DE SOUZA — Segundo

estou informado há os dois tipos de empresas, as que operam com sondas de propriedade da PETROBRAS que, por circunstâncias, não dispõem de pessoal, e então o preço é mais conveniente que se pague para que elas façam as perfurações, e também há aquelas empresas que possuem seu próprio equipamento, importado por eles mesmos. Portanto, nobre Senador, o sistema é misto.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Ouvimos, nessa reunião nos Estados Unidos que esses diretores de empresas americanas estavam muito interessados nas possibilidades de colaborar no Brasil. Os jornais até publicaram declarações nossas, nesse sentido, naturalmente alterando um pouco nosso pensamento, pois dissemos que, no Brasil, havia uma corrente de opinião que achava que, para andar mais depressa, precisaríamos da colaboração de empresas privadas, que poderiam apressar a pesquisa, aumentando as áreas pesquisadas, etc. Os jornais disseram um pouco diferente, noticiando que o Brasil iria permitir a exploração do petróleo por empresas de capital privado.

Farece-nos que, em face da exiguidade de recursos de que a empresa estatal dispõe, e da necessidade sempre crescente de nosso consumo, deveríamos também estudar as possibilidades de termos empresas de capital privado colaborando nesse setor. A continuar assim, poderemos encontrar-nos em dificuldades para manter abastecido o mercado nacional, de vez que as divisas sempre são escassas. Infelizmente, as fontes de divisas com a exportação não têm crescido na mesma proporção em que crescem as nossas despesas, nesse setor de combustíveis líquidos. Naturalmente, temos feito economia em outros setores. É ponto em que pensamos, mas não podemos discutir hoje.

Gostaria ainda de saber se a exploração e a pesquisa, em nosso país obedecem à técnica mais avançada, mais moderna. Não conhecemos bem o problema da exploração do petróleo, mas em todos os setores da vida econômica dos povos há uma evolução. Nos Estados Unidos fizemos uma investigação, com referência às perspectivas petrolíferas de que dispõe o país; se estas estão em fase de redução, se se mantêm estáveis ou se acham em fase de aumento para a produção daquele país.

Responderam-me dizendo que o petróleo americano está sendo explorado com certo critério, para não haver super-produção. E esta exploração vem obedecendo a métodos modernos. Há possibilidade de regiões já consideradas de pouca produtividade passarem a produzir novamente bastante. Este processo eu não poderia detalhar, mas ao que consta se trata de usar maior temperatura nos poços, processo moderno que, segundo disseram, aumenta a produtividade dos campos petrolíferos.

Então, gostaríamos de saber se a nossa empresa estatal estaria em condições, ou se está procurando introduzir algum método moderno para poder produzir maior quantidade de petróleo.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Está utilizando os mais modernos métodos que existe e sempre procurando trazer novos ensinamentos, introduzir novos métodos. Há a recuperação secundária, vale dizer que dá condições aos poços de exploração de produzirem petróleo. Às vezes, um poço, por falta de pressão interna, pelas condições específicas próprias do conteúdo, enfim, pela acumulação da região, não permite a permeabilidade para que seja extraído o petróleo todo. Quanto mais intenso, mais difícil a extração. Procura-se dar fluidez, para que seja extraído o petróleo, ou seja, o que se chama recuperação secundária, que

se faz por diversos processos. Direi alguns, e a seguir darei a palavra ao engenheiro técnico Dr. Albino M. Regallo de Souza, que dará explicações mais detalhadas.

Até agora a PETROBRAS está empregando o processo do gás natural, um dos mais antigos, mas que dá excelentes resultados: injeta-se o gás natural nos poços, e este retirava a pressão interna, fazendo que sala do interior da jazida, e então se possa extrair o petróleo. Há também o processo de injeção de água salgada, ou mesmo de água doce, e a de injeção de ar.

O Dr. Albino falará sobre os processos modernos de exploração secundária.

O SR. ENGENHEIRO ALBINO M. REGALLO DE SOUZA —

Respondendo à indagação de Vossa Excelência, Senador, eu me permitiria responder a uma primeira interrogação quanto ao número de sondas. Se na reunião a que ele assistiu em Oklahoma, me pareceu que os americanos haviam sugerido que tivéssemos maior número de sondas e que, talvez, o nosso relativo, pequeno desenvolvimento fosse por esse motivo.

Preliminarmente, vou expressar minha opinião porque, há dez anos, depois que foi constituída a PETROBRAS, deixei de ser o diretor executivo propriamente das pesquisas de lavras de petróleo, no Brasil.

Mas, na minha opinião, o número de sondas que a PETROBRAS possui, atualmente, é suficiente, porque, evidentemente, comparando esse número com a extensão do território brasileiro, parece muito pequeno. É, aritmeticamente, talvez, quanto maior o número de sondas, maior o resultado.

Mas, acontece que, dentro da técnica, o furo de petróleo só pode ser iniciado após substancial trabalho de outras atividades, como de geologia, de geofísica, enfim, há que esgotar os processos mais baratos de prospecção propriamente dita, para que se recomende, então, o furo. Se tivéssemos, amanhã, na PETROBRAS, trinta sondas, quase que todas elas ficariam sem trabalho porque o trabalho de escolha de local, necessariamente, não conclui pela escolha do local; pode concluir que não na escolha do local. Então, demora muito chegar a um local para furar.

Quando a PETROBRAS assumiu a responsabilidade de execução das pesquisas, recebi, como parte do patrimônio do Conselho, um grande trabalho de geofísica e de geologia, cuja comprovação não pôde ser feita por falta de recursos. Então, a Empresa se lançou a perfurar essas áreas estudadas, estudo este que o Conselho encaminhava e que, estudadas as normas, verificou-se que as sondas que a PETROBRAS tem trabalhando, efetivamente, são apenas, dentro da média internacional, para reparos, etc. Parece-me que o aumento do número de sondas, na PETROBRAS, não resolveria, a não ser num caso muito feliz, furando sem estudo, como se faz nos Estados Unidos onde o círculo americano se reúne sempre, compra uma sonda e faz o trabalho, porque esse trabalho já se destaca.

Quanto ao emprego de métodos, nós usamos no Brasil métodos modernos, respondo que sim. A PETROBRAS sempre empregou os métodos mais modernos do mundo, mas apenas aqueles testados, aqueles que de fato ofereciam resultados.

A PETROBRAS tem vários processos de geofísica, muitos até que no meu tempo de Diretor não existiam, estavam sendo testados em outras áreas e empregados, porque o técnico nacional já tem bastante especialização para conhecê-lo e a empresa sempre contou com a colaboração de técnicos estrangeiros, americanos, in-

gleses, holandeses, alemães, russos, que estiveram aqui.

O método usado na Amazônia não se recomenda para o Paraná, onde há derrame de basalto. O mesmo método de aerofotogeologia do Paraná não se aplica à Amazônia.

Estamos tratando de petróleo desde 1938. É um país novo no assunto.

A empresa tem órgãos e departamento de aperfeiçoamento de técnicos.

Na minha opinião, faltam recursos para que a empresa possa investir na pesquisa e procura do petróleo.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Lembro nos presentes o adiantado da hora.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Realmente, Senador Presidente, mas é que o assunto é apaixonante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Pediria, entretanto, que as indagações fossem mais resumidas, para evitarmos perda de tempo, em virtude do adiantado da hora.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — De minha parte, Sr. Presidente, já terminei as indagações que desejava fazer e deixo agora o microfone a qualquer dos colegas que desejem perguntar alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — A palavra está facultada a qualquer dos Srs. Membros desta Comissão.

O SR. SENADOR JULIO LEITE — (Leite revisa o orador) — Despedindo, Sr. Marechal Maurell Filho, a razão porque para o terminal, em Sergipe, não foi escolhido para seu local Aracaju ao invés de Carmópolis.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Não tenho, comigo, elementos para responder exatamente ao nobre Senador. Talvez o Engenheiro Albino de Souza possa dizer algo a respeito.

O SR. ENGENHEIRO ALBINO M. REGALLO DE SOUZA — Lamentavelmente não temos elementos para informar exatamente, porque a PETROBRAS ainda não montou o terminal quando foi aprovado o terminal de Carmópolis, poderemos saber.

O SR. SENADOR JULIO LEITE — O ilustre Marechal, agora, nos deu um detalhado, porque estava convencido de que o campo de Carmópolis tinha maiores possibilidades do que o reconheço baiano. Entretanto, pelos dados apresentados, temos apenas um terço.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Realmente, nobre Senador, houve uma confusão, de início, quando se substituiu Carmópolis, porque a Bahia tem vários campos, mas campo por campo é considerado o maior de todos do Brasil. Mas estamos na expectativa, agora, na região de Riachuelo, do surgimento de outro campo, em Sergipe, maior do que o de Carmópolis. V. Exa. sabia disso?

O SR. SENADOR JULIO LEITE — Perfeitamente.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Teremos, talvez, maiores recursos. Como aconteceu, Carmópolis é apenas um campo. Mirandópolis, por exemplo, é tão promissor, que alguns poços estão planejados e vão entrar em exploração.

O SR. SENADOR JULIO LEITE — V. Exa. também declarou que a Bahia não estava definido o lugar para a instalação da refinaria. Por que não em Sergipe?

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Há fatores vários que condicionam a instalação de uma refinaria. É preciso que haja condições intrínsecas, que facilitem não só a produção como o escoamento. É mister ainda que se procure atender às demandas regionais. Se V. Exa. aten-

tar bem verás que há necessidade de refinaria no Nordeste, para evitar problemas de transporte de combustível líquido e outros. Mas Sergipe está a dois passos de Salvador, na Bahia, onde já há refinarias instaladas. É preciso notar que o fato de haver petróleo em determinado local, não significa que deva haver ali uma refinaria, ao lado. Mas Sergipe não perde por esperar. Há grandes perspectivas para o Estado de Vossa Excelência, sobretudo com a descoberta da potassa em seu território.

O SR. SENADOR JÚLIO LEITE — E quanto à possibilidade de instalarmos uma fábrica de asfalto?

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Pode-se pensar nisso também. Mas a potassa é a grande esperança, não só para Sergipe, pois isto vai concorrer para a redenção do nosso País. Sergipe teve a felicidade de crescer na estima da Pátria não só com o surgimento do petróleo como ainda com esta riqueza espantosa, até hoje ignorada.

O SR. SENADOR JÚLIO LEITE — Pergunto a V. Exa. se todo o petróleo produzido no Recôncavo baiano é consumido na Refinaria Landulpho Alves ou se vai para outras refinarias?

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — A grande parte da produção do Recôncavo baiano é, sem dúvida, refinada na Landulpho Alves; mas outras como Duque de Caxias e mesmo particulares recebem uma parte, naturalmente a refinação é feita de petróleo misturado com o importado.

O SR. SENADOR JÚLIO LEITE — O petróleo é parafínico?

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — É essencialmente parafínico.

O SR. SENADOR ATTÍLIO FONTANA — Gostaria ainda de fazer mais uma pergunta. Se a Refinaria Landulpho Alves, aqui reiteradamente mencionada, não poderia produzir óleo lubrificante de que tanto necessitamos e que até agora, como há pouco declarou V. Exa., não deu resultado, qual seria a solução para o problema?

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Creio que houve erro de projeto ou, pior, de operação. Falta de técnico de operação. Não incrimino ninguém; não estamos aqui para isto. Mas houve um decurso nas administrações passadas. O fato já vem de longa data. O Dr. Albino de Souza poderia melhor dizer, quanto tempo a Fábrica de Lubrificantes da Bahia está parada?

O SR. FNG. ALBINO M. REGALO DE SOUZA — Técnicos da Refinaria de Mataripe estiveram nos Estados Unidos e de lá trouxeram um projeto. Não tenho acompanhado cuidadosamente o assunto, mas posso deixar minha opinião aqui, que é a mesma que V. Exa. acaba de dizer. Na minha opinião, o projeto inicial foi feito para introduzir lubrificantes a partir de um óleo que seria o que se chamava matacatú, um óleo de mal de S. João e o óleo catú, talvez numa proporção de 40 por 60, uma mistura. Admitiu-se, naquela época, que seria essa a composição média da matéria-prima da Fábrica de Lubrificantes. Uma fábrica de lubrificantes é uma fábrica de muitos detalhes, de muita meticulosidade, de maneira que tem de trabalhar de modo que os componentes do petróleo saiam sempre o mais próximo possível das especificações.

Aconteceu que, com o desenvolvimento da pesquisa e da lavra no Recôncavo Baiano — o campo de Mata e o de Catú não conseguiram vir a ser os maiores produtores. O maior produtor, desde alguns anos, é o de Água Grande, cujo petróleo, por ser de maior volume, deve ter substituído o inicial. Daí ter havido uma falta de previsão do projeto. Houve também — e por isto é que estou de acordo com o pensamento do Sr. Marechal Maurell Filho — algum descuido, ou

alguma falta no que se refere à operação de empresas. O fato é que o conjunto está praticamente parado. Não produz lubrificante nem parafina, mas sim uma mistura dos dois, de difícil colocação no mercado. A Petrobrás, no entanto, já examina o assunto e, dentro de um ano, é o que afirmo, a unidade será recuperada. Ao mesmo tempo, já a Petrobrás planeja uma unidade em Duque de Caxias.

O SR. SENADOR ATTÍLIO FONTANA — Pediria um esclarecimento: frequentemente, em tempos passados, ouvíamos que o Brasil chegara a exportar uma parte do petróleo do Recôncavo Baiano, e que este alcançava um sobrepreço exatamente pela sua qualidade especial para a produção de óleos lubrificantes, que as empresas estrangeiras importavam do Brasil. Assim, sabemos que o óleo do Recôncavo Baiano tem essas características. Mas, a indústria que foi montada para esse fim, não está conseguindo produzir óleos lubrificantes. Esta questão deve ser estudada com muito carinho, porque muito desperdícios na importação de óleos lubrificantes.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — V. Exa. tem toda a razão. Temos feito investigações nesse sentido. Está sendo estudado no Conselho um meio para retornarmos ao assunto.

O SR. SENADOR JÚLIO LEITE — Sou muito grato ao Marechal.

Estou plenamente satisfeito.

O SR. SENADOR LOPES DA COSTA — Uma última pergunta: antes da gestão, aliás brilhante de V. Exa., à frente do Conselho, o Governo de Mato Grosso cogitou de saber da possibilidade de importação do óleo diesel da Bolívia, para o consumo dos tubos geradores ali localizados, nas cidades fronteiriças; porque esse óleo que vai de Santos a Corumbá, chega por um preço absurdo.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Dou a palavra ao Dr. Albino.

O SR. ENGENHEIRO ALBINO M. REGALLO DE SOUZA — Sr. Senador, um rápido retrospecto do assunto: o Brasil já importou da Bolívia gasolina e querosene, quando era Presidente o Dr. Plínio Calmon, hoje governador desta cidade. Assiti às discussões. Firmamos o contrato, e, importamos, durante algum tempo, gasolina e querosene para Mato Grosso. No que se refere ao óleo Diesel, embora não tenha sido abordado, posso adiantar que a Bolívia não dispõe, com certa largura, de Diesel para exportar, porque o seu petróleo é extremamente leve, tem gasolina em menor proporção.

Creio que a importação de Diesel seria interessante, ficaríamos com a obrigação de importar determinado número de barris. Aliás o Dr. Fantinatti está dizendo que no Itamarati a Comissão Brasil-Bolívia está discutindo esse assunto.

O SR. SENADOR LOPES DA COSTA — Mas o Acordo de Roboré ainda não foi ratificado pelo Congresso. As notas reversais são consideradas Acordo.

O SR. SENADOR EUGÊNIO DE BARROS — Esperamos boas notícias sobre o resultado de Ribeirinha.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Será uma grande honra para nós.

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — Gostaria de saber quando começará o Conselho Nacional do Petróleo, em caráter oficial, a exploração no campo de Carmópolis, de vez que a área, como V. Exa. justificou, já está testada.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Em primeiro lugar precisamos ter escoamento. Não basta produzir, precisamos exportar. O campo é limitado. A pior fase é depois da exploração.

Cada pouco necessita de determinação montante de recursos e a PETRO-

BRAS já destinou várias somas para lá, contratou até uma empresa para as perfurações.

O ECONOMISTA WILTER FANTINATTI — A PETROBRAS, até 1935, espera estar produzindo cerca de dez mil barris, no campo de Carmópolis, podendo ampliar até trinta mil barris, para o ano de 1937. Posso dizer a V. Exa., Sr. Senador, que esse pequeno número de barris, que sai de Sergipe, já pode ser considerado como um "cobrinho", para Sergipe, como se diz na gíria. São "royalties" que entram.

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — Era exatamente o que desejava saber.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — Quanto à fábrica de asfalto é fácil porque lá existe essencialmente o asfalto.

O SR. PRESIDENTE (SENADOR SIEGFRIDO PACHECO) — Peço permissão, agora, illustre Sr. Marechal Maurell Filho, para fazer uma pergunta. Estive na Rússia, há anos passados, e visitei campos de petróleo onde os poços eram cavados dentro do mar, alcançando uma extensão de até dez quilômetros, e onde, naturalmente, o mar era todo coberto de óleo. Então, conversando com alguns técnicos de lá, sendo que alguns aqui estiveram, disseram-me até com certa ênfase que os campos da Bahia seriam muito mais produtivos, jorrariam petróleo com muito mais abundância se os poços alcançassem 3.500, 4 ou 5.000 metros de profundidade. Disse-me que o erro é esse. E, talvez num reflexo da luta entre o acidente e o oriente responsabilizava os americanos, dizendo que se profundidades maiores houvessem sido alcançadas, teríamos área tão produtiva quanto à da Ásia.

O SR. MARECHAL MAURELL FILHO — O Dr. Albino Regallo de Souza conhece bem o assunto. É técnico que participou dos trabalhos e acompanhou a exploração do solo baiano. Dará as informações que V. Exa. deseja.

O SR. DR. ALBINO M. REGALO DE SOUZA — A respeito à indagação do Senador é sim e não. Tudo depende da zona pesquisada. A região do Recôncavo baiano é especialmente rica. Ali cada, quilômetro quadrado é um caso à parte, daria talvez um livro. Se V. Exa. tiver uma sonda de 3 mil metros e perfura uma região em que o petróleo está a 500 metros, nessa altura o encontrará. De fato, na Bahia, quando o Conselho descobriu o petróleo, usou o equipamento de que dispunha, à época. Quando veio a Petrobrás, já com maior técnica e maiores recursos, resolveu procurar maior profundidade, e encontrou novos horizontes. Temos, frequentemente, dois e três horizontes de óleo, em certas áreas. No Farol, onde já fizemos, várias vezes, a procura denoviana, não encontramos petróleo. Na bacia do Marajó perfuramos até 4 mil metros, sem atingir formação. Esgotamos a capacidade da sonda, que era a maior, à época.

O SR. SENADOR SIEGFRIDO PACHECO (Presidente) — O russo se referiu ao Recôncavo Baiano.

O SR. DR. ALBINO M. REGALO DE SOUZA — Perfeitamente. Por isso eu disse que a resposta à indagação seria sim e não. Uma sonda aplicada em certa região pode não encontrar petróleo. Há poucos, transferimos uma sonda para a região do Rio Madeira, e encontramos petróleo a dois mil metros. Isto tudo implica — como já disse — em antes de furar um poço verificar e conhecer a região através de métodos rápidos, eficientes e baratos, para que a perfuração seja um sucesso e não se fique frente a uma decepção, furar uma área espessa com sonda pequena ou vice-versa, uma área pouco espessa com sonda de cinco mil metros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Siegfredo Pacheco) — Estou satisfeito. Antes de encerrar os nossos trabalhos quero agradecer ao Senhor Marechal Maurell Filho por nos haver dito tudo aquilo que nós, brasileiros, temos em vista. A Petrobrás, a menina dos olhos do Brasil. Do petróleo, no conceito universal, tudo se espera.

Acompanhamos toda essa luta pelo "Petróleo é nosso", que passou a ser mais uma luta política do que patriótica. Não acredito que as grandes companhias petrolíferas do mundo se interessam pela exploração do nosso petróleo. Se no passado não o fizeram, não o farão no presente ou no futuro. Estas companhias estrangeiras exploram petróleo na Ásia, na Europa e em outros países da América do Sul onde encontram poços produzindo dois, três, quatro, cinco mil barris diários de petróleo, enquanto que a nossa produção vai a seiscentos mil barris, a uma exploração caríssima, o de pouco interesse para as fábricas.

Segundo estou informado, o petróleo da Bahia é um petróleo velho, parafinado, espesso, que não flui com facilidade, tornando-se cara a sua exploração. Já o petróleo maranhense é mais fluido, mais fino, de mais fácil exploração, de forma que a Revolução, trazendo V. Exa. para a direção da Petrobrás, trouxe para o Brasil confiança no futuro do petróleo brasileiro.

A Petrobrás foi muito prejudicada. Não mais se constituía em uma companhia de pesquisa de petróleo em benefício do Brasil. Era uma companhia fazendo a comunicação no Brasil e estava sendo lançada numa função política e nunca em uma função de trabalho patriótico. Sabemos que as verbas da Petrobrás eram desviadas, em grande quantidade, para pagar movimentos políticos de propaganda e de outras coisas. Depois que V. Exa. tomou a direção da Petrobrás, tudo desapareceu e passou a ser uma companhia verdadeiramente nacional, com o desejo patriótico de servir ao Brasil e pelo Brasil. Estamos satisfeitos com a sua exposição, com a sua direção na Petrobrás e também satisfeitos com o técnico cujo nome todo o Brasil conhece e admira, o Dr. Albino M. Regallo de Souza.

Devo dizer ao Sr. Marechal Maurell Filho que se o Sr. Presidente da República escolheu com sabedoria a V. Exa. para diretor da Petrobrás, igualmente feliz foi a sua escolha ao recarregar sobre o General Agenor Monte para substituí-lo. Conheço-o desde 1920 quando chegou ao Piauí. Era um revolucionário convicto e idealista. Eu, que também engrenara no Movimento, nos meus arroubos de mocidade muitas vezes divergi do Tenente Monte. Mas quanto mais acirrada era nossa luta, mais fraternalmente nos estimávamos, porque ele, homem de grande diplomacia, conquistava seus adversários pela amizade, para suas idéias.

De modo que, illustre Marechal Maurell Filho, tendo V. Exa. exercido a direção da Petrobrás com ação disciplinadora e dura, para restaurar o benefício do Brasil, teve como inestimável cooperador o General Agenor Monte, pela sua maneira diplomática de ação. São elogiáveis e diplomacia, o modo de fazer as coisas com jeito, do General Agenor Monte.

Também quero elogiar V. Exa. por essa escolha, escolha que o Piauí igualmente agradece. Se não nasceu no Piauí, encontrou lá, a companhia de sua vida, a qual, estou certo, está sendo a inspiradora dessa vida vitoriosa.

Portanto, veja em nós, Sr. Marechal, a expressão do nosso apreço e do nosso reconhecimento pelo seu trabalho.

Está encerrada a reunião.

(Encerrada a reunião às 13 horas e 54 minutos.)